

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

MICHELLY FERREIRA MONTEIRO ELIAS

**A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST: um
estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão**

São Luís/2008

MICHELLY FERREIRA MONTEIRO ELIAS

A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa Batista Lopes.

São Luís
2008

Elias, Michelly Ferreira Monteiro

A cooperação agrícola na organização política do MST: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão / Michelly Ferreira Monteiro Elias. – São Luis, 2008

194f.

Orientador: Prof.^a Dra. Josefa Batista Lopes

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2008.

1. Cooperação agrícola – Organização política 2. Trabalhadores rurais – Assentamento 3. MST I. Título

CDU 331.83:631(812.1)

MICHELLY FERREIRA MONTEIRO ELIAS

A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa Batista Lopes.

Aprovada em de de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Josefa Batista Lopes

Prof. Dr. Horácio Antunes Sant'Ana Júnior

Prof^a. Dra. Raimunda Nonata do Nascimento Santana

A todos (as) trabalhadores rurais sem terra.

AGRADECIMENTOS

A Deus, força que temos dentro nós e que nos leva a caminhar.

Aos meus pais, Maria Aparecida Ferreira Elias e Benhail Elias José, grandes incentivadores ao estudo e ao conhecimento e maiores amigos, principalmente nos momentos mais difíceis.

Ao Pedro, pelo apoio e paciência, obrigada por mostrar a necessidade que há de sermos fortes e caminharmos firmes.

A todos os amigos e amigas que foram incentivadores e acreditaram neste trabalho: Zaira, Kamila, Ana Paula, Laura, Marcinha, Maíra, Edivan. Em especial a Gisélia e Elione, amigadas que conquistei durante o mestrado e que serão para a vida toda. E a Flávia Canesqui, que mesmo distante, é tão presente em minha vida.

À professora Josefa Batista Lopes, pelo empenho, solidariedade e carinho demonstrados neste processo sistemático de discussões, reflexões e acima de tudo, aprendizado. Este encontro, me proporcionou muitas descobertas.

Ao MST, primeiramente por entender minha ausência na fase de conclusão deste trabalho e pela formação que me proporciona todos os dias.

À Universidade Federal do Maranhão.

Ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

A Capes, pelo apoio durante todo o período do mestrado através da Bolsa.

“O senhor... Mire, veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isto me alegra, montão”.

Guimarães Rosa

RESUMO

Estudo sobre a cooperação agrícola na organização política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mais particularmente as experiências desenvolvidas no estado do Maranhão, sob a orientação da tradição marxista. Aborda as concepções que historicamente influenciaram o debate sobre essa temática, considerando a construção histórica da cooperação e do cooperativismo, associados ao movimento cooperativista do século XIX na Europa e sua relação com a luta pelo socialismo, com base no que identifica as principais tendências de análise, na atualidade, orientadoras de diferentes concepções e práticas acerca da cooperação. Aponta elementos de análise do processo de organização política do MST na luta por reforma agrária no Brasil, no âmbito da luta de classes, situando a construção da concepção de cooperação agrícola nesse movimento e a problemática que envolve a relação entre cooperação agrícola e organização política no MST, no contexto das lutas sociais no país. Apresenta uma reflexão sobre a contribuição da cooperação agrícola para a organização política dos trabalhadores rurais nos assentamentos do MST, no enfrentamento da questão agrária, considerando a experiência particular no Maranhão com base na configuração da cooperação agrícola. Nas considerações finais, ressalta-se a difícil tarefa do MST, no esforço de articular a luta imediata à luta mediata, na perspectiva de construção de uma nova sociabilidade para os trabalhadores rurais, tendo como mediação a luta pela terra e por reforma agrária, nas condições objetivas de vida nos assentamentos.

Palavras-chave: Cooperação agrícola – Organização política – Lutas sociais – Trabalhadores rurais – Assentamentos de reforma agrária – MST.

ABSTRACT

Study about the agricultural cooperation in the political organization of the Landless Rural Workers' Movement (MST), more specifically the experiences developed in Maranhão state, under the orientation of the Marxist tradition. It approaches the conceptions that historically influenced the debate about that theme, considering the historical construction of cooperation and cooperativism, associated to the cooperativist movement of the 19th century Europe and its relation with the fight for socialism, based on what identifies the main tendencies of analysis nowadays which orient different conceptions and practices related to cooperation. It points out analysis elements of the MST political organization process in the fight for agrarian reform in Brazil, within the class fight, situating the construction of the agricultural cooperation conception in that movement and the issue involving the relation between agricultural cooperation and the political organization in MST, within the context of the social fights in the country. It presents a reflection about the contribution of agricultural cooperation for the political organization of the rural workers in the MST settlements, facing the agrarian issue, considering the particular experience in Maranhão based in the configuration of agricultural cooperation. In the final considerations, it detaches the difficult task of MST, in the effort to articulate the immediate fight to the mediate one, in the perspective of construction of a new sociability for the rural workers, having as mediation the fight for land and for agrarian reform, in the objective life conditions in the settlements.

Key-words: Agricultural cooperation – Political organization – Social fights – Rural workers – Agrarian reform settlements – MST.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 3.1: As principais formas de cooperação agrícola	98
Quadro 3.2: Princípios para um cooperativismo alternativo	103
Quadro 4. 1: Caracterização do Grupo coletivo – Assentamento Nossa Sra. Aparecida/Baturité	143
Quadro 4.2: Caracterização da Associação – Assentamento Serafim	144
Quadro 4.3: Caracterização da Cooperativa – Assentamento Diamante Negro Jutai – Vila Diamante	145
Figura 4.1: Mapa geográfico do Maranhão	125
Figura 4.2: Mapa das regionais do MST no Maranhão	126
Figura 4.3: Mapa da regional Tocantina	127
Figura 4.4: Mapa das regionais de Açailândia, Pindaré e Médio Mearim	128
Figura 4.5: Mapa das regionais da Baixada e Itapecuru	129

LISTA DE SIGLAS

- ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
- APRAS – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Serafim
- ATES – Assessoria Técnica Social e Ambiental
- CCAs – Centrais de Cooperativas de Reforma Agrária
- CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
- CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CONTACAP – Conta de Capacitação de Produtores
- CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
- COOMARA – Cooperativa Mista dos Assentados de Reforma Agrária da Região Tocantina
- COOPAQMA – Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento 4 de Maio
- COOPERA – Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviços em Áreas de Reforma Agrária
- COOPERVID – Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante Ltda.
- CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
- CPS – Cooperativa de Prestação de Serviços
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
- FAAB – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
- MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
- MASTRO – Movimento de Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
OCESP – Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
OGMs – Organismos Geneticamente Modificados
ONGs – Organizações Não Governamentais
PACs – Projetos Alternativos Comunitários
PDAs – Plano de Desenvolvimento de Assentamentos
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SPCMA – Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente
TAC – Técnico em Administração de Cooperativas
UDR – União Democrática Ruralista
ULTABS – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1: Cooperativas vinculadas à CONCRAB	105
Tabela 4.1: Relação dos Acampamentos do MST no Maranhão	119
Tabela 4.2: Relação dos Assentamentos do MST no Maranhão	120
Tabela 4.3: Principais formas de cooperação agrícola nos assentamentos do MST no Maranhão	133
Tabela 4.4: Filiadas da CCA no Maranhão	136

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E FIGURAS	viii
LISTA DE SIGLAS	xix
LISTA DE TABELAS	xi
1 INTRODUÇÃO	13
2 A DIMENSÃO HISTÓRICA E O DEBATE TEÓRICO DA CO- OPERAÇÃO E DO COOPERATIVISMO	24
2.1 Aspectos históricos da cooperação e do cooperativismo	24
2.2 Elementos do debate teórico da cooperação e do coopera- tivismo	35
3 A PROBLEMÁTICA DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NA OR- GANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST	49
3.1 A organização política do MST no contexto das lutas soci- ais no Brasil	49
3.2 A cooperação agrícola na organização política do MST	83
4 POSSIBILIDADES E LIMITES DA COOPERAÇÃO AGRÍCO- LA PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST NO MARA- NHÃO: a experiência da cooperação agrícola nos assenta- mentos do MST no MA	108
4.1 Os assentamentos no enfrentamento da questão agrária no Maranhão: da formação do MST à organização política dos trabalhadores nos assentamentos	108
4.2 Configuração da cooperação agrícola nos assentamentos do MST no Maranhão	130
4.3 A contribuição da cooperação agrícola para a organização política	155
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS	174
ANEXOS	183

1 INTRODUÇÃO

A definição do tema sobre a cooperação agrícola no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para pesquisa de dissertação de mestrado teve como principal motivação a atuação profissional e militante nesta organização social, realizada de forma mais específica no Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA) no MST no Maranhão.

Assim, a participação no planejamento e nas sistematizações dos debates acerca da organização da produção agrícola e pecuária das famílias assentadas em áreas de reforma agrária no estado do Maranhão foi o ponto de partida na formação do interesse de estudo sobre a cooperação agrícola. A partir, portanto, do debate sobre essa prática envolvendo as famílias assentadas e os militantes ligados ao MST, visualizamos a centralidade da cooperação agrícola principalmente na discussão sobre modelos de agricultura e de construção de uma nova *matriz tecnológica e produtiva*¹ para os assentamentos de reforma agrária, como uma das questões mais complexas e desafiadoras para o movimento.

Participando desse processo, verificamos que o MST, desde 1986, passou a se dedicar a diversos estudos, debates e experiências sobre a cooperação agrícola, pensando principalmente a realidade dos assentamentos e considerando os desafios acerca da organização da produção nos novos espaços da vida social dos assentados, como uma questão presente no desenvolvimento histórico do MST; estando esta questão central no tocante à formação da consciência crítica e da resistência das famílias assentadas em relação ao modelo de organização da produção vigente na agricultura, no contexto do desenvolvimento capitalista. A partir disso, cooperação agrícola é, então, concebida e desenvolvida no MST como uma estratégia capaz de enfrentar este modelo, contribuindo ao mesmo tempo para a reorganização da produção e para a organização política dos trabalhadores rurais.

Na base da estratégia está a necessidade de desenvolver a produção agrícola e pecuária dos trabalhadores e suas famílias nos

¹ **Matriz tecnológica e produtiva** compreende a construção de novos paradigmas de produção agrícola e pecuária, no sentido de repensar as formas e as relações de trabalho, as técnicas de produção e a utilização dos meios de produção. (MST, s.d)

assentamentos, na perspectiva da (re)organização econômica, visando a melhoria das condições de vida e trabalho e nesse sentido, a cooperação agrícola é compreendida no MST a partir das dimensões econômicas, políticas e sociais, articulando o desenvolvimento econômico com o fortalecimento da luta do próprio movimento, no âmbito da luta de classes.

Trata-se de um tema que, apesar dos esforços já realizados no âmbito do MST e da academia no sentido de apreendê-lo em sua complexidade, continua a exigir a realização de estudos sistemáticos, destacando-se principalmente a realidade do Maranhão sobre a qual, até o momento, não existe nenhum estudo específico.

A partir das indicações e reflexões acima foi que definimos como objeto de estudo deste trabalho a relação entre a cooperação agrícola e o processo de organização política do MST, analisando a experiência desenvolvida por este movimento no Maranhão. O objetivo é contribuir, com os estudos já realizados, para a reflexão em torno da cooperação agrícola como uma estratégia capaz de enfrentar o modelo de organização da produção vigente na agricultura, no contexto do desenvolvimento capitalista, contribuindo ao mesmo tempo para a reorganização da produção e da organização política dos trabalhadores rurais na realidade particular desse estado.

Considerando a realidade das formas de cooperação agrícola desenvolvidas pelo MST no Maranhão, a questão fundamental que se coloca, para o desenvolvimento deste estudo é: em que medida a cooperação agrícola tem contribuído no processo da organização política do MST, considerando a problemática do desenvolvimento do capitalismo no campo e da luta por reforma agrária no âmbito das lutas sociais em particular no Maranhão?

Para pensar esta questão, temos presente as discussões, ações e linhas políticas do Movimento que se depara com limites e dificuldades em relação às complexas condições objetivas e subjetivas do trabalhador rural no atual contexto de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, em particular, no campo e na agricultura, ressaltando-se: nas condições objetivas a questão agrária brasileira, a situação da distribuição da terra e dos meios de produção e do mercado capitalista; e nas condições subjetivas o nível de desenvolvimento da formação do trabalhador rural em relação às exigências da produção e da produtividade e o nível de conscientização e capacidade de organização das

famílias assentadas para a realização da cooperação agrícola. Impõe ter presente, com destaque, o debate teórico e político sobre a identidade da base social do MST, perpassado por questões relacionadas com a formação do campesinato e a caracterização dos trabalhadores rurais no país e no Maranhão.

No Movimento, este debate específico tem sua gênese no primeiro Encontro Nacional realizado em 1984, quando o MST definiu sua denominação enquanto organização social, de “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, apontando para a necessidade de esses trabalhadores se identificarem como fração da classe trabalhadora no âmbito da sociedade de classes. A opção por “trabalhadores rurais” parece responder sobretudo, ao fato de que no Brasil, esses trabalhadores do campo, se reconhecem melhor por este termo, do que por camponês. Ao abordar esta questão, Stédile (1999) afirma que embora o termo camponês possa corresponder à realidade desses sujeitos, estes pouco se auto-definem como tal.

Pode-se concluir, portanto, que ao se definir enquanto organização social de “trabalhadores rurais sem terra” o MST fez uma opção de caráter ideológico e prático. Mas é importante destacar que apesar disto, o debate sobre as categorias de “trabalhadores rurais” e “camponeses”, é presente, tanto no MST quanto no conjunto das organizações sociais que atuam no campo.

De acordo com Germer (2004) este debate está relacionado com o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, o qual por um lado, traz questões sobre o processo de proletarização dos trabalhadores do campo, resultando na formação de assalariados e semi-assalariados e no desaparecimento do campesinato. Mas por outro lado, vemos que é presente em nossa formação social e cultural, uma considerável diversidade desses sujeitos, que se denominam meeiros, posseiros, pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, quebradeiras-de-côco babaçu.

Torna-se presente, aí, a discussão sobre o campesinato, abordado por Marx (1980), assim como por autores marxistas como Kautsky (1980) que

embasam os estudos sobre a existência atual da classe camponesa no Brasil, conforme apontamos no terceiro capítulo deste trabalho².

Reconhecendo a complexidade e a eminência deste debate sobre a composição da base social do MST, não temos a pretensão de apontar alguma conclusão definitiva neste trabalho; apenas procuramos demarcar relevância na abordagem sobre a cooperação agrícola e o processo de organização política do MST. Com estas indicações, optamos por utilizar na realização deste trabalho, a denominação de “trabalhadores rurais sem terra” na definição e referência à base social do MST, considerando para isto, as abordagens desenvolvidas por Germer (2004) e Martins (1991), sem perder de vista o fato de que a questão está em debate.

O MST, oficialmente fundado em 1984 tendo como principais objetivos a luta pela terra, reforma agrária e transformação social, atualmente está organizado em 24 estados brasileiros, é membro da Via Campesina Internacional³ e se identifica como um movimento de caráter popular, que organiza um conjunto de sujeitos e militantes sociais, em torno dos principais objetivos de sua luta; de caráter sindical, lutando por direitos corporativos como os créditos, a previdência e outras políticas públicas específicas para o trabalhador rural e camponês; e de caráter político, situando a luta por reforma agrária em um processo de mudanças estruturais da sociedade, tendo a luta de classes como fundamento. Constitui-se, assim uma importante organização social, que inserida nas lutas sociais em curso e no contexto histórico da luta

² No mesmo capítulo destacamos a crítica ao determinismo econômico que aponta para o fim do campesinato, provocado pelo domínio do sistema capitalista e é colocada a necessidade política e ideológica de se reafirmar a existência do modo de vida e trabalho característicos do camponês, em contraponto ao modo capitalista.

³ A **Via Campesina**, fundada em 1992 na Nicarágua, constitui um movimento internacional que coordena organizações camponesas situadas na América, na África, na Ásia e na Europa. No Brasil, assim como em outros países, a Via Campesina possui composição nacional, regionais e estaduais. Alguns de seus principais componentes em âmbito nacional são: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Pastoral da Juventude Rural (PJR). No Maranhão, seus componentes são: Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara (MABE); Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Associação de Assentamentos de Reforma Agrária do Estado do Maranhão (ASSEMA); Centro Indigenista Missionário (CIMI); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

por reforma agrária no Brasil, com uma base social composta por milhares de famílias acampadas e assentadas⁴ em áreas de reforma agrária.

Vale ressaltar que o estudo sobre a temática da cooperação agrícola no MST compreende, primeiramente, o entendimento da cooperação no seu sentido geral, enquanto prática de colaboração entre os homens presente nas diversas formas de sociedade, podendo se estabelecer em qualquer dimensão da vida humana, vinculada a determinado contexto histórico-social. Assim, a cooperação é reconhecida em sentido amplo, mas é importante destacar que temos como foco, a abordagem da cooperação considerando-a de forma diretamente relacionada ao processo produtivo na agricultura. Concretamente, a cooperação é realizada nos espaços de produção das famílias assentadas, estabelecida através da organização de cooperativas, (tidas como forma mais complexa de cooperação), associações, grupos coletivos e semi-coletivos, assim como através de ações mais simples como mutirões, troca de dias de serviços, lavouras coletivas, núcleos de produção, compra conjunta de máquinas e equipamentos.

Essa diversidade de formas coletivas de organização do trabalho está presente nas experiências desenvolvidas e/ou incentivadas pelo MST, nos assentamentos em áreas de reforma agrária que se situam por todo o país, materializando-se em realidades que embora possuam características comuns – como estarem situadas na área de produção agrícola e serem orientadas pela concepção e linhas políticas da cooperação no MST – possuem várias particularidades do ponto de vista econômico, social, político e principalmente cultural.

Atualmente, além das ações e experiências de cooperação agrícola, o MST está presente no debate mais específico sobre o cooperativismo, ou seja, sobre a organização de cooperativas enquanto modelo de estrutura

⁴ **As famílias acampadas** são aquelas que se encontram ocupando a terra que estão reivindicando, onde permanecem, como uma forma de pressionar o estado para sua desapropriação. nessa fase, as famílias constroem provisoriamente suas casas, escola para as crianças e muitas vezes fazem as primeiras plantações. **As famílias assentadas** são aquelas que se encontram instaladas de forma definitiva na terra, o que ocorre após a desapropriação e a regularização da área, feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que estabelece a partir disso um Projeto de Assentamento.

organizacional alternativo e de oposição em relação ao modelo econômico capitalista e à política neoliberal, visando o desenvolvimento do associado e respeitando as diferentes formas e representações de organizações cooperadas.

A realização da pesquisa, que foi eminentemente qualitativa, partiu de uma revisão bibliográfica sobre os temas de cooperação agrícola e cooperativismo, reforma agrária, lutas sociais e a organização política do MST, relacionados à questão agrária e à luta de classes e buscando os fundamentos da análise na tradição marxista. Com isso, destacamos a abordagem da cooperação agrícola, a partir de um estudo de caráter histórico e teórico sobre a cooperação e o cooperativismo e sua relação com a luta da classe trabalhadora; e a abordagem da organização política enquanto processo. Nesse sentido abordamos o MST situando-o no contexto das lutas sociais, considerando sua participação na luta pela terra e por reforma agrária no Brasil e tendo como perspectiva o movimento real da sociedade de classes. E neste aspecto, tendo presente que a realidade agrária do Maranhão, vem sendo reconfigurada pelo desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de Grandes Projetos ligados à monocultura do eucalipto, da cana-de-açúcar e da soja e a áreas estratégicas de minério e energia; e, sem dúvida, vem reconfigurando a luta de classes no campo, tendo de um lado a classe trabalhadora composta por: camponeses, trabalhadores (as) rurais assentados, assalariados, autônomos, sem-terra, posseiros, meeiros, indígenas, quilombolas, quebradeiras-de-côco babaçu e pequenos agricultores; e de outro lado, os grandes proprietários de terras, empresas, multinacionais e grandes mineradoras de outro, que com o apoio do Estado através de infra-estrutura e políticas de subsídios, demonstram uma clara vinculação da burguesia agrária com o capital financeiro internacional. Sendo que nesta realidade, tanto os trabalhadores do campo quanto da cidade sofrem as conseqüências deste modelo de acumulação capitalista no campo, seja através da expropriação de sua terra, seja através da exploração do seu trabalho.

No desenvolvimento da pesquisa de campo, realizamos a pesquisa complementar de dados (Minayo, 1994) através de consulta a documentos gerais do MST, das cooperativas do MST no Maranhão e do Banco de Dados da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Em seguida, realizamos a atualização da relação de assentamentos e acampamentos organizados pelo MST no Maranhão, o qual foi sistematizado tendo como referência levantamentos anteriores feitos pelo próprio MST em 2006⁵ e pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em 2007⁶ e com isso, realizamos levantamento com um dirigente de cada região onde o MST está organizado no estado, visando assim, atualizarmos e conferirmos os dados coletados nos documentos. Assim, foi possível posteriormente, a sistematização das 55 áreas de assentamentos em mapas geográficos, como forma de melhor visualizarmos as regiões onde o MST está organizado no estado do Maranhão.

Desde 1985, quando o MST começa a se organizar no Maranhão, seu processo de territorialização⁷ é iniciado com as ocupações de latifúndios, que formaram, em seguida, os acampamentos os quais, no decorrer do processo, se tornaram assentamentos, situação em que é conquistada definitiva e oficialmente a terra. Nesse processo o Movimento foi constituindo as chamadas regionais do MST, que são regiões onde se aglomeram considerável quantidade de acampamentos e assentamentos, compondo a organicidade do Movimento, através dos núcleos de famílias, dos setores de trabalho e das instâncias de decisão. Embora seja possível perceber a influência dos aspectos geográficos para a organização dessas regionais, vemos que os aspectos políticos, econômicos e culturais também influenciam, sendo que o MST elaborou denominações próprias para cada uma dessas regionais, não obedecendo, necessariamente, às denominações e classificações das regiões geográficas oficiais.

Assim, as regionais do MST no Maranhão na atualidade, conforme o Mapa demonstrativo, são: *Tocantina* que compreende principalmente os assentamentos e os acampamentos situados nos municípios de Estreito, Amarante e Imperatriz; *Açailândia*, abrangendo áreas em municípios como Açailândia, Itinga e Bom Jesus das Selvas; *Pindaré*, que corresponde a

⁵ MST. **Levantamento dos assentamentos do MST no Maranhão**, São Luis: 2006.

⁶ INCRA. **Projetos de Assentamentos Criados**. Superintendência Regional do Estado do Maranhão – SR/12, São Luis: INCRA/MA, 2007.

⁷ De acordo com Fernandes (2001), territorialização é o processo de transformação de um território em outro território no âmbito político, social e geográfico. O MST inicia este processo através das ocupações de terra, ou seja, esta é a ação inicial de uma luta concreta pela recriação da organização espacial, política e social de um determinado território.

municípios como Buriticupu, Bom Jardim e Santa Luzia; *Médio Mearim*, abrangendo Lagoa Grande e São Roberto; *baixada*, presente em municípios como Monção, Igarapé do Meio e Pedro do Rosário; *Itapecuru*, abrangendo municípios como Itapecuru Mirim, Chapadinha e Coelho Neto.

Considerando esta forma de organização, realizamos, com uma pessoa de cada regional do MST no Maranhão, o levantamento sobre as formas de cooperação agrícola existentes nos assentamentos, utilizando o instrumental “Identificação de formas de cooperação agrícola – MST/MA”. (Anexo I). O critério para a escolha dos sujeitos foi o fato de ser alguém sistematicamente envolvido no processo de organização da produção agropecuária dos assentamentos, sendo que, dentre os informantes, havia militantes, dirigentes, técnicos e assentados.

Em seguida, realizamos uma reunião com 2 (dois) dirigentes do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA) do MST no Maranhão, com o objetivo de demonstrar os dados até então coletados e buscar contribuições para a continuidade da pesquisa de campo. Considerando a abrangência do MST no estado do Maranhão e a presença de formas de cooperação agrícola em todas as regionais, foi importante socializar com o MST a metodologia da pesquisa de campo a partir deste momento.

Com base nas reflexões e sugestões desta reunião, definimos as experiências a serem analisadas no tocante à relação da cooperação agrícola com o processo de organização política. É importante registrar que o SPCMA sugeriu como critérios para a realização desta fase da pesquisa de campo, o estudo sobre formas de cooperação agrícola, diferenciadas e situadas em diferentes regionais onde o MST está organizado. Com estas orientações, identificamos as formas de cooperação agrícola mais comuns, as formas com maior tempo de duração e as formas com alguma sistemática de trabalho ou atividade concreta sendo realizada e uma inserção no âmbito da produção agropecuária. Considerando os três principais eixos do processo produtivo – terra, capital e trabalho – que orientam a construção da cooperação na agricultura, tivemos também como critério identificar um ou mais destes elementos nas experiências a serem escolhidas.

Com base nestes critérios, identificamos as experiências do Grupo Coletivo, no Assentamento Baturité/Nossa Senhora Aparecida – Município de

Chapadinha; da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Serafim – APRAS, no Assentamento Serafim – Município de Estreito e da Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante – COOPERVID, no Assentamento Diamante Negro Jutáí – Vila Diamante – Município de Igarapé do Meio.

No estudo das experiências, realizamos a caracterização, utilizando o instrumental “Caracterização das formas de cooperação agrícola – MST/MA” (Anexo II), tendo como eixos a identificação geral: (tipo de cooperação agrícola, nome da experiência, local de realização, tempo de duração, principais atividades), a composição e a organização interna (componentes, quantidade de participantes, forma de participação nas decisões e a situação da documentação) e as principais características do processo produtivo (situação da terra, do capital e a organização do trabalho).

Considerando a caracterização a partir desses eixos e visando perceber o que motivou o início da experiência, a dinâmica do trabalho que é realizado coletivamente e as principais contribuições e dificuldades em torno das experiências, utilizamos: entrevistas semi-estruturadas (Anexo III) com uma média de 3 a 4 sujeitos envolvidos em cada uma das experiências; e a observação participante, registrada em um diário de campo.

Na análise dessa realidade procuramos estabelecer a relação entre a cooperação agrícola e o processo de organização política, considerando os aspectos que a luta do MST aponta como característicos da organização política nos assentamentos, sendo eles: desenvolver ações a curto, médio e longo prazo que estejam vinculadas a um projeto de mudança da sociedade; capacidade de articulação política e mobilização; consolidação dos núcleos de famílias; participação de toda a família nas atividades do assentamento; formação de militantes e dirigentes para a luta social; sentimento de pertencimento ao MST e à classe trabalhadora e o desenvolvimento da consciência política das famílias assentadas.

Além da pesquisa de campo nos assentamentos com experiências de cooperação agrícola, realizamos observação participante e entrevistas semi-estruturadas (Anexo IV) com 6 pessoas no Assentamento 28 de Agosto – Município de Newton Belo, o qual é reconhecido, internamente no MST, por sua organização política, mas que não possui experiências de cooperação

agrícola. Estas entrevistas foram realizadas com o objetivo de também percebermos a relação entre cooperação agrícola e organização política, em uma realidade onde não houve por parte do MST o desenvolvimento de experiências coletivas de produção agropecuária.

Por fim, realizamos entrevista semi-estruturada com um dirigente do SPCMA no Maranhão (Anexo V), visando levantar elementos sobre a concepção de cooperação agrícola do MST e os principais desafios enfrentados pelo Movimento na atualidade em relação a esta questão.

No processo de desenvolvimento da pesquisa, tivemos a oportunidade de observar as características presentes no modo de vida e trabalho das famílias assentadas no Maranhão, sendo este o estado que possui a maior quantidade de áreas de assentamentos do país⁸.

Na regional tocantina por exemplo, percebemos a presença de vários trabalhadores e camponeses vindos da região centro-sul do país, principalmente Goiás e Minas Gerais; a importância da pecuária do gado leiteiro e de corte para a economia das famílias assentadas; certa diversidade na produção agrícola; uma faixa etária relativamente alta da população que vive no campo e a identificação da maioria com o trabalho na agricultura. Na regional baixada, onde realizamos a pesquisa em dois assentamentos, observamos que há uma maior dificuldade para a realização da produção agropecuária das famílias, sendo possível perceber a partir da fala dos assentados, o problema da alta degradação do solo e a pouca diversidade alimentar, assim como também observamos a forte presença da pesca e do extrativismo do côco-babaçu, realizado fundamentalmente pelas mulheres, para a produção agrícola familiar. Na regional itapecuru, observamos a prática do uso comum da terra, – que segundo as famílias assentadas vem da influência cultural das comunidades quilombolas existentes na região – a pouca presença da pecuária e a presença significativa do extrativismo.

Percebemos nos assentamentos, principalmente, a importância que a conquista da terra teve para a vida daquelas pessoas. Com a formação dos assentamentos, apesar das inúmeras dificuldades existentes, (nas áreas da

⁸ De acordo com os dados do documento: “Projetos de Assentamentos Criados. Superintendência Regional do Estado do Maranhão – SR/12, São Luís: INCRA/MA, 2007”, o estado do Maranhão possuía até o ano de 2007 um total de 949 áreas de assentamentos.

educação, saúde, comunicação, lazer, produção e transporte) os trabalhadores rurais assentados passaram a ter melhores condições de vida e trabalho e passaram a se reconhecer e serem reconhecidos enquanto sujeitos.

Na exposição dos estudos e análises realizadas e considerando os objetivos propostos organizamos o texto compreendendo 5 (cinco) itens, dos quais o primeiro diz respeito à Introdução.

No segundo, apresentamos um estudo sobre a dimensão histórica e o debate teórico da cooperação e do cooperativismo. Nesta parte, destacamos a relação desta temática com o processo de luta da classe trabalhadora no âmbito da luta de classes, identificando a partir da construção histórica, os limites e as contradições inerentes a este processo. A partir disso, identificamos as tendências teóricas acerca da temática focando na análise da tradição marxista e tendo como pressuposto que o estudo sobre a cooperação e o cooperativismo não se apresenta de forma homogênea.

No terceiro, abordamos a problemática da cooperação agrícola na organização política do MST, tendo como eixos o processo de organização política do Movimento no contexto das lutas sociais no Brasil e a construção da concepção da cooperação agrícola do MST, em que consideramos esta problemática a partir da sua estrutura organizativa e das experiências desenvolvidas.

No quarto, apresentamos a pesquisa sobre a experiência da cooperação agrícola nos assentamentos do MST no Maranhão. A partir da abordagem sobre a formação dos assentamentos no enfrentamento da questão agrária, destacamos a formação do MST no estado e o processo de organização das famílias assentadas. Com isso, realizamos a configuração da cooperação agrícola nos assentamentos do MST no Maranhão tendo como foco a relação desta com a questão da organização política.

Por último, apresentamos algumas considerações finais sobre o estudo, ressaltando a difícil tarefa do MST no esforço de articular a luta imediata à luta mediata, na perspectiva de construção de uma nova sociabilidade dos trabalhadores rurais, tendo como mediações desse processo a luta pela terra e por reforma agrária nas condições objetivas de vida nos assentamentos.

2 A DIMENSÃO HISTÓRICA E O DEBATE TEÓRICO DA COOPERAÇÃO E DO COOPERATIVISMO

2.1 Aspectos históricos da cooperação e do cooperativismo

Os primeiros registros sobre a prática de cooperação se deram na agricultura, através de experiências comunitárias em que a terra era de uso comum e o trabalho, realizado de forma coletiva, principalmente entre membros de uma mesma família. Essas comunidades agrícolas antigas, que tinham a família como núcleo central para a realização do trabalho e das demais atividades da vida humana, foram desenvolvendo esse tipo de prática em consonância com as suas diferentes culturas, modos de vida e relações que foram se constituindo historicamente.

A partir dessa referência geral, nossa abordagem principal se detém na cooperação no contexto da formação social capitalista, o que nos remete à temática do cooperativismo, sendo importante identificar as relações de semelhança e diferença entre ambos.

Germer (2006) define a cooperação como “um sistema em que cada pessoa de um grupo de trabalhadores realiza uma parte do processo produtivo” (informação verbal)⁹.

De acordo com Bottomore (2001), a análise de Marx em “O capital” indica uma elaboração conceitual sobre a cooperação, definindo que esta independe do modo de produção e, por isso, pode adquirir um caráter bastante geral. Nesse sentido, a cooperação está associada à idéia de prática enquanto colaboração entre as pessoas, demonstrando, assim, o caráter simples que pode apresentar e estando presente no processo de construção da vida social.

No capítulo XI do Volume I de “O capital”, Marx aborda a cooperação no processo do trabalho, onde aponta que, quando numerosas pessoas trabalham lado a lado, seja num único e mesmo processo ou em processos

⁹ Seminário de cooperação agrícola, Escola Nacional Florestan Fernandes, abril de 2006, MST.

diferentes, mas relacionados, diz-se que elas cooperam ou trabalham em cooperação. Assim, o autor definiu: “chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1989, p. 374).

Considerando as condições concretas e as diversas fases do processo de produção no sistema capitalista, Marx se dedica a contextualizar a cooperação nessa realidade, apontando que, para atingir os objetivos do capitalismo, a cooperação é utilizada no processo de produção de mercadorias, com a intencionalidade de potencializar a extração da mais-valia, embora reconheça que ela também possua um valor de uso:

A cooperação é analisada igualmente segundo os pontos de vista do valor de uso e do valor tendo em vista as características da supervisão do trabalho. O trabalho em cooperação requer uma influência organizadora em quaisquer circunstâncias, mas, para a produção capitalista, esse papel organizador está inseparavelmente ligado ao papel de disciplinar trabalhadores no processo de trabalho com vistas à extração da mais-valia. A maior produtividade que daí resulta parece derivar do – e, portanto, deve ser creditada ao – poder do capital ou do capitalista, o que tende a obscurecer o papel desempenhado pelo trabalho como única fonte do valor e da mais-valia (BOTTMORE, 2001, p. 81).

Em termos sociais, Marx considerou que a cooperação também pode levar “à criação da força coletiva do trabalho, que é mais do que a soma das partes que a constituem” (BOTTMORE, 2001, p. 80). De acordo com a referência marxista, a cooperação acaba por gerar um produto que não é necessariamente mercadoria, que não adquire necessariamente valor de troca e, por isso, consegue extrapolar o sentido puramente mercadológico que as ações e práticas adquirem no capitalismo.

A partir desses elementos da economia-política, abordamos o conceito de cooperação enquanto prática socialmente determinada. Nesse sentido, resgatamos a análise de Rios¹⁰ (2004), que, ao fazer referência aos estudos sobre sociologia rural de José de Souza Martins, considera a cooperação como um processo de inserção que se dá no âmbito econômico, mas enquanto projeto político. Com isso, identifica a cooperação do grande capital e a

¹⁰ Pesquisador na área de cooperativismo e professor da Universidade Federal Rural do Pernambuco (UFRPE), nos departamentos de Letras e de Ciências Sociais.

cooperação realizada por trabalhadores, a qual, na maioria das vezes, está associada a bases artesanais e tecnicamente modestas:

Ora, a cooperação precisa ser considerada antes de tudo como uma prática de que lançam mão justamente os que estão na dianteira econômica. Nesse sentido, o sociólogo e grande estudioso de nossa realidade rural José de Souza Martins (Martins 1991: 57) assinala o descompasso entre a cooperação já praticada em grande escala pelo capital e a cooperação tolerada dos produtores isolados (...) É o sentido de cooperação como inserção no processo econômico, como projeto político e não de cooperação como disposição psicológica que se trata de levar em conta (RIOS, 2004, p. 1).

Assim, o autor concebe a cooperação sob três aspectos: enquanto processo produtivo, enquanto projeto político e enquanto convergência objetiva de interesses, considerando que cada um desses elementos complementa o outro, como forma de caracterizar o sentido da cooperação.

Situando histórica e socialmente a cooperação, o autor aponta que a característica fundamental da cooperação desenvolvida por trabalhadores rurais no Brasil é a sua realização em bases artesanais, situação que, segundo Rios (2004), é resultado da questão agrária brasileira – determinada pela forma como o capitalismo se desenvolveu no campo –, que relegou ao trabalhador rural a ausência de qualquer tipo de tecnologia agrícola, assistência técnica e políticas públicas.

A autora Scopinho (2005, p. 3), ao demarcar conceitualmente a cooperação, sintetiza-a como “ação social articulada e alinhavada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos”, sendo entendida em dois sentidos: como ação espontânea e ação-padrão.

A ação espontânea é “inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições” (SCOPINHO, 2005, p. 3) e a ação-padrão é “desenvolvida no interior de organizações cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho” (Id. *ibid.*).

A síntese da autora sobre a cooperação como ação-espontânea é associada a práticas que se realizam nos chamados espaços informais, por não exigir algum tipo de estrutura organizacional jurídica ou legal. Nessa perspectiva, a cooperação é orientada por questões e necessidades diárias e emergenciais do cotidiano de determinados grupos, sendo esse o principal motivador da existência da cooperação nesses espaços. Assim, não requer

necessariamente mecanismos de elaboração, gestão e documentação das experiências, donde a relação com a idéia de espontaneidade.

A partir disso, Scopinho (2005) aborda a relação entre cooperação e cooperativismo, sendo que ambos, além de não serem sinônimos, em algumas situações não estão necessariamente relacionados. Assim, diferencia que o cooperativismo tem como condição a prática da cooperação através de cooperativas, mas o processo de cooperação, por sua vez, não constitui necessariamente uma organização cooperativa.

Nesse sentido, identificamos que o cooperativismo associado à formação de cooperativas corresponde ao que a autora denomina de “ação-padrão”, entendendo-a enquanto espaço de realização sistemática da cooperação através de uma estrutura organizacional:

Cooperativa é entendida aqui como modelo de estrutura organizacional, do qual se originam sociedades constituídas sob a forma democrática para atingir fins específicos, ou seja, associação de pessoas, de natureza autogestionária, regida por princípio de igualdade no que se refere à propriedade, gestão e repartição de recursos (Camargo, 1960; Rios, 1976; Fleury, 1983) (SCOPINHO, 2005, p. 3).

Considerando essa relação entre cooperação e cooperativismo, vemos que a primeira está associada à prática norteadora das mais diversas formas de trabalho coletivo, enquanto a segunda é considerada como a principal forma de cooperação, difusora da doutrina sobre a organização de cooperativas, baseada predominantemente nos princípios rochdaleanos ¹¹.

Na sua definição elementar, o cooperativismo é tido como “um sistema econômico que faz das cooperativas a base de todas as atividades de produção e distribuição de riquezas, tendo como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o seu pleno desenvolvimento econômico e social” (www.wikipédia.org/wiki/Cooperativismo).

No estudo realizado por Ide (2004), são identificados diferentes conceitos, definições e concepções que norteiam a teoria e a prática do cooperativismo, em que, sendo este considerado como construção humana, tem-se como pressuposto a história social referente ao cooperativismo.

¹¹ Os **princípios rochdaleanos** dizem respeito às normas e diretrizes construídas a partir da experiência de Rochdale, na Inglaterra, considerada a primeira cooperativa moderna.

Nessa perspectiva, o cooperativismo é abordado a partir de três sentidos: como noção doutrinária, como noção organizativa e como noção de lugar. A noção doutrinária é compreendida como preceitos morais; a noção organizativa indica propostas de estrutura organizacional; e a noção de lugar é sobre o espaço onde estão inseridas as cooperativas formadas por coletivos.

Com isso, percebemos a amplitude que o cooperativismo adquire, sendo abordado por diversas áreas de conhecimento, de modo que a perspectiva do autor – principalmente no que diz respeito às noções organizativa e de lugar – contribui no sentido de pensarmos sobre as experiências cooperativistas concretas.

Tendo como pressuposto que o cooperativismo se caracteriza como uma forma de cooperação não-homogênea, é importante destacar que a organização de cooperativas na sociedade de classes pode estar associada fundamentalmente ao capital ou aos trabalhadores, tendo como principal diferença o fato de que, na primeira condição, não se pressupõem unidades de produção coletivas, enquanto na segunda se prevê a coletivização dos meios de produção.

A partir desses elementos, vemos que a cooperação pode alcançar diversas dimensões da vida social, mas a organização da cooperação no espaço direto de realização do modo de produção, inserido no processo de divisão social do trabalho, foi o que historicamente predominou na sociedade capitalista. Assim, resgatar a história da cooperação como ação relevante que compõe a formação das relações sociais é contextualizá-la de forma interdependente ao cooperativismo, cujo ponto de partida são as experiências realizadas no século XIX na Europa, as quais estiveram no centro do debate sobre o movimento cooperativista.

Tendo como eixo central a análise histórica, a discussão sobre cooperação e cooperativismo não é vista como conceito ou teoria em si, mas como uma questão da realidade situada no âmbito das contradições que permeiam as relações sociais.

Considerando a realidade do movimento cooperativista, as principais experiências de cooperação ligadas aos trabalhadores foram iniciadas na

Inglaterra e na França e ocorreram a partir de uma relação com o movimento operário, que desenvolveu inicialmente a organização de cooperativas urbanas.

Apesar da relação estabelecida entre o cooperativismo e a classe trabalhadora da época, as experiências das cooperativas não constituíram um modo de organização do trabalho exclusivo dos movimentos de trabalhadores. Naquele mesmo período, o cooperativismo também era utilizado como forma de organização de trabalho pelos próprios capitalistas, tendo como meta principal o aumento do lucro no processo de produção. Nesse caso, as primeiras experiências de cooperativas ocorreram no campo da comercialização, tendo como objetivo diminuir custos para os proprietários comerciais e sendo organizadas em associações de pequenos capitalistas que se tornaram posteriormente cooperativas empresariais.

As primeiras experiências organizadas pela classe trabalhadora surgiram a partir das ações de operários que começaram a questionar e combater as condições de trabalho às quais estavam subjugados nas fábricas. Nesse período, as principais formas de luta e resistência desses trabalhadores – muitos dos quais estavam desempregados – eram a realização de greves, a destruição de máquinas e a tentativa de formação dos primeiros sindicatos. Nesse processo, a criação de cooperativas autogeridas também se tornou uma dessas ações dos trabalhadores na luta pela sobrevivência.

De acordo com Germer (2006, p. 197-198), essas experiências de cooperativismo se deram em dois campos: por um lado, a ocupação, pelos trabalhadores, de fábricas falidas, visando suprir o desemprego crescente entre os operários; e, por outro lado e ao mesmo tempo, a elaboração de teorias utópicas acerca do socialismo – através de autores como Fourier, Saint-Simon e Owen –, tendo por referência algumas dessas experiências. Nas palavras do autor:

O fenômeno cooperativista, nesse período, apresenta-se sob duas formas. Por um lado era o subproduto das lutas práticas dos trabalhadores, que ocupavam fábricas falidas e tentavam convertê-las em cooperativas, como reação defensiva diante do desemprego causado pelas crises industriais, enquanto, por outro lado, constituía a base de utopias sociais elaboradas por intelectuais brilhantes (como Fourier e Saint-Simon) e mesmo por industriais de prestígio (caso de Owen).

Nesse contexto, destacamos a atuação de Robert Owen, autor e ativista de grande influência nessa fase, elaborando propostas sobre a organização da produção, nas quais propunha que as indústrias fossem colocadas sob o controle dos trabalhadores e os resultados do trabalho fossem repartidos igualmente. Assim, o owenismo se tornou influente no movimento de massas e muitos dos fundadores de Rochdale¹² eram seguidores de suas idéias.

A experiência de Rochdale obteve reconhecimento pelo seu avanço no campo industrial e econômico, tornando-se conhecida e dando visibilidade às cooperativas que começavam a ser geridas por trabalhadores. Mas, de acordo com Santos (2002), a organização das primeiras cooperativas de trabalhadores se iniciou na França:

As primeiras cooperativas de trabalhadores foram fundadas na França, por volta de 1823, por operários que, depois de organizarem uma série de protestos contra as condições de trabalho desumanas nas fábricas em que trabalhavam, decidiram fundar e administrar coletivamente as suas próprias fábricas (Birchall, 1997: 21). Estas primeiras experiências cooperativas surgiram da influência das teorias pioneiras do associativismo contemporâneo (SANTOS, 2002, p. 33).

A partir desse contexto e considerando a importante presença de trabalhadores na formação das primeiras cooperativas, o fenômeno cooperativista passou a ser visto por muitos de forma diretamente associada às idéias progressistas e revolucionárias, principalmente por estar ligado à perspectiva de democratização do processo produtivo.

Nesse sentido, é importante destacar dois aspectos que contribuem para não nos limitarmos a uma visão linear do movimento cooperativista. O primeiro é termos como referência que a cooperação e o cooperativismo se constituíram na sociedade permeando diversas práticas e sendo realizados no todo complexo e contraditório das relações sociais, adquirindo forma e conteúdo a partir da relação dialética entre a ação dos sujeitos e as condições objetivas de determinada realidade. O segundo aspecto é abordarmos as experiências do associativismo operário como uma das dimensões do

¹² No ano de 1844, 28 tecelões do bairro Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, criaram uma associação que mais tarde seria chamada de *Cooperativa*. Explorados na venda de alimentos e roupas pelo comércio local, os artesãos montaram primeiro um armazém próprio. Depois, a associação apoiou a construção e a compra de casas para os tecelões e montou uma linha de produção para os trabalhadores que tinham salários muito baixos ou estavam desempregados.

movimento cooperativista. Pois, apesar de ser central o estudo sobre as experiências históricas de cooperativismo – ligadas principalmente à classe operária – que se deram no centro da discussão sobre a relação cooperativismo e socialismo, é importante destacar que esse não foi o único eixo do movimento cooperativista.

As diversas experiências de cooperativas que se constituíram nesse contexto, subsidiando, na dimensão concreta, as discussões sobre cooperativismo e socialismo, tornaram-se referência para teóricos utópicos e materialistas, assim como para dirigentes políticos do movimento operário que estavam preocupados com o avanço da luta da classe trabalhadora na perspectiva da transformação social. Mas essa concepção não determinava o todo do movimento cooperativista, como identificado por Namorado (2000 apud MARTINS, 2000, p. 9):

O movimento cooperativista no seu início foi um dos aspectos do associativismo operário. E se, como o mostra esta recolha, desde os seus primórdios que existiam no movimento operário concepções esclarecidas que lhe atribuíam o devido lugar e lhes assinalavam os limites, não é menos verdade também que desde o início houve quem o usasse como conteúdo de seus esquemas utópicos de transformação da sociedade.

Assim, nem o debate nem a organização concreta das cooperativas integravam um movimento cooperativista unitário, que visasse necessariamente à democratização dos meios de produção e à transformação das relações de produção.

Embora tenham ocorrido várias experiências que contribuíram e fizeram parte de iniciativas associadas ao movimento operário e à luta pelo socialismo, vemos, do ponto de vista histórico, que o cooperativismo foi se constituindo nos diversos espaços da luta política e econômica, estando vinculado a diferentes objetivos e perspectivas. Nesse sentido, a origem do cooperativismo deve ser compreendida como uma prática desenvolvida e materializada a partir da dinâmica da luta de classes adquirida naquele momento histórico.

A partir dessa perspectiva crítica do processo histórico de constituição do cooperativismo, a cooperação não é tida como uma forma coletiva de organização do trabalho que vem necessariamente questionar as

relações de produção, assim como pode ou não se tornar um aspecto da luta política e ideológica da classe trabalhadora, no sentido da transformação social:

Seria um equívoco deduzir o suposto caráter revolucionário dessas cooperativas do fato de uma parte delas ser constituída em fábricas ocupadas pelos trabalhadores. Apesar de importantes, esses processos consistiam antes em reações defensivas dos trabalhadores em situações críticas do que em desdobramentos de projetos conscientes de socialização de meios de produção (GERMER, 2006, p. 198).

Ainda de acordo com Germer (2006), os limites das cooperativas, em relação ao desenvolvimento da luta política da classe trabalhadora, também foi determinado pelas fases históricas do movimento operário, que vivenciou primeiramente o momento de influência utópica e posteriormente do socialismo científico. Além disso, é identificada pelo autor a organização de cooperativas também entre os donos dos meios de produção, como já mencionado anteriormente.

Nesse período, Inglaterra e França foram países que tiveram uma intensa experiência no campo do cooperativismo. Embora sejam apontados por autores como Namorado (2000 Apud MARTINS) os limites acerca da relação “socialismo e cooperativismo”, considerando que o movimento cooperativista pouco contribuiu concretamente para a luta política da classe trabalhadora naquela época, essas experiências tiveram um papel importante no debate sobre as contradições das relações de produção capitalistas, naquele contexto da realidade econômica e política dos países mencionados.

Além das cooperativas, outras formas e experiências de cooperação – como de cooperação agrícola ocorridas em diferentes países – foram desenvolvidas e adquiriram importância no debate sobre o socialismo:

As cooperativas de produção, onde tantas esperanças se depositaram, nunca chegaram a atingir mais do que uma expansão incipiente. As cooperativas de consumo, menos valorizadas num primeiro momento, vieram mais tarde a apresentar-se como o setor com mais potencialidades dentro do movimento cooperativo, que levaram a extrapolar largamente as suas raízes operárias. Mais tarde, com a abertura de vias de transição para o socialismo, a cooperação agrícola veio a assumir uma importância bastante grande nessas sociedades, integrando-se no esforço geral de transformação da economia como uma forma autogerida de atividade, protegida e encorajada pelo poder central, a cuja lógica não se subtraía e sob cuja égide se desenvolvia (NAMORADO apud MARTINS, 2000, p. 10).

Dentre as experiências de cooperação agrícola, podemos destacar a experiência da *zadruga eslava*, que ocorreu na Iugoslávia no período de 1844 a 1941, nas regiões da Boêmia, da Morávia e da Macedônia. Nessas comunidades, a terra e os bens eram de uso comum, e o trabalho, realizado de forma coletiva, de modo que os lucros eram divididos entre todos os membros de cada um dos coletivos, formados normalmente por 20 pessoas com algum tipo de relação familiar. Além de atividades agrícolas, essas experiências desenvolveram atividades nas áreas do artesanato e de pequenas indústrias.

Houve no México, a partir da realização da reforma agrária, no ano de 1915, a experiência dos *ejidos*, um regime comunitário desenvolvido por populações do campo, em que cada aldeia comportava pequenos grupos chamados *calpulli*. Cada um desses grupos realizava o cultivo da terra em três partes, sendo que uma parte era cultivada por todos os membros do *calpulli*, a outra era destinada individualmente a cada membro e a terceira parte, destinada ao cultivo individual de uma família.

A experiência dos *kibutz*¹³, em Israel, teve início com sua primeira forma de exploração coletiva na produção agrícola, no ano de 1909, e até o período atual se mantém influente em relação aos princípios cooperativistas desenvolvidos no país. Além de organizações coletivas na área da produção, foram desenvolvidas funções militares nas regiões fronteiriças e de formação de quadros para a administração pública. No sistema de organização dos *kibutz*, a propriedade é comunitária, os bens e a organização do trabalho são administrados pela comunidade e a terra pertence ao Estado de Israel.

Além das experiências ocorridas nos países já citados, houve também, em países socialistas como União Soviética, China e Cuba, importantes experiências de cooperação agrícola que contaram com significativa participação da população e apoio do Estado, possibilitando avanços nas dimensões econômicas e sociais desses países:

¹³ Em hebraico, *kibutz* significa grupo, aldeia coletiva. O *kibutz* é, na experiência israeliana, o modelo com maior originalidade, mas esta advém mais das suas características quanto à vida comunitária, designadamente sobre o modo que assegura a satisfação das necessidades dos membros, do que como empresa agrícola (CONCRAB. **As experiências clássicas de cooperação agrícola**. Caderno das experiências históricas de cooperação n. 03. São Paulo: CONCRAB, 2001).

Com o objetivo de permitir um desenvolvimento social e econômico mais acelerado e propiciar o aumento na geração de produtos agrícolas para consumo da população e matérias primas para as indústrias, as formas principais de cooperação adotadas nesses países variavam entre a propriedade estatal (URSS e Cuba), propriedade comunal (China) e cooperativas camponesas de trabalho coletivo (Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Alemanha Oriental). Em alguns países socialistas manteve-se, contudo, a forma de pequenas propriedades familiares como forma dominante na agricultura (Polônia, Iugoslávia e Nicarágua) (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 13).

Nesse sentido, destaca-se, na União Soviética, a experiência dos *kolkhoz*, que até 1975 eram considerados as empresas agrícolas mais significativas do país, constituindo-se numa organização cooperativa de camponeses agrupados voluntariamente para explorar em conjunto uma grande empresa agrícola socialista, graças aos meios de produção comuns e ao trabalho coletivo (CONCRAB, 2001).

Outra experiência de cooperação agrícola que adquiriu importância econômica e social no contexto internacional foi a da Comuna Popular na China, consolidada em 1958, após a realização da reforma agrária, iniciada em 1950. Essa experiência se estruturou em diferentes fases, que compreenderam equipe de entreatajuda, cooperativa socialista avançada, até chegar à comuna popular, alcançando um sistema em que a propriedade da terra, o trabalho e o capital eram geridos coletivamente entre os camponeses e os trabalhadores.

A partir desses aspectos e considerando os diferentes contextos em que a cooperação foi desenvolvida, percebemos a importância desta no processo de organização da vida política, social e econômica de diferentes países e culturas. Ao visualizarmos o movimento cooperativista e as principais experiências de cooperação agrícola no contexto internacional, percebemos as diversas formas adquiridas e os papéis que desempenharam no conjunto das relações sociais de seus respectivos contextos históricos.

Nesse sentido, os elementos abordados apresentam um importante significado histórico, de forma diretamente relacionada com a perspectiva da classe trabalhadora e a questão do socialismo. Assim, não temos a pretensão de dar conta do conjunto desse processo, considerando principalmente a diversidade de realidades e abordagens existentes, mas temos essa análise

como ponto de partida para situarmos os principais elementos que influenciam a discussão teórica sobre a temática na atualidade.

2.2 Elementos do debate teórico da cooperação e do cooperativismo

Para abordarmos a cooperação enquanto ação permeada pelas contradições da realidade social, traçamos, a partir das indicações de alguns estudiosos, aspectos presentes na sua discussão teórica e política.

Nesse sentido, percebemos, a partir do movimento real, os diferentes direcionamentos e concepções de cooperação e cooperativismo que se constituíram. Visando não cairmos no equívoco de tratar a temática de forma homogênea, abordamos elementos do debate teórico, identificando, a partir da análise marxista, diferentes tendências de análise que permeiam o estudo e a prática da cooperação.

Presente em espaços de trabalho determinados pelos donos dos meios de produção, a cooperação no âmbito da produção capitalista foi historicamente utilizada com o sentido de potencializar os benefícios ao capitalista, sendo esse o aspecto da cooperação abordado por Marx no capítulo XI, do Livro I de “O capital”.

Como mencionamos ao abordar os aspectos históricos, desde o século XIX na Europa, os capitalistas também passaram a utilizar o cooperativismo enquanto parte da estratégia de aumento do seu lucro. Essas práticas de cooperativismo adquiriram um caráter fundamentalmente mercadológico, estando diretamente associadas à concepção do cooperativismo tradicional. Sendo que essa tendência se caracteriza por ser formada pela associação de pequenos e/ou grandes capitalistas, donos dos meios de produção, que visam, através desse método de trabalho, à maximização dos lucros.

Analisando o contexto atual no Brasil, vemos que o cooperativismo tradicional tem como centralidade do seu discurso a necessidade de

industrialização e modernização das relações de produção, de forma aliada à defesa da flexibilização dos direitos trabalhistas.

Silva (2002) analisa essa estratégia tendo como referência atual as cooperativas de proprietários rurais. Nesse estudo, destaca o discurso cooperativista¹⁴ utilizado pelos capitalistas e o apoio do Estado através de políticas públicas, enquanto prática legitimadora da expropriação dos meios de produção dos trabalhadores rurais e camponeses e, ao mesmo tempo, da compra de sua força de trabalho:

De forma geral, as cooperativas agrícolas no Brasil seguem duas tendências distintas: uma considerada tradicional e uma outra de resistência. Esta primeira, identificada na maioria das vezes com a proposta de “industrializar” e “modernizar” as relações no campo, funciona como veículo de desenvolvimento do setor primário, isto é, um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no mercado, não permitindo sua destruição (elemento estratégico do modo de produção capitalista) (SILVA, 2002, p. 234).

A partir dessas reflexões e considerando a realidade brasileira, apontamos como exemplo concreto, no sentido de representar o cooperativismo tradicional, a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), formada por grandes cooperativas industriais e comerciais do estado de São Paulo. Essa Organização representa as grandes cooperativas capitalistas de São Paulo, funcionando como entidade que cumpre o papel de ser porta-voz dos interesses econômicos e políticos dessas cooperativas.

Formalmente, a OCESP tem como pressuposto que a “Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”

¹⁵

Nesse sentido, vemos que esse tipo de estrutura organizacional cooperativa compartilha formalmente dos mesmos princípios que fundaram e orientam o cooperativismo de forma geral, principalmente no que tange à característica fundamental da propriedade e da gestão coletivas. Mas

¹⁴ **Discurso cooperativista** é utilizado aqui com o objetivo de problematizar a função que a propriedade e a gestão coletiva adquirem nesse caso, que é de justamente reafirmar a concentração de riqueza entre os capitalistas.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.ocesp.org.br>>.

atentamos para o fato de que a questão específica identificada nesse caso é a finalidade à qual esses princípios e práticas estão associados.

Identificando primeiramente essas questões e características que permeiam o cooperativismo tradicional, reafirmamos o nosso entendimento sobre a cooperação como forma historicamente determinada, que toma concretude a partir das relações sociais. Nessa perspectiva, buscamos no debate de tradição marxista os principais elementos que apontam para a tendência que aborda a relação entre a cooperação e o socialismo.

As iniciativas mais analisadas por Marx e por autores de tradição marxista foram as fábricas-cooperativas. Tais autores buscavam, a partir dessas experiências, refletir sobre possibilidades de uma nova estrutura social. Em alguns estudos e debates sobre essa problemática Marx e Engels enfatizaram as diversas contradições e limites da cooperação determinada pelas relações de produção capitalistas.

A centralidade do pensamento de Marx se constituiu na análise profunda sobre o modo de produção do sistema capitalista. No decorrer dos seus estudos sobre as relações de produção, o autor tinha como pressuposto que, ao se tratar de produção, era preciso evidenciar qual a época histórica e o nível de desenvolvimento social e produção dos indivíduos se estava tratando. Por isso, definiu como seu objeto de estudo a “produção burguesa moderna”.

Identificando a produção capitalista como sua questão principal de estudo, Marx a definiu fundamentalmente como produção material. Assim, seu ponto de partida para esse estudo era a produção dos indivíduos socialmente determinada. Ele apontou que, ao analisarem as diversas fases do sistema de produção, composto pela produção, distribuição, troca e consumo, os economistas clássicos viam a produção como ponto inicial, o consumo como ponto final e a distribuição e a troca como meio-termo. Segundo o autor, esses economistas, ao partirem do geral, acabavam segmentando as fases componentes de um mesmo processo, ou seja, não conseguiam estabelecer as relações entre o comum e o específico, durante o processo de produção.

Assim, quando as fases do sistema de produção eram vistas como um “silogismo correto”, em que a produção era a generalidade, a distribuição e

troca, a particularidade, e o consumo, a individualidade, gerava-se uma articulação superficial. Essa deficiência, proveniente do método de análise dos economistas clássicos, foi expressa principalmente pelo fato de que, nessas circunstâncias, o consumo era visto como a própria finalidade.

A partir desses elementos, Marx estava demonstrando a superficialidade das análises econômicas, que acabavam restringindo e camuflando a abrangência da economia, tão presente na vida social e política da sociedade. Para o autor, a melhor forma de entender o modo de produção capitalista burguês na sua radicalidade era ver os diferentes momentos do processo de produção em sua unidade. Por isso, entendia que produção era imediatamente consumo e consumo era imediatamente produção, de modo que um era contrário ao outro, mas também um não existia sem o outro.

Com essas indicações sobre o processo de produção, que fundamentaram as conclusões sobre as formas de organização das relações de produção e das forças produtivas em sua essência, Marx sistematizou, a partir do método materialista-dialético, a configuração da formação social capitalista:

(...) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 2003, p. 5).

A preocupação central de Marx em pesquisar o capitalismo em sua essência tinha como motivação principal o comprometimento político em conhecer essa realidade para transformá-la e, para isso, era necessário conhecê-lo em sua radicalidade.

Nesse sentido, vemos que o marxismo é a teoria que mais nos proporciona elementos para análise da sociedade burguesa, tendo como principais fundamentos teóricos sobre a produção social o fato de que a acumulação capitalista se dá com base na privação de capital da grande maioria da população e de que o desenvolvimento capitalista é uma contínua revolução das forças produtivas.

Segundo Schmit (2005), Marx, no conjunto da sua teoria, trouxe importantes reflexões sobre o cooperativismo, no sentido de pensá-lo como empreendimento econômico que também deveria se tornar político. Embora não tenha tratado da temática de forma específica, suas abordagens e posições apontavam para um claro posicionamento, no qual, segundo Schmit (2005), reconhecia o valor do cooperativismo como movimento político-social, enquanto via para o socialismo; enfim, enquanto instrumento prático-teórico.

Um dos períodos principais de reflexão de Marx sobre o cooperativismo é expresso no “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”, em que são demonstrados elementos sobre os limites impostos ao cooperativismo, que se mantém isolado, e em relação à problemática que envolve os diferentes direcionamentos da cooperação:

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, liberar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar *as nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas. Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais (MARX, 1980, p. 319- 320).

Marx, portanto, apontava que um dos maiores desafios do movimento cooperativista era conseguir tornar as experiências cooperativistas num instrumento de luta contra o capitalismo, sendo necessário, para isso, a superação de iniciativas isoladas. Somente assim, a partir de uma ação coordenada pelo conjunto da classe trabalhadora, o cooperativismo alcançaria um significado de ação política.

O cooperativismo seria, para Marx, um empreendimento político de amplo significado prático-teórico, desde que se alcançasse a uma jornada de expansão coordenada, por meio da qual seria possível eliminar a segunda condição de manutenção do modo capitalista, isto é, a anarquia da divisão social do trabalho. Deduz-se, assim, que o fundamental, para Marx, seria que as cooperativas cooperassem entre si segundo um plano político definido e orquestrado; em rede e em grande escala; transnacionalmente, embora devesse, primeiramente, constituir-se com solidez no âmbito legal das nações (SCHMIT, 2005, p. 7).

Esse aspecto da relação entre ação política e cooperativismo apontado por Schmit (2005), ao abordar as reflexões de Marx, coloca-se como uma questão central que tem como pano de fundo a discussão do cooperativismo associado a uma perspectiva de luta de classes.

A partir disso, destacamos que, tanto no âmbito do cooperativismo quanto no da tradição marxista, houve várias reflexões, estudos e debates sobre a problemática da cooperação e a luta de classes. Dentre as várias divergências que havia sobre isso, podemos afirmar que o eixo norteador se detinha a pensar sobre a relação entre cooperativismo e socialismo.

Em “O capital”, no capítulo XI do Livro I, Marx aborda a questão da cooperação no processo de produção capitalista e enquanto estratégia de aumento de lucro para o capitalista, vendo-a como uma forma peculiar desse processo de produção. Por isso, chegou a concluir que “a cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista”, uma vez que era o capital que propiciava e viabilizava as condições para a realização do modo cooperado de trabalho entre os operários. Com isso, ele queria demonstrar a dependência da cooperação em relação ao capital nas experiências que estava analisando.

Embora a centralidade de sua análise fosse essa, Marx também considerou que, “ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve capacidade da sua espécie” (MARX, 1989, p. 378), reconhecendo um sentido importante da cooperação para a formação da vida social e política.

Nesse sentido, Marx aborda a temática da cooperação, privilegiando a relação estabelecida com o sistema de produção capitalista. Mas, sem deixar de perceber as contradições, levantou questões referentes ao debate do cooperativismo e a possibilidade de construção de um modo de produção da classe trabalhadora, num contexto de luta de classes.

Esse debate, ao ter como principal referência concreta as experiências de cooperativismo realizadas pelo movimento operário europeu do século XIX, abordava principalmente as limitações que o capitalismo lhes

impunha, uma vez que tinham como objetivo a organização econômica e política da classe trabalhadora.

Essas questões foram analisadas de forma diferenciada por estudiosos marxistas. Alguns intelectuais, como Chayanov e Kautsky, abordaram diretamente a questão da cooperação e do cooperativismo na agricultura, tendo como objeto central de estudo as questões referentes ao campesinato e ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

De acordo com Silva¹⁶ (2002), Alexander Chayanov, pensador russo, teve como preocupação de sua análise a dinâmica e a formação da família camponesa, vista por ele como um conjunto de produtores e consumidores. Essa condição, para ele, era o que determinava as decisões da família camponesa, e entender essa forma de organização do camponês era fundamental, segundo o autor, para a concretização de iniciativas de cooperação agrícola que visassem a um enfrentamento ao avanço do capitalismo na agricultura.

Assim, o alcance do cooperativismo como forma mais complexa de cooperação se daria num processo que, para alcançar seus objetivos, teria que entender a dinâmica de vida camponesa, para posteriormente se construírem as mudanças na forma de organização da produção:

Em relação ao processo cooperativo, Chayanov acredita que, primeiramente, é necessário entender este plano organizativo de produção do campesinato para, posteriormente, se pensar numa intervenção que acredita necessária, contra aquilo que considera uma ameaça: a penetração do capitalismo na agricultura e a subordinação do camponês em relação ao mercado (SILVA, 2002, p. 230).

Karl Kautsky (1980), autor do clássico “A questão agrária”, teve como base para seu estudo uma análise dos diversos períodos de organização da agricultura na Europa, entre os séc. XV e XIX, buscando entender as transformações ocasionadas na agricultura pelo sistema de produção capitalista. Nesse sentido, o autor se dedica a desenvolver duas questões principais: as formas de exploração capitalista no campo e a situação e caracterização da classe camponesa nesse processo.

¹⁶ SILVA, Tânia Alves da. Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST. In: **Terra Livre**. São Paulo: Ano 18, n. 19. jul/dez 2002. p. 229-242.

Identificando as diferentes formas de exploração exercidas pelos capitalistas no campo, Kautsky chega a apontar que a possibilidade de se encontrar um elemento revolucionário no contexto da agricultura só poderia vir do camponês, pois este era o sujeito que sofria todos os tipos de exploração. Mas, devido a vários fatores, o capitalismo na agricultura estava conseguindo se manter e avançar, sem causar indignação extrema no camponês, evitando que se chegasse a uma situação em que esses trabalhadores quisessem a transformação social ou a revolução.

Assim, ao mesmo tempo em que o elemento revolucionário poderia estar na classe camponesa, por ser essa a mais explorada, essa mesma classe também poderia continuar vivendo na referida situação, afinal, estava conseguindo se manter nesse modo de produção, mesmo que em condições sub-humanas.

A partir desse estudo, o autor aponta como principal elemento a relação de dependência da agricultura em relação à indústria, no processo de desenvolvimento do capitalismo. Essa mesma relação é estabelecida entre a classe camponesa e a classe operária, sendo que a primeira se coloca de forma dependente em relação à segunda no sentido político. Com isso, identifica o campesinato com uma situação de “atraso econômico e social” e afirma que, devido ao seu modo de vida e produção, estava destinado pelas determinações históricas a uma cultura extremamente individualista.

Considerando essa análise, Kautsky sintetiza duas idéias centrais em relação à cooperação agrícola: a de que o cooperativismo só teria condições de ser realmente desenvolvido a partir de uma ação desencadeada pelo proletariado, uma vez que essa seria a classe protagonista do processo revolucionário, e a de que a concretização plena do cooperativismo só seria possível no socialismo:

Compreendendo que só poderá salvar-se por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha a força de modificar a forma da sociedade, no sentido dos seus interesses. Mas então ela será socialista (KAUTSKY, 1980, p. 149).

Lênin¹⁷ também se deteve mais nos limites e contradições da cooperação agrícola no capitalismo do que nos avanços e conquistas que ela poderia trazer à classe trabalhadora. Para ele, a cooperação tinha mais funcionalidade para o capitalismo, aumentando a produtividade do trabalho, do que para a luta pelo socialismo. Assim, as experiências de cooperativismo desenvolvidas pela classe trabalhadora ficavam muito restritas a conquistas pontuais e não tinham condições de enfrentar e/ou substituir as relações de produção capitalistas.

Em suas reflexões sobre a cooperação, o autor se dedicou a abordar a importância política da cooperação, já no contexto socialista da União Soviética. Se, por um lado, Lênin considerava as experiências cooperativistas no sistema capitalista como inúteis para o acúmulo de forças e a organização política da classe trabalhadora, por outro lado, abordou a cooperação como fundamental para a consolidação do socialismo na Rússia, após a revolução de 1917.

A concepção de Lênin aponta que, no capitalismo, as cooperativas não passavam de empresas capitalistas que, ao invés de serem de um único proprietário, passavam a pertencer a um pequeno ou grande grupo. Por isso, entendia que, para a cooperação potencializar o projeto socialista, era preciso primeiro a conquista do Estado, do poder político e dos meios de produção por parte do proletariado:

Eis por que temos razão para dizer que esse socialismo “cooperativo” é algo de puramente fantástico, romântico e mesmo vulgar, já que se sonha transformar os inimigos de classe em colaboradores de classe, e a luta de classes numa paz de classes (paz social, como se costuma dizer), pelo simples agrupamento da população em cooperativas. É certo que, do ponto de vista da principal tarefa da nossa época, tínhamos razão, porque sem uma luta de classes pelo poder político do Estado, é impossível realizar o socialismo (LENIN apud MARTINS, 2000, p. 55).

Mas, analisando a realidade social russa a partir da Nova Política Econômica (NEP), em 1923, o autor também reconhecia que, mesmo após a conquista do Estado e dos meios de produção, era necessário estabelecer um processo de revolução cultural, para que a cooperação, enquanto forma de

¹⁷ Elementos extraídos do texto “A cooperação no socialismo”, de 1923. In: MARTINS, Adalberto (org). **O cooperativismo no pensamento marxista**. Caderno das experiências históricas n. 2. São Paulo, CONCRAB, 2000.

organização econômica, passasse a fazer parte do modo de vida e produção da população, principalmente dos camponeses:

Ora, esse trabalho entre os camponeses tem por objetivo econômico a cooperação. E se pudéssemos agrupá-los todos em cooperativas, entraríamos todos no terreno socialista. Mas esta condição implica um tal grau de cultura do campesinato (digo bem do campesinato, já que ele forma uma massa imensa), que essa organização generalizada nas cooperativas é impossível sem uma verdadeira revolução cultural (LENIN apud MARTINS, 2000, p. 57).

De forma geral, esses autores tinham como preocupação abordar a cooperação de forma associada à perspectiva socialista, enquanto projeto de sociedade a ser construído pela classe trabalhadora. Nesse sentido, reconhecemos a importância das questões abordadas por Marx e autores da tradição marxista. Principalmente porque essa é a tendência que vai se preocupar em pensar a cooperação, no sentido econômico e político, influenciando, assim, concepções como a do MST.

Embora esse debate tenha reconhecida relevância histórica e prática, identificamos que, na tradição marxista, questões abordadas sobre a cooperação no âmbito da relação entre cooperativismo e socialismo ficaram de certo modo “adormecidas”, principalmente depois da experiência socialista da União Soviética. Tanto assim que há, inclusive, certa escassez de bibliografias e estudos mais atuais que tratam dessa problemática no contexto histórico contemporâneo.

A partir disso, percebemos que, na atualidade, a questão da cooperação e do cooperativismo vem sendo abordada de forma predominantemente associada a um discurso de melhoria das condições de vida, de valorização da pequena economia e de possibilidade de humanização do capitalismo. Não é por acaso que, inclusive, autores do pensamento liberal contemporâneo, como Jon Elster¹⁸, defendam o cooperativismo como alternativa econômica para os trabalhadores no sistema capitalista.

Os princípios e fundamentos difundidos e elaborados na atualidade pela concepção da “produção não capitalista” como uma das alternativas que compõem o quadro de reformas necessárias ao capitalismo se associam ao

¹⁸ ELSTER, Jon. **A possibilidade da política racional**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 39, 1999.

que nós identificamos como uma terceira tendência de análise acerca da cooperação e do cooperativismo.

Essa perspectiva situa o debate da cooperação no campo da construção de alternativas, entendendo que as formas de produção alternativas ao capitalismo são fundamentais para o enfrentamento da exclusão social e da globalização neoliberal. Segundo Santos (2002), essas alternativas se configuram como práticas e teorias que desafiam o capitalismo, sendo elas transformações graduais que criam espaços de solidariedade dentro ou às margens do sistema capitalista:

(...) ao contrário do que proclama o neoliberalismo, é hoje mais urgente que nunca fomentar formas de produção e de distribuição de bens e serviços alternativos às formas capitalistas, uma vez que estas nunca foram tão excludentes e nunca deixaram os excluídos em condição de tão grande vulnerabilidade (as populações descartáveis)... Esta produção não capitalista é hoje uma das formas centrais de resistência à globalização neoliberal (SANTOS, 2002, p. 16).

Os principais apontamentos de Santos (2002) levam à conclusão de que “é uma tarefa urgente construir alternativas econômicas concretas que sejam emancipatórias e viáveis”, no sentido de serem diferentes das experiências socialistas realizadas na Europa, principalmente a partir do início do século XX, após a revolução de 1917.

Nesse sentido, o caminho seria buscar a construção de experiências anticapitalistas que tivessem um período de curto e médio prazo de sobrevivência no capitalismo, entendendo-se que formas de economia não capitalista compreendem uma economia que busca a resistência ao capitalismo, em suas principais vertentes, que são: o “cooperativismo”, as “economias populares” e as “alternativas ao desenvolvimento”.

A partir desses elementos, vemos que a concepção sobre a “produção não capitalista” se constitui como base teórica para a discussão da economia solidária. Sua relação com o cooperativismo se coloca a partir dos seguintes aspectos: são experiências organizadas por princípios não capitalistas, mas que operam numa economia de mercado; as cooperativas tendem a ser mais produtivas, já que os padrões são os próprios empregados, de modo que são boas nesse aspecto para competir na economia global;

ocasionam a distribuição da propriedade na economia e ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico.

De acordo com Singer (1999), são duas as características principais que constituem uma economia de caráter solidário: o fato de a empresa solidária negar a separação entre trabalho e capital; e o fato de nela não haver lucro. Assim, segundo o autor, a partir do momento em que as cooperativas passam a fazer uso do assalariamento, elas deixam de ser solidárias.

As experiências de economia solidária têm como pressupostos os princípios de Rochdale¹⁹, segundo os quais a cooperativa deve ser, acima de tudo, democrática e igualitária, sendo a modalidade básica de economia solidária a cooperativa de produção. Mas, segundo Santos (2002), existem outros tipos de economia solidária, como as cooperativas de consumo, as cooperativas de comercialização e as cooperativas de crédito.

Considerando que nem todas as experiências de cooperativismo praticam valores de economia solidária, esta é identificada como um tipo de cooperativismo. A economia solidária é configurada por Singer (2002 Apud SANTOS) como um modo de produção baseado nos princípios do cooperativismo, que está inserido na formação social capitalista. Mas se apresenta como uma expressão de alternativa real ao capitalismo, pois possibilita a socialização dos meios de produção e o uso desses para a geração de um produto social:

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que o utilizem para gerar o produto social (SINGER apud SANTOS, 2002, p. 86-87).

A partir desses aspectos, é necessário problematizar o fato de que o autor desconsidera fundamentos importantes da economia política marxista,

¹⁹ Organização que ficou conhecida como a primeira cooperativa de trabalhadores, já abordada anteriormente no item sobre os aspectos históricos da cooperação e do cooperativismo.

para chegar a tais conclusões. Nesse sentido, baseamo-nos na análise de Germer (2006), ao ter como pressuposto o seguinte:

O novo modo de produção se manifesta na própria estrutura do modo de produção vigente, na forma de mudanças qualitativas em aspectos essenciais deste, transfigurando-o crescentemente, até o momento da ruptura. Não há dois corpos sociais lado a lado, mas um mesmo corpo social em processo de transfiguração, que não é mais inteiramente o antigo, mas ainda não é o novo. Como todo modo de produção novo nasce no interior do antigo, a fase de transição entre o capitalismo e o socialismo deve necessariamente caracterizar-se pelo surgimento de formas contraditórias, das quais as fábricas cooperativas são exemplos (GERMER, 2006, p. 208).

Com isso, identificamos que Singer não considera as fábricas cooperativas de economia solidária como formas contraditórias, levando-o à afirmação da inexistência da contradição entre capital e trabalho, dentro das cooperativas, como se elas fossem corpos à parte ou alheios às leis da produção e do mercado capitalista.

O surgimento desse debate da economia solidária no Brasil se deu entre 1981 e 1983, como resposta à crise de muitas empresas. As experiências se iniciaram com o apoio de sindicatos a grupo de trabalhadores que assumiram a autogestão de empresas falidas. As experiências mais representativas de economia solidária passaram a ser referência no país no início da década de 1990.

Como exemplo dessas primeiras experiências, tem-se a fundação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), no ano de 1994, em São Paulo, formada por seis empresas falidas que foram entregues a gestão de ex-funcionários. Já em 1996, os sindicatos do ABC iniciaram a discussão sobre a formação de cooperativas, visando principalmente garantir os postos de trabalho, o que resultou na fundação, em 1999, pelos sindicatos, a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL).

Apesar de a economia solidária ter tido sua gênese no Brasil a partir de experiências com cooperativas urbanas, atualmente várias são as experiências identificadas como economia solidária. Ao identificar essas experiências, Singer (1999) aponta os trabalhos realizados: pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); pela Cáritas, através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs); pela UNITRABALHO, com as experiências

de cooperativas incubadoras em várias universidades do país; pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que é uma rede de financiamento de cooperativas, em forma de crédito solidário; pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Essa análise envolve um volume diverso de organizações sociais e experiências identificadas pelo autor como economia solidária, desconsiderando, nesse sentido, questões pertinentes quanto às muitas diferenças sociais, políticas e econômicas existentes entre elas.

Na perspectiva sob a qual baseamos este trabalho, vemos que a discussão acerca da economia solidária tem se limitado a associar o que, a nosso ver, se caracteriza muito mais como uma política de cooperativismo, incentivada inclusive pelo Estado, do que como um possível processo de construção de “produção não capitalista”.

A análise de Germer (2006) sobre a economia solidária aponta, inclusive, para uma funcionalidade que esta tem proporcionado ao capital, no terreno da luta política. Isso porque, segundo o autor, a economia solidária acaba por colocar a classe trabalhadora numa arena de luta extremamente desigual, restrita à concorrência econômica. Uma vez que esses trabalhadores se encontram de forma pulverizada em pequenas cooperativas e não possuem qualquer tipo de organização política ou proposta mais ampla de socialização do modo de produção, o máximo a que chegam é ao fato de serem absorvidos pelo mercado capitalista sem qualquer tipo de tensão ou conflito.

Ao mesmo tempo, o autor aponta que a aceitação e a visibilidade de propostas como a da economia solidária, na atualidade, também é reflexo do momento político vivenciado pela classe trabalhadora, a qual se depara com a ausência de um projeto que aponte para conquistas e transformações efetivas:

O surto de propostas utópicas nos moldes da “economia solidária”, assim como a proliferação de seitas salvacionistas, reflete o momento de crise e desesperança pelo qual passa a classe trabalhadora mundial atualmente (...). A discussão da “economia solidária” pode ser interpretada como um sintoma do recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado, cujo espaço é ocupado pela propagação de ideologias pequeno-burguesas, apoiadas nos mecanismos de difusão do sistema dominante (GERMER, 2006, p. 202).

Considerando todos os aspectos até aqui abordados, compartilhamos das reflexões de Germer (2006) sobre a economia solidária, pois é a partir das questões destacadas pela tradição marxista que nos baseamos para a análise da cooperação agrícola no MST. Mas, ao abordarmos a questão da cooperação e do cooperativismo, destacamos a importância de perceber como as diferentes tendências de análise permeiam o debate teórico e político da temática. A partir disso, abordaremos de forma mais específica a questão da cooperação agrícola, tendo como eixo o processo de organização política no MST.

3 A PROBLEMÁTICA DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST

3.1 A organização política do MST no contexto das lutas sociais no Brasil

A gênese do MST está associada à luta e à resistência de trabalhadores rurais contra a sua superexploração e expulsão do meio rural. As primeiras ações se iniciaram na região Centro-Sul do Brasil, no ano de 1979. A ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, foi uma das primeiras ações que fizeram parte do período de gênese do Movimento, juntamente com as ocupações de latifúndios realizadas nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O processo de gestação do MST, iniciado com as primeiras articulações e ocupações de terra nessas regiões, deu-se entre os anos de 1979 e 1984, fase em que os movimentos sociais retomavam suas lutas de forma mais visível e no sentido de claro enfrentamento à ditadura militar. Nesse período, destacava-se a luta por terra, organizada principalmente na região Sul do Brasil, por movimentos de trabalhadores rurais, como o Movimento de Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul. Além desses, havia

também as lutas localizadas de vários sindicatos de trabalhadores rurais e o apoio de parte da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Igreja Luterana.

Segundo aponta a pesquisa de Fernandes (2001) sobre a formação do MST no Brasil, no período inicial desse Movimento, foi fundamental o apoio da CPT, que contribuiu com a articulação de trabalhadores rurais sem terra de diferentes estados, através da organização de encontros e de trabalhos de base realizados através de Comunidades Eclesiais.

Com isso, o MST foi oficialmente fundado em seu Primeiro Encontro Nacional no ano de 1984, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro em Cascavel (PR), contando com uma média de 100 participantes de 13 estados brasileiros. Esse encontro teve como principal objetivo sistematizar as principais linhas políticas da luta do MST, ficando claro que, nessa fase, a prioridade era intensificar a luta pela terra através das ocupações de latifúndios, e que a luta pela terra deveria associar-se à questão da reforma agrária e à necessidade de mudanças no contexto social brasileiro.

De acordo com Fernandes e Stédile (1999), o Primeiro Encontro do MST foi essencial por dois motivos: primeiro, para se debater e elaborar o caráter do Movimento, que se definiu como um movimento de massas; segundo, para sistematizar os princípios orientadores da luta desenvolvida pelo MST, que são: a direção coletiva; a divisão de tarefas; a disciplina; o estudo; a formação de quadros; a luta de massas; e a vinculação com a base.

A partir desses elementos, o MST aponta, nesse Encontro Nacional, as primeiras diretrizes norteadoras de sua organização e luta, tendo como centralidade o caráter de se constituir como movimento de massas, percebendo, nesse sentido, a importância da luta social:

Outro princípio: a nossa luta pela terra e pela reforma agrária – já havíamos descoberto por nós mesmos – só avançará se houver luta de massas. Se nos contentarmos com uma organização de fachada, sem poder de mobilização, ou se ficarmos de conchavos com o governo ou esperando pelos nossos direitos, só porque eles estão escritos na lei, não conquistaremos nada (...) O povo só conseguirá obter conquistas se fizer luta de massas. É isso que altera a correlação de forças políticas na sociedade. Senão o próprio *status quo* já resolvia o problema existente. Um problema social só se resolve com luta social. Ele será inserido na luta de uma classe contra outra (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 43).

O outro aspecto fundamental do Primeiro Encontro Nacional foi a definição do nome do Movimento. Segundo Fernandes e Stédile (1999), esse foi um debate ideológico, que perpassou a discussão sobre a luta de classes e a identidade do MST, enquanto movimento de base camponesa, considerando que “o MST nasceu como movimento camponês, de agricultores acostumados com o trabalho familiar e que resolveram lutar pela terra” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 31), mas se tornou um movimento de massas.

Assim, o nome escolhido de “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” teve por base dois elementos principais: o primeiro era que a sociedade em geral, influenciada pela mídia, já identificava os trabalhadores que faziam a luta pela terra como “os sem-terra”, e por isso era necessário naquele momento se assumir enquanto “sem-terra”, não só como condição social, mas também como identidade política e ideológica; o outro elemento foi que a categoria “trabalhadores rurais” melhor identificava a posição do Movimento no âmbito da sociedade de classes.

Além disso, também é apontado pelos autores citados que, embora o conceito de camponês possa corresponder à realidade vivida pelos trabalhadores do campo, estes pouco se autodefinem como camponeses, sendo mais usadas as designações de agricultor, trabalhador rural, meeiro, arrendatário. Assim, “camponês” não é tido como um conceito popular entre esses próprios trabalhadores do campo, o que também influenciou na escolha de “trabalhadores rurais sem terra”.

Percebemos que, apesar de o MST apontar que, do ponto de vista cultural, a sua base social seja de origem camponesa, do ponto de vista prático, coloca que a categoria de “trabalhadores rurais sem terra” abrange melhor a diversidade desses sujeitos.

Com isso, trazemos presente a dificuldade para definição dessa classe, que possui características bastante específicas, de acordo com cada região do país²⁰. Na verdade, essa é uma questão extremamente complexa e de fundamental importância, que se coloca atualmente no centro do debate

²⁰ Dentre as denominações para os variados tipos de trabalhador do campo presentes nas diferentes regiões do Brasil, identificamos: seringueiros, ribeirinhos, geraizeiros, flechais, extrativistas, quebradeiras-de-côco, quilombolas, posseiros, bóias-frias, meeiros, indígenas, pescadores, sertanejos, caatingueiros, vazanteiros.

sobre a configuração das classes sociais no contexto da realidade brasileira e mundial, na qual se situa o MST enquanto organização social. Nesse sentido, há vários estudos nos campos da antropologia, da economia política e da sociologia, os quais refletem sobre a identidade desse sujeito, cuja característica fundamental é a realização do trabalho na agricultura.

A partir disso, a discussão sobre a composição da base social do MST, formada por milhares de famílias assentadas e acampadas, a nosso ver, tem como principal questão a sua identificação como “camponeses” ou “trabalhadores rurais”.

Em relação ao debate existente sobre o campesinato, destacamos a análise de Carvalho (2005), ao afirmar que “os camponeses não dão sinais de que poderão deixar de marcar presença ativa nas formações econômicas e sociais em todas as partes do mundo” (CARVALHO, 2005, p.11).

Tendo como pressuposto que a concepção de mundo capitalista é insuficiente para analisar a dinâmica da realidade camponesa, Carvalho (2005) aponta que o modelo econômico e tecnológico dominante na agricultura brasileira busca destruir o campesinato e induz ao êxodo rural.

Com base em Chayanov, o autor acima referenciado resgata o debate sobre a economia camponesa como economia não tipicamente capitalista, principalmente pelo fato de ter como fundamento a produção e o consumo no âmbito da família. Nessa perspectiva, coloca a necessidade de estudos que apontem elementos sobre a atualidade e a diversidade da classe camponesa no Brasil, tendo como foco “as lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família” (CARVALHO, 2005, p. 36).

Afirmando sobre a existência e a importância política e social da classe camponesa no Brasil hoje, o autor coloca:

Em primeiro lugar, o campesinato, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Pode-se identificar, portanto, em diversos países, na atualidade, setores mais ou menos expressivos, que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir quanto em sua vida social (CARVALHO, 2005, p. 33).

Com isso, identifica a importância da Via Campesina como espaço de articulação política e mobilização de camponeses de todo o mundo, apontando como importantes organizações camponesas no Brasil o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Vale ressaltar que, estando o MST nessa discussão, ao mesmo tempo em que se denomina de “trabalhadores rurais sem terra”, como organização social, defende e incentiva a agricultura camponesa.

Em contraponto a essa perspectiva, destacamos o debate sobre a existência de um processo de proletarização no campo, causado pela iminência e desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. Para Germer (2004, p. 148), “a forma principal predominante no meio rural hoje é o assalariamento. A agricultura brasileira é medularmente capitalista”. Assim, é fato, para o autor, a existência, no campo brasileiro, de assalariados puros, como os bóias-frias, os semi-assalariados e, inclusive, os posseiros, que são explorados estando na própria terra. Nesse contexto, os pequenos agricultores e a pequena produção agrícola tende a desaparecer.

Com isso, a contradição fundamental na agricultura é entre exploradores (burguesia agrária) e explorados (assalariados) e, a partir disso, o autor conclui:

O MST tem a sua base social predominantemente no semi-proletariado agrário, isto é, entre os pequenos agricultores semi-autônomos (aqui também denominados semi-assalariados), cuja área total é menor que 20 hectares e que ou não têm terra própria, ou não têm sequer equipamentos de tração animal para o seu trabalho, ou não possuem ambos. Este é o segmento em que as contradições com o desenvolvimento capitalista na agricultura são mais acentuadas, o que origina uma postura mais contundente de contestação ao sistema estabelecido (GERMER, 2004, p. 276).

Nessa análise, o autor se dedica a caracterizar a composição das classes sociais agrárias no Brasil e, a partir disso, situa o MST no âmbito das lutas sociais.

Esses elementos acerca do debate sobre a questão do campesinato e dos trabalhadores rurais são questões pertinentes e contribuem para

pensarmos a complexidade da luta de classes na atualidade. Por isso é que, ao abordarmos a formação do MST, é importante trazê-los a tona.

A partir dessa problemática e tendo como foco desta pesquisa o processo de organização política no MST, optamos, para a realização deste trabalho, pela categoria “trabalhadores rurais sem terra”. Fizemos tal opção muito mais pela obrigatoriedade de utilizar apenas uma dessas categorias e considerando a condição específica de “sem-terra”, do que por um posicionamento fecundo em relação ao debate sobre a composição da base social do MST.

Considerando a necessidade de adquirirem maior abrangência no território nacional, foi realizado em Curitiba, de 29 a 31 de janeiro de 1985, o Primeiro Congresso do MST, que buscou reunir “trabalhadores rurais sem terra” de todo o Brasil²¹. Para alcançar os objetivos propostos e tendo como referência as experiências vivenciadas por outras organizações e movimentos sociais anteriores ao MST, visualizava-se que, para uma existência sólida, com capacidade de influência na correlação de forças, as condições objetivas da luta de classes no país exigiam um movimento social de abrangência nacional.

A partir dos objetivos, dos princípios e da dinâmica inerentes à própria forma de organização dos sem-terra, o Movimento foi se caracterizando por suas lutas massivas, envolvendo não apenas o homem trabalhador rural, mas toda a família, incluindo a criança, o jovem e a mulher. Buscando ampliar a luta, a adesão ao MST se tornou aberta a todos que quisessem lutar pela reforma agrária, independentemente de serem camponeses ou trabalhadores rurais, professores, pedreiros, manicures, agrônomos ou sociólogos. O fundamental se tornou o fortalecimento da luta por reforma agrária e a construção da identidade dos sem-terra. Esse elemento dinamizou e expandiu a participação no MST, consolidando seu *caráter popular*.

Devido a lutas específicas, que se tornaram necessárias, principalmente depois da conquista da terra, os sem-terra passaram a reivindicar crédito agrícola, estradas, energia elétrica, assistência técnica. Esse componente de luta corporativa acrescentou ao MST um *caráter sindical*, tendo

²¹ O Congresso contou com 1.500 participantes de 23 estados brasileiros: RS, SC, PR, SP, MS, RJ, MG, ES, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, GO, MT, RO, AC, AM.

na organização de suas reivindicações o caminho para o alcance de direitos da categoria dos trabalhadores rurais.

Com sua capacidade de reunir trabalhadores das mais diversas culturas e de diferentes regiões brasileiras, o MST construiu sua caminhada entendendo que a luta pela terra e pela reforma agrária só iria se desenvolver a partir de ações que influenciassem na correlação de forças, buscando intervir no processo da luta de classes. Foi nesse sentido que o MST desenvolveu sua terceira característica, identificando-se como um movimento de *caráter político*.

Assim, percebemos que, a partir da concepção difundida como movimento de massas, vinculado a uma base social específica de trabalhadores rurais sem terra, respaldado na perspectiva histórica das lutas sociais anteriores²² de movimentos de luta por terra e reforma agrária, o MST foi construindo sua identidade e desenvolvendo, nesse processo, seus principais objetivos de luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

Durante o período de 1985 a 1990, o MST se expandiu por dezoito estados brasileiros e se consolidou como um movimento nacional. Essa fase teve significativa importância para a construção da identidade sem-terra, caracterizando a autonomia do Movimento em relação às demais forças políticas atuantes na luta pela terra e pela reforma agrária.

A partir disso, o MST constrói sua forma de organização interna de acordo com suas demandas e linhas políticas, que, por sua vez, são sistematizadas e elaboradas por suas instâncias de decisão:

No final da década de 1980, o dimensionamento dessas atividades simultâneas já envolvia milhares de pessoas na construção do MST. Desse modo, na interação dos trabalhos desenvolvidos nos anos 1985-1990, o Movimento delineou a estrutura organizativa, que se consolidou nos anos 90. Ainda nesse período, os encontros estaduais e nacionais constituíram as instâncias de representação, tornando-se importantes espaços políticos, onde os sem-terra

²² O MST tem como principal referência histórica no Brasil a luta das Ligas Camponesas na década de 1960, além de outras lutas desenvolvidas no território brasileiro, incluindo a resistência indígena no século XVI, a luta dos quilombos nos séculos XVI e XVII, as guerras de Canudos (1893) e de Contestado (1912) e o desenvolvimento do cangaço nas primeiras décadas do século XX, no nordeste brasileiro. Houve também as Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs), que tiveram um importante papel no período de 1954 a 1962 na organização de sindicatos de trabalhadores rurais (COMPARATO, 2003).

analisaram as conjunturas e traçaram as linhas de ação para o desenvolvimento da luta pela terra (FERNANDES, 2001, p. 183).

As atividades e os coletivos de trabalho no MST foram construídos no processo de desenvolvimento de sua luta. Assim, na década de 1990, o Movimento consolidou sua organicidade a partir da formação dos seus setores, que se organizam como coletivos de trabalho, tendo por objetivo implementar as linhas políticas e desenvolver concretamente as ações junto aos assentamentos e acampamentos.

Os primeiros setores organizados foram os de frente de massas, educação e produção (inicialmente chamado de setor dos assentados). No decorrer do processo, outras atividades e debates foram demandando a organização de outros coletivos, e atualmente o MST também é composto pelos setores de saúde, gênero, projetos, finanças, relações internacionais, cultura e comunicação, formação.

Além disso, é constante no MST o debate sobre a forma de organização das instâncias, como mecanismo de tornar os espaços de decisão mais participativos e de formar quadros políticos e técnicos em médio e longo prazo, para contribuir com a luta pela reforma agrária.

Tendo como alicerce de sua estrutura organizativa os núcleos de famílias organizados nos assentamentos e acampamentos, todas as instâncias do MST se estruturam a partir desses coletivos, sendo elas: as Coordenações dos Assentamentos; as Coordenações Regionais; as Direções Estaduais; as Coordenações Estaduais; os Encontros Estaduais; a Direção Nacional; a Coordenação Nacional; o Encontro Nacional; e o Congresso Nacional.

Tal como ocorreu com a criação das bases de sua estrutura organizativa, no período de 1985 a 1990, o MST foi constituindo suas instâncias de representação, que se tornaram os espaços políticos onde se analisam as conjunturas e se traçam as linhas políticas gerais de atuação.

As instâncias de representação são os fóruns de decisão do Movimento, que acontecem nos encontros estaduais e nacionais. Sua formação também foi fruto de um processo (MORISSAWA, 2001, p. 208).

Atualmente organizado em 24 estados brasileiros e no distrito federal²³, o MST, em 24 anos de existência, tem se dedicado incansavelmente à luta pela reforma agrária no Brasil. Assim, consolidou-se como um sujeito importante no processo de organização política dos trabalhadores rurais no contexto das lutas sociais do país, tendo passado por várias fases e vivenciado diferentes períodos históricos.

O período que compreende de 1985 a 1990, considerado como a fase de consolidação do MST, ocorreu durante o governo Sarney, época em que foram conquistados mais assentamentos, pois correspondeu ao início das primeiras ocupações de latifúndios e o Estado ainda não havia desenvolvido mecanismos de repressão direta contra essa forma de luta.

Outros destaques são importantes em relação ao MST, no contexto da vida política do país e da relação com o Estado. O governo Collor (1989-1992), por exemplo, foi considerado o período de maior repressão política e policial sofrida pelo MST. Já no governo de Itamar Franco (1992-1994), a relação estabelecida se caracterizou a partir de mobilizações e negociações em torno da política de reforma agrária. Em 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que governou por dois mandatos presidenciais, até o ano de 2002, o MST se deparou com uma conjuntura diferente, em que o Estado passou a se sustentar na mídia e no Judiciário, como forma de tentar neutralizar as ações do MST. Comparato (2003, p. 119) aborda diretamente essa problemática da relação entre o MST, o governo e a imprensa:

Os documentos extraídos da imprensa, citados até agora, sugerem que haja uma concordância, em todos os veículos jornalísticos, no sentido de apresentar negativamente o MST. Como afirmou o Jornal do Brasil, no editorial intitulado “Volta ao Jeca”, de 3 de agosto de 1997, quando o assunto é sem terra, há consenso dos meios de comunicação a favor do governo.

Os aspectos gerais desses períodos mostram como o Movimento se insere na realidade política brasileira. Nesse processo, o MST foi se configurando também de forma imbricada ao movimento da sociedade.

Considerando esses elementos sobre o MST a partir de sua história e formação, percebemos que, assim como há estudos reconhecendo a

²³ Atualmente, os três estados em que o MST não está organizado são o Acre, o Amazonas e o Amapá.

importância do Movimento no âmbito da vida política e social do Brasil, há também estudos questionando os principais aspectos sobre os quais o MST se sustenta.

É nesse contexto que se inserem as análises de Navarro²⁴ e Bertero²⁵, que questionam o suposto caráter revolucionário do Movimento, buscando como objetivo final de sua ação política a transformação da sociedade.

Navarro (2002) tem como eixo central de sua análise a crítica em relação ao que considera como a forma hierárquica com que o MST se organiza e a “demagogia” que envolve as suas “grandes mobilizações”, considerando que, embora o Movimento tenha um discurso revolucionário, sua prática é centralizadora e corporativista.

O autor não deixa de reconhecer a atuação do Movimento no âmbito da política de reforma agrária brasileira. Nesse sentido, aponta que o MST é o grande responsável pelo assentamento de milhares de famílias em todo o Brasil. Segundo ele, o Movimento tem conseguido manter a reforma agrária na pauta política do governo federal e, devido a isso, várias regiões do interior do país passaram a ter sua economia dinamizada, a partir da implantação de áreas de assentamentos, que são frutos da luta do MST.

Mas, ao analisar o MST a partir dos “aspectos mais críticos e controvertidos de sua ação política”, o autor traz como elemento central a postura autoritária que o MST estabelece nas relações com a sua base social, com as outras organizações sociais e com o próprio Estado, concluindo que “a prática política do Movimento tem sido essencialmente não-democrática”.

Segundo Navarro (2002), o MST desenvolve forte controle social sobre as famílias assentadas, com métodos autoritários para implantação de suas linhas políticas nos assentamentos e acampamentos. Além disso, assinala que o Movimento possui uma postura corporativista em relação à luta

²⁴ NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

²⁵ BERTERO, José Flávio. Sobre reforma agrária e MST. In: **Revista Lutas & Resistências**, Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, n. 1, Londrina, Midiograf, 2006.

de outras organizações e uma prática constante de deslegitimar o Estado nos seus discursos.

Apesar disso, o autor aponta que esses fatores acabam por favorecer as grandes mobilizações e ações de massas realizadas pelo MST. No entanto, isso se realiza sob um método autoritário, incapaz de provocar qualquer tipo de mudança social, seja no âmbito político maior – o qual, segundo o autor, o MST privilegia, em detrimento de questões tão importantes como o gênero, a etnia, a ecologia –, seja no âmbito da “emancipação restrita”²⁶.

O resultado final, em todas as regiões agrárias brasileiras, tem sido a significativa materialização de uma capacidade de mobilização empreendida pelo MST, ancorada nos mecanismos antes apontados e evidenciada em inúmeros fatos e ações, mas também a incapacidade, por outro lado, de produzir sujeitos sociais com real autonomia organizativa, comandantes de seus próprios destinos, assim impossibilitados de inscrever a emancipação social e política entre seus objetivos de vida (NAVARRO, 2002, p. 228).

Já Bertero (2006), ao fazer análise na mesma perspectiva, fundamenta-se em questões em torno do campesinato. Considerando o MST um movimento de massas, de base camponesa, o autor se baseia em dois elementos para afirmar que o Movimento é de caráter reformista e pequeno-burguês. O primeiro diz respeito à proposta de reforma agrária defendida pelo MST, que, para o autor, se restringe ao alcance de pequenas propriedades rurais privadas, caracterizando-se como um “reformismo distributivista”. Sob esse ponto de vista, após a conquista dos assentamentos, o MST não consegue em nenhum aspecto fazer frente ao domínio do capital, seja no campo produtivo ou no campo de valores culturais, mas faz o novo assentado se tornar nada mais do que um “pequeno capitalista”, que tenta se incorporar ao mercado capitalista:

Com efeito, o MST nada tem de revolucionário. O socialismo revolucionário deve abolir a propriedade privada e o modo de produção capitalista, coisa que ele não apregoa. Ao invés de abolir, nas suas reivindicações, ele os ratifica. Não apenas isso. Uma vez assentado na terra, o trabalhador deixa de ser proletário e passa a ser pequeno burguês (BERTERO, 2006, p. 166).

²⁶ “Possibilidade da participação e da representação política (insista-se, de forma autônoma, sem o recurso ao líder messiânico, aos partidos políticos que abafam os interesses dos grupos subalternos ou outra representação falsamente mediadora) e, igualmente, à concretização da presença de tais grupos no sistema de disputas políticas que os aceite e integre de forma legítima”(NAVARRO, 2002, p. 197).

O segundo elemento apontado pelo autor se refere ao caráter fundamentalmente reacionário do MST, evidenciado pela defesa dos mesmos valores da Igreja Católica, uma vez que esta participou diretamente da sua formação inicial. Nesse sentido, o autor conclui que as ações do Movimento são baseadas em idéias humanitárias de fraternidade, igualdade e justiça social, de fundo cristão e de defesa da propriedade privada.

A partir desses aspectos, exemplificamos as várias questões que o MST tem suscitado entre os estudiosos, colocando-se no centro do debate sobre o desenvolvimento das lutas sociais no Brasil.

Navarro e Bertero, ao chegarem a essas conclusões quanto à forma de organização, à prática e à perspectiva política do MST, desconsideram a dinâmica e as especificidades do processo histórico, mediadas pelo processo das lutas sociais. Devido a isso, Navarro acaba por analisar a forma de organização do MST com base num modelo de democracia formal, enquanto Bertero utiliza a abordagem do campesinato sob uma ótica estática, em que desconsidera também o papel que parte da Igreja Católica desempenhou num determinado período da vida política do Brasil.

Em contraponto às perspectivas desses autores, consideramos a complexidade que envolve o processo das lutas sociais, situando o MST nesse contexto. E, para fazermos tal abordagem, adotamos como eixos principais os aspectos que envolvem a luta por reforma agrária no Brasil e a problemática atual dos movimentos sociais, no âmbito da luta de classes.

A perspectiva de reforma agrária sobre a qual o MST se baseia visa à construção de uma política pública totalizante, enquanto ação governamental, que, articulada a outras políticas, deve propiciar alterações nas condições de vida socioeconômica de milhares de famílias de trabalhadores do campo e da cidade, submetidas a uma situação de pobreza absoluta.

Historicamente, a reforma agrária se situa de forma central na questão agrária brasileira, a qual está associada à situação de desigualdade social, pobreza, violência e analfabetismo vivenciada por trabalhadores que sofrem diretamente as conseqüências do tipo de capitalismo dependente desenvolvido no país.

Considerando essa realidade, é importante destacar a necessidade de realização da reforma agrária, que até os dias atuais não foi concretizada, no sentido de alterar a divisão das terras e da riqueza gerada no campo, associado ao fato de sermos um dos países com maior índice de concentração fundiária do mundo e que apresenta constantes conflitos fundiários²⁷.

Com isso, vemos a questão agrária brasileira relacionada com os problemas da concentração da propriedade da terra e do desenvolvimento das forças produtivas. Historicamente, a reforma agrária foi relegada como ação determinante do projeto de desenvolvimento econômico no Brasil. Isso ocorreu principalmente em decorrência do papel desempenhado pelo país na divisão internacional do trabalho, desde a colonização, no século XVI, até a fase do capitalismo financeiro, no século XXI.

A inserção brasileira no capitalismo mundializado se caracterizou pela dependência desde o período colonial, do século XVI ao XVIII. Como a maioria dos países da América Latina, tinha fundamentalmente a função de realizar a extração de minério, madeira, borracha e grandes plantações de monocultura de algodão, café, cana-de-açúcar, dentre outros, para exportação no sistema *plantation*. Assim, o Brasil foi se tornando, naquele período, um dos principais fornecedores de matéria-prima para o pólo industrial da Europa e posteriormente dos Estados Unidos.

Nesse processo de organização do sistema capitalista de produção, a divisão de terras e a disponibilização dos meios de produção em pequenas propriedades não foram necessárias para viabilizar a inserção dos trabalhadores no processo de produção. Daí que a formação de grandes extensões territoriais para o cultivo da monocultura (latifúndios) teve importante funcionalidade política e econômica para o capitalismo internacional, consolidando a lógica econômica em que o Brasil estava inserido:

Da plantação colonial, subordinada às necessidades estrangeiras e financiada, em muitos casos, do exterior, provém em linha reta o

²⁷ De acordo com o cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2005, dos 4 milhões de imóveis rurais do país, 70 mil detêm 43% do total das terras registradas, os quais somam 200 milhões de hectares em relação a um total de 420 milhões. Enquanto isso, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2005 o número de conflitos agrários registrados foi o maior dos últimos 21 anos, num total de 1.881 conflitos, 4,4% maior do que no ano de 2004. E houve também um aumento de 42,5% de famílias expulsas de suas terras em 2005, referente a 2004, num total de 4.366.

latifúndio de nossos dias. Este é um dos gargalos da garrafa que estrangulam o desenvolvimento econômico da América Latina e um dos fatores primordiais da marginalização e da pobreza das massas latino-americanas. O latifúndio atual, mecanizado em medida suficiente para multiplicar os excedentes de mão-de-obra, dispõe de abundantes reservas de braços baratos. Já não depende da importação de escravos africanos nem da *encomenda* indígena. Ao latifúndio basta o pagamento de diárias irrisórias, a retribuição de serviços em espécies ou o trabalho gratuito em troca do usufruto de um pedacinho de terra; nutre-se da proliferação de minifúndios, resultado de sua própria expansão, e da contínua migração interna de legiões de trabalhadores que se deslocam, empurrados pela fome, ao ritmo de safras sucessivas. A estrutura combinada da plantação funcionava, e assim funciona também o latifúndio, como um coador armado para a evasão de riquezas naturais. Ao integrar-se no mercado mundial, cada área conheceu um ciclo dinâmico; logo, pela competição de outros produtos substitutivos, pelo esgotamento da terra ou pela aparição de outras zonas com melhores condições, sobreveio a decadência (GALEANO, 2005, p. 84).

A instalação da República e a extinção da escravidão negra no século XIX sinalizaram um processo de mudança nas diretrizes da produção capitalista para o continente latino-americano. A América Latina, além de fornecedora de mercadorias, passou a atuar como consumidor de produtos industrializados dos países de “capitalismo avançado”, bem como importador do tipo de industrialização já considerada defasada nesses países ditos desenvolvidos.

A Lei de Terras de 1850 foi um marco jurídico-institucional desse período de transição do sistema de produção agro-exportador para o de industrialização, instituindo a obrigação da compra do título da terra para viabilizar o uso desta. Essa lei – determinante para a formação da estrutura fundiária brasileira – restringiu o uso e o cultivo da terra apenas aos que tivessem condições de comprá-la. A partir de então, as terras ficaram concentradas nas mãos das classes que já eram proprietárias dos meios de produção:

A Lei de Terras foi muito importante. Ela foi concebida no bojo da crise da escravidão e preparou a transição da produção com trabalho escravo – nas unidades de produção tipo *plantation*, utilizadas nos quatro séculos do colonialismo – para a produção com trabalho assalariado. A Lei de Terras representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em mercadorias. A partir de 1850, as terras podiam ser compradas e vendidas. Até então, eram apenas objeto de concessão de uso – hereditária – por parte da coroa àqueles capitalistas com recursos para implantar, nas fazendas, monoculturas voltadas à exportação (STÉDILE, 2005, p. 283).

As mudanças na organização do sistema capitalista no Brasil consolidaram-se no século XX, principalmente a partir de 1930, com o início da implantação de grandes indústrias e fábricas nos centros urbanos, bem como de grandes projetos agropecuários, hidrelétricas e usinas pelo interior do país. Esses projetos – contando diretamente com os financiamentos e o apoio de organismos internacionais – influenciaram e se associaram à questão do êxodo rural, principalmente a partir da década de 1950, quando enorme massa de trabalhadores foi deslocada para as cidades, em busca de emprego.

Nessa fase da industrialização brasileira na década de 1960, ocorreram as primeiras formulações e discussões sobre um programa de reforma agrária para o Brasil, organizadas por forças sociais progressistas e realizadas inicialmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e depois pela Igreja Católica.

Esse período foi marcado pelo debate entre vários programas de reforma agrária e pela luta em torno da questão da terra, envolvendo várias organizações sociais, como as Frentes Agrárias, as Ligas Camponesas, as Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs), partidos políticos como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o início de várias iniciativas no âmbito do Estado, através do então governo Goulart.

Durante a ditadura militar, período de forte presença estatal também nas políticas sociais, produziu-se a primeira lei de reforma agrária do Brasil. Em 1964, o Estatuto da Terra veio dispor sobre as diretrizes e ações necessárias para a realização da reforma agrária no território brasileiro, considerado de caráter progressista na sua formulação, mas que, entretanto, não teve implementação efetiva. Exemplo disso é que, de 1965 a 1981, foram realizadas em média oito desapropriações por ano, conforme dados do arquivo histórico do INCRA.

Nos vinte anos de ditadura, o debate sobre a reforma agrária estagnou, sendo retomado inicialmente pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) a partir de 1979, na fase de redemocratização do país. Nesse período, houve a fundação de vários partidos de esquerda, dentre os quais o Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, surgiram importantes sindicatos de trabalhadores rurais, em estados como Pará, Maranhão e

Pernambuco, e de seringueiros, no estado do Acre, assim como de operários, no eixo do ABC paulista. Ocorreu, também, a retomada e a fundação de vários movimentos sociais, como estudantil, indigenista, de mulheres, negros, homossexuais, de luta por moradia, por terra e reforma agrária, em que se inclui o MST.

O I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), elaborado em 1985, reconhecia a problemática da situação agrária brasileira, em virtude do aumento de latifúndios no campo, aliados ao sistema de capitalismo comercial e financeiro. Assim, tinha como principais metas a aplicação do Estatuto da Terra e o assentamento de 1,4 milhão de famílias durante o governo Sarney, ambas as quais não foram implementadas:

Em fevereiro de 1985, quando da elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA (implantado por lei federal em outubro de 1985), da então denominada Nova República (autodenominação do primeiro governo federal civil após a ditadura militarista de 1964 a 1984) foi possível ter acesso direto às estatísticas cadastrais dos imóveis rurais e, qual foi a surpresa: a maioria dos grandes proprietários de terras do país (os latifundiários) residiam ou tinham a sede das suas empresas na região metropolitana da cidade de São Paulo, o centro industrial do país.

Essa constatação, pelo acesso às estatísticas oficiais, ainda que já anunciada desde meados da década de 1970 por diversos estudiosos do assunto, indicava que os grandes imóveis rurais no Brasil estavam concentrados nas mãos do capital financeiro e comercial, e não mais, como muitos supõem, nas dos coronéis dos sertões (CARVALHO, 2002, p. 245).

Considerando esse processo de lutas por direitos e políticas sociais, identificamos que este sofreu um retrocesso a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990. Isso ocorreu tendo como principal fator a implantação do modelo neoliberal pelo Estado brasileiro, que, respaldado nos pressupostos da reestruturação produtiva do capital, através da flexibilização do trabalho e da (contra) reforma do Estado, desencadeou um processo de desregulamentação e liberação da acumulação do capital, proporcionando autonomia para a livre concorrência de mercado.

A ideologia neoliberal, como forma de expressão dominante do sistema capitalista contemporâneo, ocasionou profundas alterações no caráter das políticas públicas. Tal reordenamento atingiu a reforma agrária como política pública que passou a se situar na área da chamada reforma agrária de mercado, concretizada no governo Fernando Henrique Cardoso, através do

Programa Banco da Terra²⁸. Esse programa de Estado, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), disponibilizava financiamento a trabalhadores rurais para a compra de pequenas propriedades.

Segundo Fernandes (2006), essa foi uma alternativa adotada pelo governo federal, na tentativa de amenizar os conflitos agrários, buscando construir uma política de reforma agrária funcional para os grandes proprietários de terra, valorizando o mercado de terras e tentando enfraquecer a mobilização por desapropriações de latifúndios, através das ocupações de terra:

Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a reforma agrária de mercado. Depois de denominada Cédula da Terra, virou Banco da Terra e hoje é chamada Crédito Fundiário. É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do Agronegócio (FERNANDES, 2006, p. 3).

Durante a primeira gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), houve a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), construído principalmente a partir das pressões dos movimentos sociais, como forma de comprometer o Estado enquanto principal responsável pela implementação da política de reforma agrária. Mas, segundo Gerson Teixeira (2005), ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), nenhuma das propostas do II PNRA foi implementada e o atual governo está mantendo o mesmo padrão de reforma agrária do governo anterior.

Nesse sentido, identificamos que, embora o Estado brasileiro, no contexto do neoliberalismo, venha adequando a política de reforma agrária às diretrizes da economia capitalista internacional, a elaboração de políticas públicas nesse âmbito tem tido relação direta com a atuação e a capacidade de pressão dos movimentos sociais, dentre os quais o MST, que tem conseguido pautar essa política na agenda pública nacional:

Os próprios assentamentos também derivam, em grande parte, da ação de pressão do Movimento e menos de prévias decisões governamentais. Embora a reforma agrária e a “necessidade de

²⁸ Programa implementado em 1998 e financiado pelo Banco Mundial, como vários outros programas sociais. Em 1997, o governo já tinha implantado o Programa Cédula da Terra nos estados do Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e Ceará, o que foi uma primeira experiência para a implantação, no ano seguinte, do Banco da Terra.

mudar a estrutura da terra” estivessem inscritas na agenda política brasileira há longo tempo e alguns governos, na história do país, adotassem posturas favoráveis à implantação de programas de reforma agrária, o fato é que a multiplicação de assentamentos, em número crescente e sem precedente, nos últimos cinco anos relaciona-se diretamente às pressões realizadas pelo MST (e em alguns estados, pelo movimento sindical de trabalhadores rurais), sem deixar de também reconhecer a conjuntura favorável à implantação desta política, em face da fragilização dos grandes proprietários de terras. As ocupações de terra, com efeito, têm sido decisivas para impulsionar o programa de reforma agrária. Girando em torno de 100 ocupações, em todo o país, nos primeiros anos da década de 1990, cresceram a quase 600 dois anos depois, com pequena queda nos anos mais recentes. Sintomaticamente, é o período em que a administração federal mais avançou seu programa de formação de novos assentamentos (NAVARRO, 2002, p. 231).

O fato de ser um movimento de massa de abrangência nacional é uma das causas apontadas para o MST ter alcançado um caráter significativo no debate e no contexto da luta por reforma agrária no país. Associado a isso, é possível perceber, através dos debates, mobilizações e elaborações de propostas em que o Movimento está envolvido, que a bandeira pela reforma agrária compõe um processo cuja perspectiva é a luta política contra o capitalismo:

O MST é um movimento que faz luta política porque a luta pela terra, pela reforma agrária, é parte da luta pelas transformações mais amplas. Não acreditamos que a reforma agrária possa ser realizada dentro das condições da correlação de forças existentes no Brasil. Se a elite quisesse ter feito, teria tido a oportunidade, mas isso não lhes interessa. A luta pela reforma agrária adquire um conteúdo político, ideológico no momento em que você entende que ela é parte das lutas mais amplas por transformações sociais bem mais profundas no Brasil (MAURO, 1999, p. 209 -210).

Nesse sentido, a reforma agrária adquire um caráter significativo de questionamento das relações de produção capitalistas, uma vez que a forma de produção e acumulação capitalistas construídas historicamente no Brasil e na América Latina tornou a formação de latifúndios um elemento constitutivo desse modelo de desenvolvimento econômico.

Entendendo a reforma agrária como política pública que deve corresponder às necessidades econômicas e sociais dos trabalhadores rurais no Brasil e que adquiriu historicamente um caráter contestador, identificamos que o MST percebe e potencializa isso, no sentido de fazer da luta por reforma agrária, também, um mecanismo de inserção dos trabalhadores na luta política do país.

É possível constatar isso a partir das sistematizações e documentos que expressam a concepção de reforma agrária do Movimento. Essas têm o importante papel de expressar as concepções e, ao mesmo tempo, subsidiar o debate acerca da reforma agrária com outras organizações e com a sociedade. Assim, além das mobilizações, negociações e ocupações de terras, vemos que essas sistematizações e documentos, também se tornaram um importante instrumento de influência para a construção de políticas públicas no âmbito da reforma agrária.

O primeiro documento elaborado com esse objetivo foi registrado em 1985 e intitulado “Programa de Reforma Agrária do MST”, tendo como princípio geral a luta por uma sociedade igualitária a partir da reforma agrária, pressupondo as desapropriações de latifúndios improdutivos, pertencentes principalmente a multinacionais.

Aprofundando a reflexão e a concepção sobre a construção da política de reforma agrária, que adquiriu um significado mais abrangente no processo de luta do MST, foi elaborado um segundo documento em 1995, denominado “Proposta de Reforma Agrária do MST”. Esse documento tinha como principais eixos de ação: a democratização da terra; a necessidade de mudanças tecnológicas para a agricultura camponesa; a organização da estrutura da produção e da comercialização; a infra-estrutura; a política agrícola; a educação; a saúde; os direitos humanos; o programa ambiental.

Nessa proposta, vemos que a reforma agrária corresponde a um conjunto de políticas sociais que, associada à democratização da terra e dos meios de produção, pode propiciar condições dignas de vida para milhares de famílias de trabalhadores rurais e beneficiar o conjunto da classe trabalhadora no Brasil:

A reforma agrária deve combinar uma política de “massiva” distribuição de terras com uma política agrícola que combata o atual modelo agrícola implantado nas últimas décadas. A luta por um “novo modelo agrícola” deve ser entendida como a busca de uma alternativa viável que contemple a pequena e a média propriedade, os sem-terra e assentados e os assalariados rurais.

Por outro lado, precisamos conscientizar a população e a sociedade, de que um programa de reforma agrária interessa a toda a sociedade. Hoje, não se trata apenas de uma solução para o problema dos sem-terra, mas faz parte de um novo modelo dos problemas que acontecem nas cidades. A reforma agrária é uma solução não apenas

para os problemas do meio rural, mas também de toda a sociedade brasileira, e também do meio urbano (STÉDILE, 2005, p. 187-188).

Considerando a amplitude da política de reforma agrária, esses elementos fundamentaram a elaboração da “Carta da Terra” em 2003, apresentada ao governo federal por um conjunto de organizações populares. Essa proposta foi tida como um “Programa Unitário dos Movimentos Camponeses e Entidades de Apoio” para a reforma agrária e se tornou a principal referência para a construção do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Assim, identificamos que o debate sobre essas propostas a partir dos respectivos documentos se tornou um mecanismo importante para a atuação do MST e do conjunto dos movimentos sociais do campo, no sentido de contribuir para a inserção da reforma agrária na agenda do governo federal e de se debater sobre o seu caráter.

Mas, tendo o Estado burguês como principal mediador desse processo, analisamos que, para a implementação de um programa de reforma agrária que atenda às necessidades e princípios da classe trabalhadora, é essencial a mobilização popular no âmbito da luta social, de forma a conseguir alterar a correlação de forças. Ao mesmo tempo, deve ser cobrada do Estado – enquanto principal responsável – a implementação dessa política pública, assim como aponta a carta final da “Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural”²⁹.

A reforma agrária é essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável, a realização dos direitos humanos, segurança alimentar, erradicação da pobreza e fortalecimento da justiça social. Por isso, as políticas de reforma agrária devem estar mais focadas em populações pobres e suas organizações, que sejam dirigidas para o social e participativas, respeitando a igualdade de gênero, no contexto do desenvolvimento econômico, social e ambiental estável e sustentável. Reconhecemos que os Estados têm a responsabilidade primeira por seu próprio desenvolvimento econômico e social, o que inclui políticas nacionais para implementação de estratégias de reforma agrária (CIRADR, 2006, p. 6-7).

Na conjuntura atual, isso se coloca de forma estratégica, uma vez que, no contexto da reestruturação produtiva do capital, vem se constituindo de forma hegemônica um discurso fundado na negação da contradição capital /

²⁹ Conferência realizada pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, ocorrida em março de 2006, na cidade de Porto Alegre (RS).

trabalho, da luta de classes e da necessidade de luta pela transformação social. Esse discurso vem associado à retórica da importância da parceria entre as classes, devida aos interesses comuns, e da transferência das lutas sociais para as atividades das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Em contraponto a isso, a luta pela política de reforma agrária se torna um aspecto importante no debate sobre a importância da participação popular no processo de construção das políticas públicas, pois, as formas complexas da luta de classes também se apresentam no interior das políticas sociais historicamente determinadas.

Embora essas políticas por si só não proporcionem a superação das condições estruturais da sociedade, elas estão inseridas no processo da luta política e se configuram como importantes instrumentos no espaço de disputa entre as classes sociais.

Com isso, vemos que a relação que vem se estabelecendo entre o MST e o Estado sobre a política de reforma agrária se caracteriza por elementos contraditórios e, ao mesmo tempo, interdependentes. Afinal, essa é uma organização social de caráter político inserida em nível internacional na luta pela transformação social, mas ao mesmo tempo reconhece – enquanto parte de sua estratégia – o papel que o Estado deve desempenhar como principal responsável pelas políticas públicas.

A complexidade adquirida pela luta e pela forma de organização do MST revela, ao mesmo tempo, a luta por condições dignas de vida para trabalhadores rurais sem terra e a perspectiva de uma prática contestadora da ordem. Esse processo de luta combina a reivindicação ao Estado pelo acesso à terra, pelo direito à reforma agrária e a políticas públicas, com o enfrentamento ao capital internacional, através da ocupação de latifúndios e transnacionais, combatendo os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e desenvolvendo a articulação internacional entre trabalhadores rurais e camponeses, através da Via Campesina.

Assim, temos como pressuposto que as lutas sociais desenvolvidas por organizações como o MST são construções históricas, que expressam de forma dialética características da sociedade de classes. Desse modo, é

importante situarmos a problemática que envolve os movimentos sociais³⁰ nesse contexto do movimento real da sociedade.

Os estudos sobre a história e as teorias dos movimentos sociais vinculados às classes subalternizadas normalmente fazem referência a sua gênese, analisando os chamados movimentos clássicos, de base operária e socialista, do século XIX na Europa. Enquanto isso, atualmente o estudo sobre a temática se centraliza na análise dos chamados novos movimentos sociais.

Os movimentos sociais passaram a ser tema de estudo nas Ciências Sociais de forma mais aprofundada a partir dos anos 1960, nos Estados Unidos e na Europa. Esse período histórico vivenciado pelas potências capitalistas se configurou durante uma fase de crise econômica, determinada pelo desenvolvimento do capitalismo a partir de suas respectivas formações sócio-econômicas. Segundo Reis (2000), essa foi uma fase na Europa e nos Estados Unidos marcada pela superprodução e, ao mesmo tempo, pelo subconsumo, ocasionando um acirramento das relações de produção e a iminência de problemas sociais, o que se caracterizou como um período de crise para o modo de produção capitalista.

Com as condições objetivas favoráveis à organização de grupos e segmentos que precisavam se organizar em torno de reivindicações comuns, as lutas sociais adquiriram, na década de 1960, concretude e visibilidade, através dos movimentos sociais, os quais foram obtendo cada vez mais reconhecimento por suas ações coletivas.

A partir dessa fase, as Ciências Sociais – determinadas hegemonicamente pela Europa e pelos Estados Unidos – dedicaram-se de forma mais aprofundada ao estudo dos movimentos sociais. Na América Latina, por exemplo, o debate teórico sobre a temática se inicia no final de 1970 e início de 1980, uma vez que o projeto dos Estados Unidos para a

³⁰ Os movimentos sociais fazem parte do processo de luta e contradições da sociedade. Nesse sentido, identificamos tanto os movimentos sociais de caráter conservador, vinculados à classe dominante, quanto os movimentos de caráter popular e progressista, vinculados às classes subalternizadas. Estes últimos são a referência para a abordagem sobre os movimentos sociais no contexto das lutas sociais.

América Latina entre as décadas de 1950 e 1970 se constituiu nos duros, longos e criminosos anos de ditadura militar³¹.

A temática mais direcionada aos movimentos sociais se colocou para estudo nas Ciências Sociais de forma mais visível a partir dessas condições. No entanto, o processo das lutas sociais no mundo se iniciou, segundo Beer (2006), no período conhecido de forma predominante como Antiguidade³², considerando não apenas Grécia e Roma, mas também sociedades do Oriente Médio. Nesse período, os movimentos que se destacaram foram os ligados principalmente à luta dos escravos e dos religiosos (cristianismo).

No século XIV, na Europa, destacaram-se os movimentos de camponeses e servos, como, por exemplo, os movimentos heréticos, formados por hereges que negavam a religião como única fonte de conhecimento e se dedicavam ao estudo das ciências e das artes.

Durante a fase de decadência do feudalismo, houve a organização de movimentos de mercadores, religiosos e camponeses, que, de forma geral, lutavam contra os abusos da nobreza e do clero. Nesse período, destacou-se, no século XV, na nação tcheca, o movimento hussita, cujo principal líder, João Huss, coordenou a luta em torno de mudanças na Igreja e em defesa dos direitos sociais dos trabalhadores.

Entre o século XVIII e a primeira metade do século XX, são tidos como principais referências os movimentos operários e camponeses, principalmente na Europa. De fato, o movimento operário teve início na Europa, no período do capitalismo industrial, cujo principal objetivo na época era lutar por condições dignas de trabalho para os operários. Inicialmente, o movimento

³¹ Embora houvesse, no período da ditadura militar, várias formas de luta e resistência ao sistema, dentre eles os movimentos sociais, o debate teórico acerca das lutas sociais estava confinado ao silêncio.

³² O autor utiliza didaticamente essa referência cronológica, mas destaca que “Teremos mais probabilidades de acertar, se admitirmos que a Antiguidade não é nenhuma unidade intelectual ou histórica. Os antigos hebreus, os helenos e os romanos tiveram igualmente a sua Antiguidade, a sua Idade Média e os seus Tempos Modernos. Apenas surgiram mais cedo na cena histórica do que os germanos e os eslavos, por exemplo. Mas também atravessaram esses períodos, criando determinadas instituições e idéias, que sempre correspondem, aproximadamente, a tais períodos” (BEER, 2006, p. 14).

teve como principais referências as idéias de Fourier, na França, e de Robert Owen, na Inglaterra.

Durante o século XIX, o movimento operário avançou no sentido da construção de uma identidade de classe e, a partir do fortalecimento de idéias socialistas fundamentadas pela teoria do socialismo científico, passou a reivindicar também a participação da classe operária no sistema político.

As experiências e lutas concretizadas nesse período foram determinantes para a organização política da classe trabalhadora. Dentre esses acontecimentos históricos, podemos mencionar: a Liga Comunista de 1847, em Londres; a 1ª Internacional, fundada em 1864, em Londres; a mobilização de trabalhadores em 1º de maio de 1886, em Chicago; a 2ª Internacional, fundada em 1889, em Paris; e a Revolução Russa, em 1917.

Durante o século XX, houve uma significativa mudança no quadro internacional das lutas sociais, provocada principalmente pela implementação do Estado de Bem-Estar Social na Europa, a partir da década de 1940, pela predominância do fascismo, também na Europa, e pela experiência socialista da União Soviética. Esses acontecimentos históricos afetaram principalmente as lutas sociais de caráter socialista.

A partir dessa mudança na correlação de forças no contexto internacional da relação capital / trabalho, inseriram-se no cenário mundial, a partir da década de 1960, as lutas dos chamados novos movimentos sociais, associados à idéia de inovação em relação aos movimentos clássicos dos séculos XVIII a XIX. Segundo Reis (2000), a concepção dos novos movimentos sociais teve a intenção de se apresentar como uma análise que compreende os movimentos sociais enquanto forma de organização alternativa ao capitalismo, assim como ao comunismo, o qual é associado, nesse caso, à idéia de dogmatismo revolucionário característico do movimento operário tradicional.

Estudiosos como Doimo (1995) e Sader (1988) desenvolvem o debate sobre os chamados novos movimentos sociais situando-os fundamentalmente no âmbito da reprodução da vida social, em que se inserem, concretamente, segundo esses autores, os movimentos de mulheres, negros,

indígenas, homossexuais, em favor de moradia, preservação ambiental, assim como o novo sindicalismo³³.

A presença dessa diversidade de movimentos sociais que surgem a partir de 1980 demonstra, segundo os autores referidos, a eminência de “novos” sujeitos na vida política do país. Assim, as principais lutas não vão ocorrer com centralidade no campo da relação direta entre capital e trabalho, ou seja, no campo da produção, desenvolvida por uma classe proletária, mas sim por esses “novos” sujeitos, que se constituem nos “novos movimentos sociais”.

Reis (2000) problematiza esses elementos acerca do debate sobre os novos movimentos sociais, destacando que eles devem ser tomados mais como referência do período histórico do que como uma teoria capaz de abarcar a configuração atual do conjunto dos movimentos sociais. De acordo com o autor, os movimentos sociais devem ser vistos a partir de uma perspectiva histórica e tendo presente a centralidade da luta de classes nesse processo.

Assim, os novos movimentos sociais são vistos mais como um conceito estabelecido pelos estudiosos e intelectuais dessa teoria do que como uma questão colocada pela realidade. Isso porque analisar os movimentos sociais partindo de uma perspectiva histórica traz o entendimento de que, embora suas formas de organização, ações e objetivos venham se modificando, essas características se manifestam, na realidade, a partir dos diferentes contextos do processo das lutas sociais.

A problematização acerca da teoria dos novos movimentos sociais, que desde 1980 tem predominado nas Ciências Sociais, é necessária para não perdermos de vista a abordagem desses movimentos de forma interdependente à luta de classes. Essa é a perspectiva na qual, a partir do seu processo de formação e de participação nas lutas sociais no Brasil, situamos o MST.

³³ De acordo com Barbosa (2006), o final dos anos 1970 assistiu ao ressurgimento das lutas operárias e sindicais, após um longo período de refluxo imposto pelo regime ditatorial militar. Surgiram “novos sujeitos sociais” oriundos das classes populares. A retomada das lutas sociais – com a vanguarda metalúrgica – reproduziu-se sob diferentes formas de organização e desembocou, fortalecida pelos ciclos grevistas (1978-1980), na formação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983 – como reação às desmedidas do capital. Esse ascenso se constitui no “novo sindicalismo”.

Na abordagem realizada por Reis (2000) sobre a relação entre movimentos sociais e luta de classes, o autor se baseia na análise de Lopes (1999) sobre a categoria movimento social em Marx. O autor coloca:

“Movimentos sociais” aqui expressam as diversas lutas sociais engendradas no terreno histórico da luta de classes. São desdobramentos das “relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico” (Lopes, 1999: 9). Lopes dá essa denominação à categoria “movimento social”. O seu plural (“movimentos sociais”) indicaria, em nosso entendimento, as diversas manifestações (estruturais ou conjunturais) do “movimento social” da sociedade de classes (REIS, 2000, p.120).

A partir da teoria da luta de classes, fundamental para o entendimento da categoria movimento social, Lopes (1999) sintetiza:

Encontro aqui, portanto, a referência básica para pensar o movimento social como expressão das relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico. Como tal suas manifestações são estruturais ou conjunturais (LOPES, 1999, p. 10).

Nesse sentido, identificamos que, principalmente nas obras “As lutas de classes na França” e “O 18 Brumário”, Marx desenvolve essa categoria, para a análise da realidade sócio-política da França, vivenciada entre os anos de 1848 e 1851.

O período citado foi marcado por revoluções sociais envolvendo as classes sociais que compunham a sociedade naquela época: a aristocracia financeira e industrial, o operariado e o campesinato. Nesse sentido, Marx aborda, a partir das manifestações sociais e das formas de representação do poder político no país, o processo da luta de classes naquele contexto.

Segundo escrito por Engels no prefácio de “As lutas de classes na França”, 45 anos depois da sua primeira publicação, esses dois estudos tiveram como premissa as causas econômicas como última instância e a luta de classes como o motor dos acontecimentos contraditórios e dos movimentos da sociedade.

Em consequência, o método materialista terá de se limitar, freqüentemente, a reduzir os conflitos políticos às luzes de interesses entre as classes sociais e as frações de classes existentes determinadas pelo desenvolvimento econômico e a demonstrar que os diversos partidos políticos são a expressão política mais ou menos adequada das referidas classes e frações de classes (ENGELS apud MARX, 1980, p. 94).

Assim, Marx consegue, na complexidade das relações sociais, identificar as classes e frações de classes sociais envolvidas no cenário político da França daquele período histórico, envolvendo nesse caso principalmente a questão da estrutura do Estado³⁴. O foco central de sua análise era demonstrar a essência da luta pelo poder político e econômico, determinantes do regime político instalado no país a partir dos interesses de classe.

Por isso, de acordo com os interesses principalmente econômicos e com a correlação de forças de cada conjuntura, classes sociais em princípio antagônicas poderiam se unir em busca de objetivos comuns. Assim como se confrontavam para manter a situação de dominação – como no caso da burguesia –, ou para reivindicarem condições dignas de vida e trabalho – como no caso do proletariado e da classe camponesa:

O partido da ordem proclamava diretamente, no seu programa eleitoral, o domínio da classe burguesa, isto é, a conservação das condições de vida do seu domínio, da propriedade, da família, da religião, da ordem! Apresentava, naturalmente, sua dominação de classe e as condições desta dominação como o reinado da civilização e como condições necessárias da produção material das relações sociais de intercâmbio que dela resultam (...) Diante da classe burguesa contra-revolucionária coligada, aqueles setores da pequena burguesia e da classe camponesa em que já se acendera o espírito da revolução tinham de coligar-se, naturalmente, com o grande dignitário dos interesses revolucionários, com o proletariado revolucionário (MARX, 1980, p. 154-155).

Nesse sentido, percebe-se que tanto a classe dominante quanto a classe dominada, movidas por seus interesses econômicos e políticos, foram estabelecendo relações contraditórias no processo de luta, o que se constituiu como um aspecto central do movimento histórico.

A partir da teoria da luta de classes, Marx também explicitou o que estava encoberto no golpe de Estado de Luís Bonaparte – o qual era visto como o sujeito determinante desse acontecimento histórico – num contexto aparente de divergência entre republicanos e monarquistas.

Para isso, na obra “O 18 Brumário”, o autor destaca a luta entre os movimentos da burguesia, dos monarquistas e do proletariado, envolvendo a pequena burguesia e o campesinato, todos representados em sua maioria por partidos políticos.

³⁴ FARIAS, Flávio Bezerra de Farias. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2001.

A partir dessas relações, o fato de maior expressão no contexto político foi que a própria burguesia, para se manter no poder como classe dominante, precisou abrir mão da república enquanto regime político, como forma de neutralizar a ameaça de revolta das classes do proletariado e do campesinato, então aliados à pequena burguesia.

Com essa análise, Marx concluiu que o retorno à monarquia através de Bonaparte, naquela conjuntura, configurava-se como uma estratégia do partido da ordem para a manutenção do poder econômico e político da burguesia:

Conseqüentemente, uma vez que a França exigia acima de tudo tranqüilidade, o partido da ordem não ousou dizer “guerra” depois que Bonaparte falou de “paz” em sua mensagem. O público, que esperava cenas de grande escândalo na reabertura das sessões da Assembléia Nacional, viu-se roubado em suas expectativas. Os deputados da oposição, que exigiam que fossem apresentadas as atas da Comissão Permanente sobre os acontecimentos de outubro, foram derrotados pelos votos da maioria. Eram evitados por princípio todos os debates que pudessem exaltar os ânimos. Os trabalhos da Assembléia Nacional durante novembro e dezembro de 1850 foram desprovidos de interesse.

Finalmente, por volta de fins de dezembro, começaram as guerrilhas sobre uma série de prerrogativas parlamentares. O movimento limitara-se às disputas mesquinhas sobre as prerrogativas dos dois poderes, uma vez que a burguesia liquidara temporariamente a luta de classes, ao abolir o sufrágio universal (MARX, 1997, p. 85).

A partir dessa análise referente à realidade social daquela época na França, identificamos que Marx se baseia em categorias como Estado, luta política, ideologia e relações de produção de forma inter-relacionada, tendo como fio condutor do seu pensamento o processo da luta de classes. É nesse todo complexo e contraditório que percebemos o movimento da realidade, identificado na abordagem marxiana enquanto movimento social.

É com base nas relações de contradição e conflito que permeiam as classes sociais num todo dialético, expresso através dos processos de mediação³⁵ das relações de produção do sistema capitalista, que se configura

³⁵ MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993: “(...) a particularidade real deriva de uma dedução *a priori* a partir da “idéia” de universalidade, bem-sucedida com a idéia, através da “mediação” fictícia de uma possibilidade abstrata – um postulado vazio – do indivíduo que adquire a universalidade ao entrar em qualquer classe “pela força de sua habilidade (...)”. Dessa forma, a contradição entre a particularidade e a universalidade – às vezes percebida, às vezes não – desaparece para sempre, enquanto a particularidade real veio para ficar, de modo a realizar seu “destino vivo de universalidade”.

de forma geral a categoria movimento social. Isso nos proporciona o entendimento sobre a própria dinâmica da luta de classes, a qual vem formando o movimento da sociedade em si, adquirindo diversas formas concretas na realidade social.

Nessa perspectiva, baseamo-nos em Engels, que, ao sintetizar o movimento social em Marx, relaciona-o diretamente ao processo de luta entre as classes sociais e às condições objetivas determinadas pelas relações de produção:

Fora precisamente Marx quem primeiro descobrira a grande lei da marcha da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente (ENGELS apud MARX, 1997, p. 18).

Essa digressão teórica, a partir do que foi apontado por Reis (2000) sobre a problematização da análise dos novos movimentos sociais, foi necessária como forma de buscarmos no próprio Marx o sentido que essa categoria adquire no entendimento da luta de classes, para assim abordarmos, a partir do materialismo histórico-dialético, a expressão que ela adquire no contexto atual das lutas sociais, situando o MST.

Nesse sentido, retomamos a síntese de Lopes (1999), ao definir movimento social como “expressão das relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico” (LOPES, 1999, p. 9).

Tendo como pressuposto a categoria movimento social para pensarmos as lutas sociais na atualidade, fazemos referência ao estudo de Machado (2006), que, nas palavras do autor, diz respeito ao “protagonismo político dos chamados ‘novos’ movimentos sociais”, contra as políticas neoliberais na América Latina. Sua preocupação central é refletir sobre os limites e as possibilidades desses movimentos sociais no que diz respeito à luta anti-sistêmica, no contexto atual do capitalismo, de hegemonia do capital financeiro.

Diante disso, o autor identifica como desafio pensar a atualidade da luta de classes. Assim, aponta que, embora os movimentos sociais hoje estabeleçam lutas que se situam não apenas no âmbito direto e específico da relação capital / trabalho, isso não significa que necessariamente perderam seu sentido político mais amplo, na perspectiva da transformação social.

Com isso, Machado (2006a) compreende os movimentos sociais a partir de uma perspectiva de classe, sem perder de vista as características específicas da conjuntura atual:

(...) pretendemos apenas tracejar algumas questões que envolvem as lutas e resistências das classes populares latino-americanas: organizadas política e ideologicamente em movimentos sociais, têm uma base social ampla e heterogênea, constituída principalmente por desempregados, subempregados e empregados das cidades e do campo; mas, também, assumem características diferentes dos tradicionais movimentos operários, pois alguns mesclam outros elementos que vão além da relação direta capital / trabalho (MACHADO, 2006a, p. 14).

A partir dessa síntese, o autor conclui que as lutas dos movimentos sociais hoje são expressões da fase atual do processo da luta de classes. Assim, focaliza, em sua reflexão, a problemática dessas formas de luta, que até então têm se mostrado limitadas, “uma vez que não têm conseguido questionar, de maneira mais decisiva, a hegemonia política do bloco no poder, ou seja, do capital financeiro” (Id. *ibid*, p. 62).

Tais reflexões contribuem para entendermos que os movimentos sociais, no período histórico atual, são expressões concretas do movimento dialético da sociedade e que, enquanto formas concretas de luta, não estão indiferentes à problemática da transformação social. Ainda segundo Machado (2006), um dos maiores desafios enfrentados por essas organizações sociais³⁶ hoje é fazer com que a inserção nos diversos campos de luta da vida social se torne um mecanismo de fortalecimento da luta política da classe trabalhadora. Isso sem perder de vista que esse processo se encontra condicionado pela formação social capitalista, que tem, no contexto atual: o Estado como grande legitimador da ideologia neoliberal; as Igrejas como difusoras da solidariedade voluntarista, da submissão e da conformação; a mídia burguesa atuando na

³⁶ As organizações sociais abordadas por Machado (2006) na América Latina são: *Puebladas*, na Argentina; MST, no Brasil; Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México; a Central Obrera Boliviana (COB), na Bolívia; e a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Equador (CONAIE), no Equador.

disseminação da cultura individualista e consumista; e o Judiciário cumprindo o papel de instituição repressiva às lutas sociais, atuando a partir de uma visão tão preconceituosa quanto parcial e se respaldando na retórica de instituição porta-voz da justiça:

Ou seja: se os movimentos anti-sistêmicos querem pautar suas ações políticas com vistas à transformação social, devem estar atentos àqueles limites e lutar para a ampliação, organização e politização de suas bases sociais, algo que o Estado burguês sempre procurará frustrar (MACHADO, 2006b, p. 23).

É nessa perspectiva das lutas sociais que nos fundamentamos para situar na realidade atual os movimentos sociais de forma geral e, mais especificamente, o MST. Fazemos isso entendendo que sua identidade e sua forma de atuação foram se constituindo no processo da luta de classes, expresso de diversas formas em contextos históricos específicos.

Assim, ao analisarmos os princípios, a forma de organização e a prática do MST, temos como fundamento os elementos abordados por Marx acerca do movimento da sociedade e da luta de classes, no sentido de contextualizar a problemática atual das lutas sociais. Sob essa referência, identificamos no MST um claro posicionamento e uma clara perspectiva de classe. Sua luta, além de ser pela terra e pela reforma agrária, é fundamentalmente pela transformação social:

Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. Que não estávamos lutando apenas para aplicar o Estatuto da Terra, mas lutando contra um Estado burguês (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 36).

Estando a perspectiva de classe presente na prática, no discurso e na forma de organização do MST, ela se apresenta como uma complexa situação, que reúne em torno de si vários elementos e aspectos do processo de constituição dos trabalhadores em classe. No entanto, esse é um debate denso e importante que não teremos condições de abordar neste trabalho.

Consideramos importante, porém, apontar que, ao situar o MST como uma organização de caráter classista presente no âmbito das lutas sociais desde a década de 1980 no Brasil, Machado (2007) se baseia em

Germer (2002) para afirmar que a base social do MST é composta, em sua maioria, por “semi-assalariados” ou “semi-proletários”.

Analisando a evolução da base econômica e das representações político-ideológicas na agricultura brasileira, da década de 1960, quando o desenvolvimento do capitalismo se acelera no campo, até a década de 1990, com as modificações ocorridas no processo de acumulação capitalista, Germer (2004) se dedica a desvelar a estrutura das classes sociais nesse contexto.

Com isso, o autor destaca os principais aspectos da agricultura brasileira na década de 1990: o papel dirigente, econômico e político dos grandes empresários agrários; o papel dirigente desempenhado pela estrutura agroindustrial; e o considerável crescimento econômico da agricultura na década de 1980, principalmente devido à exportação. A partir disso, percebe-se que o “empresariado rural” estabeleceu condições econômicas extremamente favoráveis em relação aos pequenos agricultores que, contrariamente, se encontram empobrecidos e em processo de proletarianização integral ou parcial. Germer (op. cit.) afirma ainda que a estrutura de classes na agricultura brasileira está composta por: uma burguesia agrária de grandes e médios proprietários de terra; uma camada intermediária de pequena burguesia e de produtores simples; e uma força de trabalho de semi-assalariados e proletários permanentes e temporários.

Essa configuração se coloca de forma complexa na realidade, sendo necessário vê-la de forma dinâmica, para assim percebermos as diferenças e as relações estabelecidas entre esses grupos, tendo como foco o capital, em seu processo de acumulação. A partir disso, o autor destaca:

A respeito destes dois últimos indicadores, é preciso esclarecer que eles não podem ser interpretados apenas quantitativamente, pois a superioridade da grande burguesia, em termos de área de lavouras e de números de tratores, é bem maior do que os números indicam. Isto decorre do fato de que as lavouras dos produtores capitalistas são, em sua maioria, formadas por culturas de exportação, mais rentáveis e de rentabilidade mais estável, utilizando tecnologias desenvolvidas (como soja / trigo, milho empresarial, cana-de-açúcar, laranja, cacau, etc.) ou culturas de mercado interno de amplo consumo, como o arroz, enquanto as lavouras dos produtores menores são predominantemente culturas de baixo rendimento econômico e limitado desenvolvimento tecnológico (...). No extremo oposto da estrutura de classes, conforme já foi dito, a força de trabalho assalariado está dividida em dois grandes segmentos: o

proletariado propriamente dito e o semiproletariado (Id. *ibid.*, p. 270-271).

Assim, a problemática identificada é de que, embora a burguesia agrária e o proletariado sejam classes polarizadoras no campo econômico, falta ao proletariado um “amadurecimento político-ideológico” para se identificar e se assumir como tal. As principais dificuldades para isso estão relacionadas com a sua formação recente, a dispersão geográfica e os fatores políticos que envolveram o movimento sindical a partir da década de 1990, restringindo-o às lutas corporativas e imediatas. “Assim sendo, o grande bloco da força de trabalho rural constitui um conjunto heterogêneo, ainda com diferenciações internas significativas e sem uniformidade política” (Id. *ibid.*, p. 271).

Apesar de ter ocorrido, na década de 1980, um avanço organizativo da classe trabalhadora rural, através da atuação dos sindicatos, da CUT e do MST, o autor identifica que, na segunda metade dessa década, houve um movimento inverso, em que a burguesia agrária se re-aglutinou, enquanto a classe trabalhadora se dispersou cada vez mais.

Nesse contexto, as principais entidades representantes da burguesia agrária, como a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) e a União Democrática Ruralista (UDR), alcançaram significativas conquistas políticas e econômicas. Enquanto isso, a base social do MST, composta por semi-proletários, a base social dos sindicatos, reunida principalmente pela CONTAG e composta por assalariados rurais, e a base social da CUT, composta pelos pequenos agricultores, assim como o conjunto da classe trabalhadora, passaram a enfrentar o desafio de buscar estabelecer um processo que apontasse para a construção de um projeto político.

Em relação à base social do MST, Machado (2007, p. 172) afirma que, embora esses trabalhadores não se situem no chamado “núcleo duro” da relação capital / trabalho, os sem-terra têm conseguido estabelecer suas lutas contra o capital nos planos político e jurídico-ideológico:

Desse modo, só podem afetar a produção capitalista indiretamente, ou seja, nos planos político e jurídico-ideológico, quando questionam as formas burguesas de propriedade. Nesse sentido, se não se confrontam diretamente com o capital, pelo menos desafiam o Estado burguês ao questionarem as formas de propriedade e as políticas estatais voltadas para o capital agro-exportador, principalmente o agronegócio.

Identificando o componente político desenvolvido pelo MST, o autor se baseia em autores marxistas, como Poulantzas (1977), ao conceber a questão da classe em si como um processo em formação, construído fundamentalmente a partir de suas práticas e ações na realidade social.

Embora tenha como referência as análises de Germer (2004), sobre a base social do MST, Machado (2007) não deixa de reconhecer a complexidade da sua composição, perpassada pela discussão sobre a formação do campesinato e do proletariado brasileiro. Com isso, o autor conclui que um dos principais dilemas da luta do Movimento é conseguir manter entre a sua base social a construção de uma identidade de classe, após a conquista da terra e a formação dos assentamentos.

Esta análise nos proporciona identificar o caráter intrinsecamente contraditório da luta do MST. Isso se evidencia pelo fato de que, ao mesmo tempo em que é necessário lutar pelo acesso a terra para mobilizar sua base social em busca de melhores condições de vida, após a conquista da terra, esta que é um dos principais objetivos da luta do Movimento, tem a tendência em se tornar na lógica da sociedade capitalista – fundada na propriedade privada e na exploração do trabalho – em um mecanismo de enfraquecimento da luta política do MST.

A partir desses elementos, identificamos que essa é uma densa e conflitante relação constituída no conjunto do MST, mas vemos que é justamente em situações como essa que se concretizam as contradições da luta de classes estabelecida nas formações sociais capitalistas.

Nesse contexto, vemos que, no âmbito das lutas sociais no Brasil, o processo de organização política do MST tem se estabelecido principalmente a partir das mediações da luta por terra e reforma agrária, tendo como principais sujeitos os trabalhadores rurais sem terra. Por isso, desde 1984 o MST tem participado de diferentes fases do processo político e social da história brasileira, enfrentando muitos desafios do ponto de vista conjuntural e estrutural.

Nesse movimento, em determinados períodos, houve importantes conquistas para esses trabalhadores, como: o assentamento de milhares de famílias em áreas de reforma agrária que antes não tinham onde viver e

trabalhar; a construção de um programa de educação voltado para a população do campo, através do Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (PRONERA); avanço na discussão sobre a construção de uma linha de crédito agrícola para famílias assentadas; conquista de um programa de assistência técnica para áreas de reforma agrária, através da Assessoria Técnica, Social e Ambiental em Áreas de Assentamentos de Reforma Agrária (ATES).

Por outro lado, percebemos a existência de vários complicadores, como: a presença de conflitos agrários entre trabalhadores sem terra e latifundiários; uma forte política de apoio ao agronegócio por parte do Estado; a parcialidade das leis ambientais para os grandes empreendimentos rurais e para o trabalhador rural, numa relação de claro beneficiamento aos primeiros; o uso da repressão policial e jurídica em relação às mobilizações e ocupações de terras.

Esses fatos assumem maior ou menor incidência e visibilidade de acordo com a correlação de forças de determinado momento político e têm caracterizado a dinâmica da luta social do MST, que, do ponto de vista estrutural, encontra-se determinada pelo conjunto da classe trabalhadora no país, a qual, desde a ascensão da ideologia neoliberal, tem mostrado uma evidente ausência de projeto político.

Considerando esses aspectos que caracterizam e situam o MST nesse contexto das lutas sociais, é que abordamos, a partir daqui, a concepção e a problemática da cooperação agrícola na organização política do Movimento.

3.2 A cooperação agrícola na organização política do MST

Para abordarmos a cooperação agrícola no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), partimos do pressuposto de que a formação dessa organização social compõe o processo de “conflitos de interesses entre as diferentes classes sociais presentes na agricultura

brasileira” (GERMER, 2004, p. 264). Assim, a abordagem da questão é realizada, entendendo-a como realidade concreta, permeada por contradições que se expressam enquanto síntese de uma construção histórica socialmente determinada.

A discussão e a prática da cooperação, de forma geral, estão presentes em diversas fases da luta e da forma de organização do MST. O ato de cooperar está presente desde o momento da ocupação de latifúndios, sendo essa uma ação realizada por um coletivo de pessoas que dividem e organizam várias atividades, visando ao objetivo final, que é, nesse caso, a ocupação da terra.

A existência do ato de cooperar desde a fase da ocupação dos latifúndios e da conquista da terra é percebida claramente pelo Sr. Manoel, assentado no Projeto de Assentamento Diamante Negro Jutá – Vila Diamante, município de Igarapé do Meio – Maranhão. Estando lá desde a ocupação, ao ser questionado sobre sua opinião em relação à cooperação agrícola, ele declarou:

(...) nós trabalhando só, lá num canto desprezado, está na cara que não é melhor (...) Porque você sozinho não arranja nada, agora você junto arruma muita coisa. Afinal essa terra, nós só conseguimos porque foi todo mundo junto. Assim, se for todo mundo junto, trabalhando, respeitando, o nosso trabalho avança (Informação verbal, trabalhador rural assentado na Vila Diamante, em entrevista realizada em 16 de novembro de 2007).

Além da ocupação dos latifúndios, nos acampamentos do MST desenvolvem-se atividades coletivas, como a estruturação de setores, de cozinhas coletivas, as mobilizações, os estudos coletivos, a organização dos núcleos, dentre outros. Nos assentamentos, as decisões e ações que dizem respeito à vida social da comunidade também requerem atividades coletivas, como: a construção dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs); a organização dos setores, da coordenação, dos núcleos de famílias, dos grupos de jovens, de mulheres e outros; a organização do espaço territorial; e, por fim, a organização da produção agrícola e pecuária. Com isso, vemos que a estrutura organizativa do MST, está respaldada pela organização de espaços coletivos, influenciando, assim, a realização da cooperação, onde além dos setores de trabalho, todas as instâncias são compostas por coletivos.

Considerando essa abrangência da cooperação no MST, destacamos que a questão que temos como foco de nosso estudo diz respeito à cooperação no âmbito da produção agropecuária dos assentamentos.

A partir da realidade vivenciada pelas famílias assentadas, o MST sintetiza cooperação agrícola da seguinte forma:

Cooperação agrícola é a introdução na agricultura dessa divisão social do trabalho, de forma cooperada (...) Então, a cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (trator, colheitadeira, ordenhadeira, etc.), comprar matrizes animais, produzir uma lavoura em conjunto, montar uma agroindústria e até chegar ao ponto de ter a terra, capital e trabalho em conjunto. Surge assim o agricultor cooperado (CONCRAB, 2007, p. 12).

Devido à sua centralidade na atuação do MST, a cooperação agrícola compõe uma das diversas frentes de atuação do Movimento, estando diretamente ligada a um setor³⁷ que se dedica sistematicamente à discussão e à realização de ações relacionadas à produção agropecuária nos assentamentos de reforma agrária vinculados ao MST.

Fundado oficialmente no ano de 1984, o MST, a partir de 1986, passou a se deter de forma mais constante no debate sobre a produção agrícola e pecuária nos assentamentos. Juntamente com essa discussão, tornaram-se presentes, desde então, diversos estudos, debates e experiências sobre a cooperação agrícola.

Segundo Pedro Demboski, dirigente do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA) do MST no Maranhão, a própria história do Movimento está perpassada, desde a sua gênese, por experiências e debates que envolvem a cooperação agrícola:

As experiências de cooperação iniciam a partir da Encruzilhada Natalino e aí o surgimento de um assentamento em Ronda Alta, onde ainda era o embrião do MST. A CPT ainda era uma das organizações que contribuía pra organização do MST, que ainda caminhava pra sua autonomia.

Então, no assentamento Ronda Alta, foi inaugurada uma primeira experiência de cooperação totalmente coletiva, bastante

³⁷ Esse setor se denominou inicialmente Setor dos Assentados. No período de organização mais concreta das frentes de trabalho no MST, passou a se denominar Setor Cooperativista dos Assentados (SCA). E, a partir de 2002, considerando a amplitude e o redimensionamento de suas ações, passou a se chamar Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA).

fundamentada em princípios cristãos, de comunidades cristãs. Então lá a própria Igreja conseguiu um pedaço de terra pra fazer essa experiência, tendo em vista que havia sido retomado o ressurgimento da luta pela terra. Então foi uma experiência onde tudo era coletivo, onde tudo era de todos, todos dividiam os bens, tudo. Isso era uma experiência muito utópica, considerando a realidade de competição dentro do sistema capitalista, e aí achar que poderia se criar uma ilha onde tudo se coopera. E aí a cooperação, a partir dessas experiências, ela foi se desmoronando aos poucos, vendo que não dava pra tratar tudo igual como igual (...) E aí, depois dessas primeiras experiências, continuamos a insistir na cooperação. Isso foi um período um pouquinho antes da constituição do MST. Aí depois funda o Movimento e se começa os dilemas (Informação verbal de dirigente político do SPCMA-MST, em entrevista realizada em 14 de dezembro de 2007).

Essas experiências foram se modificando, considerando a conjuntura da questão agrária, o desenvolvimento do modelo agrícola e suas expressões na realidade social do campo, além dos sujeitos envolvidos e do conhecimento sobre a cooperação. No entanto, a constatação é que a cooperação agrícola se manteve presente em todo o processo de formação do MST, assumindo formas e caracterizações diversas, no contexto das fases vivenciadas pelo Movimento. No período descrito por Pedro Demboski, por exemplo, percebemos a influência dos princípios cristãos e de solidariedade, para a realização das experiências.

De acordo com o dirigente, após a experiência de Ronda Alta (RS), as principais formas de cooperação agrícola desenvolvidas foram os grupos coletivos e as associações. Posteriormente, com a idéia de avançar, no sentido de buscar formas mais complexa de cooperação, vem o incentivo à organização das cooperativas.

Considerando que o MST, no contexto das lutas sociais, se consolidou por sua força política e capacidade de resistência e organização, muitos foram e são os desafios colocados e os limites a serem enfrentados. A partir disso, identificamos que um desses principais desafios, colocado de forma complexa a partir de realidades dinâmicas e contextos históricos diferenciados, é a cooperação agrícola.

O desafio acerca da organização agropecuária dos assentamentos de reforma agrária é uma questão que iniciou a ser debatida desde a conquista dos primeiros assentamentos, como visto anteriormente. Isso porque, desde o início, havia preocupação quanto à resistência dos sem-terra – e depois quanto

à construção de alternativas – em relação ao modelo de desenvolvimento econômico da agricultura. Afinal, como se manter no campo, produzir para o consumo da família e buscar a geração de renda, considerando a formação socioeconômica do Brasil e o papel que a produção agropecuária brasileira desempenhou no contexto capitalista da divisão internacional do trabalho, privilegiando os grandes proprietários e as grandes extensões de terra?

A partir de questões como essa, tornou-se inerente ao debate sobre a organização da produção nos assentamentos a questão em torno da cooperação agrícola, apresentada inicialmente como uma possibilidade econômica e política para as famílias assentadas em relação ao modelo agrícola predominante no Brasil. Logo após a fase de fundação do MST, essa intencionalidade em relação à cooperação, além de identificada nos documentos e cartilhas, é também constatada nas declarações de Pedro Demboski, ao fazer um resgate sobre as principais fases da trajetória do Movimento, no que diz respeito diretamente à cooperação agrícola:

A partir daí, em 84, as ocupações começam a se massificar e muitas terras são conquistadas, só que a agricultura vivia uma crise nesse período, crise de modelo.

Quando chega esse período de 80/84, esse modelo enfrenta uma crise do “cão”. E foi um período que o Movimento também surge. Mas não tinha como visualizar em que daria essa crise na agricultura, que também era uma crise tecnológica.

É nesse contexto que o Movimento surge e aí a cooperação, ela ganha uma significação.

A gente em um primeiro momento não fazia essa leitura, mas se percebia que não tinha uma outra coisa em vista, não tinha um outro modelo e aí o que você ia fazer pra sair daquela crise? Então, temos que nos reunir, seja ele em grupo, em associação. E aí surgiram uma série de organizações de grupo, tipo associação de máquinas. Aí grupos se organizaram, compravam trator, semeadeira, roçadeira e aí se juntavam (...) (Informação verbal de dirigente político do SPCMA – MST, em entrevista realizada em 14 de dezembro de 2007).

Durante o período de 1986 a 1992, intensificou-se no MST o debate sobre a cooperação agrícola, cujo principal desafio era construir propostas e experiências articulando as necessidades das famílias assentadas com os princípios e objetivos do Movimento, no sentido de aliar a luta política à luta econômica.

Foram realizados, nessa perspectiva, vários laboratórios organizacionais de campo, visando à formação de cooperativas, a partir da

metodologia criada por Clodomir Santos de Moraes. Em 1988, no município de Palmeira das Missões (RS), foi realizado o Primeiro Laboratório Nacional Experimental para formação de organizadores de empresas.

Essa proposta se respaldava numa metodologia de capacitação massiva para a organização de comunidades, tendo por objetivo a transmissão de conhecimentos para a construção de uma consciência organizativa, visando à melhoria das condições de vida, por meio da criação da organização empresarial. Segundo Fernandes,

(...) os laboratórios eram realizados nos assentamentos por grupos de famílias interessadas em formar, por exemplo, uma cooperativa. Durante trinta ou quarenta dias, as pessoas estudavam as formas de organização do trabalho que iriam utilizar na implementação da empresa (FERNANDES, 2001, p. 179-178).

No final da década de 1980, iniciou-se uma fase de reflexão e análise dessas experiências, considerando as várias críticas e limites que tiveram na implementação concreta das propostas e a não consolidação das experiências realizadas nos assentamentos.

Embora reconhecendo que o método tinha contribuído com o debate sobre a consciência do camponês, mostrando como a organização do trabalho influencia na formação de sua consciência, as avaliações apontaram que o método era muito ortodoxo e não conseguia acompanhar a dinâmica real vivenciada nos assentamentos. Como os laboratórios eram organizados em forma de cursos, no seu período de duração, todas as atividades eram realizadas conforme o planejamento, mas quando se tentava implementá-las na realidade dos assentamentos, as experiências não avançavam nem se mantinham.

Nesse período, também se começavam as primeiras pesquisas sobre cooperação agrícola, que vieram a contribuir com o MST para o debate mais fundamentado teoricamente e para a construção de propostas. A partir disso, cabe destacar que, apesar das dificuldades, o MST mantinha como linha política o incentivo à cooperação agrícola, compreendendo-a como um aspecto central para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural dos assentamentos:

O que importa, para a nossa história, é que entre 1986 e 1990 vivemos um período de maturação, sistematização e estudo, de

aprender o que queríamos. Sistematizamos esse aprendizado num caderno de formação sobre “as formas de cooperação agrícola”. Chegamos a essa concepção: “Olha, de fato temos que estimular a cooperação agrícola. Essa é a meta. Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do local da moradia” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 100).

O MST aponta que os avanços dessa fase, em relação à cooperação agrícola, dizem respeito a fatores como: a construção de uma concepção de cooperação agrícola; o reconhecimento de que as formas de cooperação agrícola deveriam ser dinâmicas e flexíveis; e a identificação da importância das condições objetivas – a situação da terra, dos meios de produção e do mercado – e subjetivas – nível de conscientização dos assentados, capacidade de organização e grau de qualificação da mão-de-obra – para o seu desenvolvimento.

Nesse processo, sobre as questões acerca da organização da produção nos assentamentos, destacamos a criação, em 1988, do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), o qual, desde o início, teve como principal objetivo coordenar as discussões e propor ações relativas à produção agropecuária dos assentamentos, tendo como eixo central de atuação a cooperação agrícola.

No período de 1990 a 1993, o MST enfrentava uma situação de embate direto com o Estado, durante o governo Collor, e isso teve rebatimentos nas discussões sobre a necessidade de os assentamentos avançarem economicamente e construir bases mais sólidas para sua organização política. Percebemos que, nessa fase de clara implementação da política neoliberal no Brasil, as cooperativas foram importantes mecanismos que contribuíram para a continuidade do MST, tornando-se um dos pilares para a sustentação econômica e para a representação jurídica do Movimento no acesso a políticas públicas.

Segundo Fernandes e Stédile (1999, p. 103), é nesse momento que se aprofundam as discussões sobre as formas de cooperação. Durante os anos de 1990 e 1991, isso é feito de forma intensa, evidenciando-se a necessidade de se formar uma central de cooperativas que representasse e

articulasse em nível nacional as várias questões em torno do desenvolvimento da cooperação agrícola no MST, tendo um caráter de confederação. Foi assim que, através de um trabalho realizado pelo Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), formou-se, em 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Como setor do MST, o SCA compunha, junto com os demais setores e instâncias, a estrutura organizativa do Movimento. Seu objetivo era articular os assentados e debater sobre a produção agropecuária nos assentamentos. Já a CONCRAB, desde o início, passou a existir como entidade, tendo como uma das suas principais funções atuar diretamente no âmbito do cooperativismo.

Embora o SCA tivesse uma ampla dimensão e organicidade, a partir daquele momento, sua estrutura se caracterizou predominantemente pela formação de cooperativas. Assim, a proposta era que esse setor fosse organizado em escala local, através das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs); em escala estadual, através das Centrais de Cooperativas de Reforma Agrária (CCAs); e em escala nacional, pela CONCRAB.

A perspectiva era que, estando a organização do SCA respaldada em estruturas organizacionais de cooperativas, isso facilitaria e incentivaria o desenvolvimento da cooperação agrícola – principalmente de cooperativas – nos assentamentos.

Assim, iniciou-se a construção das Cooperativas Centrais de Assentamentos de Reforma Agrária (CCAs), fundadas nos estados do Maranhão, Ceará, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Junto a essas, organizaram-se diversas modalidades de cooperativas³⁸, sendo as principais delas as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e as Cooperativas de Crédito, estas últimas mais presentes na região Sul do país.

³⁸ Posteriormente, abordaremos as características de cada uma dessas modalidades de cooperativas e demais formas de cooperação agrícola.

Com essa forma de organização do SCA, a fundação da CONCRAB, o desenvolvimento de experiências com as cooperativas e o debate intenso acerca da cooperação, percebe-se nesse momento a síntese em relação à construção da concepção de cooperação agrícola no MST.

A partir das fases e experiências vivenciadas até então, das pesquisas e do estudo teórico sobre a temática, o MST sistematiza sua concepção (que vai permanecer até a atualidade), tendo como eixo central a perspectiva de que cooperação agrícola deve ser um instrumento para fortalecimento da luta por mudanças sociais:

Os assentados devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise à mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo.

Para nós, a cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos, organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é, para nós, uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente para a luta política (CONCRAB, 1998a, p. 22).

Desse modo, é possível identificar o sentido que a cooperação agrícola adquiriu para o conjunto do MST, tendo como pressupostos que o desenvolvimento econômico deve estar associado ao desenvolvimento social e que as formas coletivas de organização do trabalho devem contribuir para o avanço da luta política do Movimento, ou seja, para o avanço na luta contra o capitalismo.

Nesse processo, o SCA ampliou a discussão sobre a organização da produção agropecuária nos assentamentos, incluindo em sua estratégia, principalmente a partir de 2000, eixos de ações referentes ao meio ambiente, à agroecologia e à necessidade de mudança da matriz tecnológica. O SCA passou a se denominar Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA) em 2002, período considerado de certo refluxo das experiências de cooperação agrícola no MST e, ao mesmo tempo, de estudos e reflexões sobre as experiências passadas.

Como forma de sintetizar sobre o processo da cooperação agrícola no MST em âmbito nacional, Christoffoli (2000) aponta os seguintes elementos:

- Período 1984 / 1989: a cooperação se organiza de forma ainda incipiente através de pequenos grupos e associações de trabalho coletivo (máximo de 10 famílias cada), orientados por princípios comunitário-religiosos;
- Período 1989 / 1993: período de construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). A organização desse coletivo proporciona a elaboração de linhas políticas para a organização da produção dos assentamentos e também para a constituição de cooperativas de trabalho coletivo;
- Período 1993 / 1997: constituem-se diversas cooperativas regionais de comercialização ligadas ao SCA e que atuam na perspectiva de massificar a cooperação entre as famílias assentadas, incluindo experiências de cooperativas de industrialização e prestação de serviços, mas esse é também um momento de relativa crise das experiências de trabalho coletivo;
- Período 1997 / 2000: há um acompanhamento mais sistemático no campo técnico e gerencial das cooperativas coletivas, buscando identificar elementos técnicos e econômicos que orientem uma proposta metodológica e organizativa das formas de organização coletiva do processo de produção nos assentamentos.

Essa síntese aponta elementos gerais sobre as fases de cooperação agrícola no MST, considerando principalmente as experiências realizadas nas regiões do centro-sul brasileiro. Embora essa seja uma importante referência, identificamos que as dificuldades, características e formas de cooperação que constituem o processo como um todo no MST devem ser vistas de forma dinâmica, considerando também a realidade das diferentes regiões do país.

Tendo como referência os principais momentos sobre a cooperação agrícola no MST, identificamos que as cooperativas estiveram no centro das ações que visavam à organização da produção agropecuária nos assentamentos. Segundo levantamento feito por Fernandes (2001), no ano de 2001 havia, em todo o Brasil, 78 cooperativas vinculadas às Centrais

Cooperativas, sendo que 77% desse total se encontravam na região Sul do país.

Na década de 1990, quando se construiu toda a proposta do SCA, a meta era conseguir organizar Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) em todo o Brasil, sendo esse um tipo de cooperativa que pressupõe a terra, o capital e o trabalho totalmente coletivizados. A expectativa era de que, sendo implementadas as CPAs – nível mais complexo e avançado da organização cooperativista –, seriam obtidas, conseqüentemente, as condições favoráveis para o desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas e para o fortalecimento da luta política do Movimento.

Ao resgatar a história da formação das cooperativas, Pedro Demboski aborda a problemática enfrentada na tentativa de organização das CPAs. Segundo ele, os principais problemas enfrentados foram: dificuldade de convivência entre os membros da cooperativa; dificuldades para se organizar o trabalho no coletivo; falta de conhecimento sobre gestão e administração; insuficiência de recursos financeiros; ausência de propostas e ações para a construção de um modelo agrícola diferente do produtivista.

Então vimos que precisávamos dar um passo a mais e esse passo foi a organização das cooperativas de produção agropecuária.

Essa experiência foi criada a partir do laboratório organizacional do campo, como primeira experiência de cooperativa coletiva, que deu origem à tal das CPAs, que depois deu origem às crises das CPAs. Isso avançou do ponto de vista da forma, porque deixa de ser uma Associação e agora passa a ter um caráter de mercado, comercialização, de organização da produção e da comercialização e de organização do trabalho, que são os três eixos básicos que se discutia em uma CPA: a terra, o capital e o trabalho, de uma forma planejada, agregada, em que um não dava pra pensar sem o outro.

Aí a primeira crise, né? Essa questão da interação, das relações, é um problema. Depois a divisão da organização do trabalho, aí também é problema. Mas as crises também são advindas do sistema, do próprio modelo de produção, que aí a revolução verde não traz resposta e o modelo tecnológico que se copia é o mesmo. Esse é um primeiro fator.

Outra coisa: comprava as máquinas, aumentava o capital, mas também aumentava as dívidas. Assim, a produção não conseguia cobrir os custos de investimento de capital. Assim, não tinha dinheiro pra pagar, não tinha sobra, aí cria mil e um problemas e a descrença na cooperação. Essa crise econômica foi o que causou as crises na cooperação, se não houvesse essas crises não havia se diluído as experiências. E assim vai todo o processo (Informação verbal de dirigente político do SPCMA-MST, em entrevista realizada em 14 de dezembro de 2007).

Esses vários fatores causaram modificações nas diretrizes do debate sobre a cooperação agrícola e o cooperativismo no MST. Devido às “crises” vivenciadas, as propostas passaram a focalizar a construção de formas mais flexíveis de cooperação agrícola, incluindo diferentes modalidades de cooperativas, como a de comercialização, por exemplo, que não exige a coletivização de todo o processo de produção.

Outro aspecto, tido como consequência desse processo vivenciado, foi a prioridade que passou a ser dada à formação, no âmbito do conhecimento técnico, em relação à gestão e ao conhecimento científico acerca do cooperativismo. Assim, a realidade e as discussões no MST evidenciaram a necessidade de formação de técnicos e profissionais que atuassem no campo do cooperativismo, da gestão e de outras demandas colocadas pelo processo de luta pela reforma agrária. Com esse objetivo, foi criado, em 1995, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), em Veranópolis (RS), cuja experiência pioneira foi a realização do 1º Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC).

De forma geral, percebe-se, nos documentos e cartilhas sobre a temática da cooperação no MST, que o desenvolvimento da organização das cooperativas, como principal forma de cooperação agrícola na década de 1990, enfrentou vários problemas de caráter econômico, político e de gestão.

Nas cooperativas organizadas em vários estados brasileiros – principalmente na região Sul, onde mais se desenvolveu a organização das cooperativas –, foram constatados problemas que levaram à falência ou ao fechamento de várias delas. Os principais dilemas econômicos estavam relacionados com a concorrência do mercado, a falta de conhecimento de gestão administrativa e contábil e a ausência de políticas públicas e crédito.

De acordo com Christoffoli (2000), os principais limites identificados nesse âmbito estão relacionados aos seguintes fatos: os coletivos não conseguem gerar excedentes econômicos; a produtividade do trabalho ser em geral muito baixa; haver uma baixa composição orgânica de capital; ausência de uma estratégia econômica que possibilitasse um melhor aproveitamento da força de trabalho, dos recursos disponíveis e das potencialidades de mercado existentes.

Já os dilemas políticos eram gerados a partir de contradições e conflitos que foram aparecendo ao se buscar realizar um cooperativismo respaldado em valores socialistas, que precisavam se manter e estabelecer relações num mercado capitalista.

Rios (2004) aborda essa relação contraditória permeada pelas cooperativas de produção, que tem como um de seus objetivos contribuir com a organização dos trabalhadores e com a luta pela transformação social. Assim, o autor aponta um duplo caráter dessa estrutura organizacional, identificando-a como “uma interação dialética entre as esferas objetiva e subjetiva numa organização cooperativa”:

A questão da objetividade e da subjetividade numa organização cooperativa de agricultores, por exemplo, se coloca na medida em que a entidade cooperativa apresenta uma dupla natureza, de um lado ela é uma *empresa* e como tal é uma estrutura administrativa cuja própria sobrevivência econômica depende de uma busca constante de eficiência e de eficácia na sua inserção no mercado, de ser também eficiente e eficaz nas relações intercooperativas, bem como na construção de redes de negócios cooperativos. Por outro lado, entretanto, trata-se de um empreendimento não apenas financiado, administrado e controlado coletivamente pelos produtores associados, mas também informado ideologicamente, isto é, por valores de mudança social, valores esses (de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação) introjetados culturalmente nas mentes individuais. Neste sentido a cooperativa como instituição econômico-administrativa objetiva apresenta aspectos de expressão subjetiva via valores ideológico-utópicos, configurando uma cultura vivenciada (RIOS, 2004, p. 4-5).

Essa problemática identificada por Rios é importante para compreendermos de forma crítica a situação vivenciada por várias experiências cooperativistas realizadas pelo MST.

Muitos assentamentos das diferentes regiões do país fundaram cooperativas que pouco funcionaram. Em outras situações, as cooperativas foram inicialmente formadas, mas não conseguiram se manter por ausência de condições objetivas para sua operacionalização. Essa situação foi se agravando, devido aos problemas gerados pela relação tensa, muitas vezes estabelecida entre as linhas políticas do MST e a exigência do crescimento econômico, por parte do mercado capitalista.

Essas linhas políticas, orientadoras das experiências de cooperação agrícola – principalmente do cooperativismo – no MST, foram historicamente construídas no seu processo de luta. Por isso, percebemos que, no decurso da

década de 1990 até os dias de hoje, muitas dessas linhas foram revistas, debatidas, construídas e desconstruídas.

De forma geral, porém, o MST aponta que o incentivo à cooperação agrícola deve ocorrer por razões econômicas, visando: aumentar o capital constante e a produtividade do trabalho; fazer uma adequação tecnológica; conseguir melhores preços para os produtos; desenvolver a agroindústria e a indústria. Deve também ser efetivada por razões sociais: urbanização das moradias; infra-estrutura básica; educação; transporte coletivo; saúde; maiores possibilidades de lazer. E, finalmente, por razões políticas: para ampliar a resistência ao capitalismo; construir a retaguarda do MST; desenvolver a consciência política dos assentados; fazer articulação política; acumular forças para a transformação social (CONCRAB, 1998).

Considerando isso e tendo como referência o processo histórico vivenciado nas experiências de cooperação agrícola anteriores, são colocados atualmente como principais desafios para o MST nesse âmbito: planejar e organizar a produção; massificar a cooperação; realizar trabalho político-ideológico permanente; e preparar quadros políticos e técnicos (CONCRAB, 2007).

Na proposta do MST, um princípio geral em relação à cooperação agrícola é que “o importante não é a forma, mas o ato de cooperar” (CONCRAB, 2007, p.37). Isso porque, ao entender que a cooperação é uma saída para as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia dos assentamentos, sendo uma forma de se romper com o isolamento, qualquer forma de cooperação deve ser incentivada, sendo importante envolver a maior quantidade possível de pessoas. Mas isso sem perder de vista a importância de buscar, durante o processo, formas mais complexas de cooperação agrícola, que propiciem avanços econômicos, sociais e políticos.

Essa forma mais complexa de cooperação se constitui objetivamente na CPA, onde a terra, o capital e o trabalho são coletivizados, como já identificamos anteriormente. Embora reconheça que a CPA não massifica – principalmente após as experiências realizadas em 1990 –, ela é apontada como uma forma estratégica que, se alcançada, tem condições de proporcionar maiores conquistas econômicas, maior articulação e convivência entre as

pessoas, contribuir com um processo de construção de novos valores e assim fortalecer a luta do MST.

Além das cooperativas, que se apresentam em diferentes tipos, de acordo com as etapas coletivizadas do processo de produção, as outras formas de cooperação agrícola usualmente realizadas e incentivadas nos assentamentos são: mutirões e trocas de dias de serviços; núcleos de produção; grupos semi-coletivos; grupos coletivos; e associações. Nesse conjunto, foram classificadas as experiências “não-formais” (não pressupõem necessariamente a existência legal e/ou jurídica de uma estrutura organizacional) e as experiências “formais” (pressupõem a existência legal e/ou jurídica de uma estrutura organizacional).

Apresenta-se, no quadro abaixo, a síntese dessas formas de cooperação agrícola, com as suas principais características:

Quadro 3.1: As principais formas de cooperação agrícola

	FORMAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1.1.	Experiências de cooperação não-formais	
1.1.1	Mutirão, puxirão, troca de serviço	Acontece ocasionalmente entre as famílias assentadas, especialmente entre vizinhos ou parentes, para fazer: capina, plantio, colheita, etc.
1.1.2	Núcleos de produção	Famílias assentadas que se unem por proximidade, parentesco ou linha de produção, com a finalidade de organizar a produção. A terra e o capital (meios de produção, como junta de bois, implementos agrícolas) permanecem de forma individual e o trabalho é realizado em nível familiar.
1.1.3	Grupos semi-coletivos	As pessoas produzem em lote familiar, normalmente para a subsistência, e têm algumas linhas de produção em conjunto, voltadas para o mercado. Apesar de ter um conjunto de normas internas consolidadas (uma espécie de regimento interno), essa forma não é registrada legalmente. A terra e o capital são utilizados em parte para o uso coletivo e em parte para o uso individual, assim como a organização do trabalho entre seus membros.
1.1.4	Grupos coletivos	A produção é totalmente coletiva. Mesmo tendo necessariamente um regimento interno, elas não são registradas. A comercialização é realizada em conjunto, mas em nome dos assentados. Assim, a terra, o capital e o trabalho são coletivos.
1.2	Experiências de cooperação formais	

1.2.1	Associação	A produção pode ocorrer no lote familiar ou no semi-coletivo. A associação presta algum serviço de interesse comum. Elas normalmente são legalizadas, mas existem alguns grupos semi-coletivos que usam o nome da associação. Elas podem ser de vários tipos: para aquisição de animais ou máquinas, para transporte, para comercialização, para realização de benfeitorias, para representação política dos assentados. A terra normalmente é utilizada de forma individual, o capital às vezes é dividido entre o uso individual e o coletivo e o trabalho normalmente é individual.
	Formas de cooperação agrícola	Principais características
	Experiências de cooperação formais	
1.2.2.	Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS)	Visa planejar e organizar as principais linhas de produção de todos os assentados que produzem no lote familiar, no semi-coletivo ou em grupos coletivos de um único assentamento. A CPS faz a comercialização das famílias assentadas, presta serviços de assistência técnica, fornece insumos agrícolas e produz algum tipo de produto. A terra normalmente é individual, o capital é coletivo (da cooperativa) e o trabalho não é organizado pela cooperativa.
1.2.3	Cooperativa de Prestação de Serviços Regionais (CPS – R)	É um tipo de CPS com maior área de abrangência (normalmente de assentamentos próximos). Normalmente, atua nas áreas de comercialização, produção e insumos agrícolas, no beneficiamento, na assistência técnica e, algumas, na organização da produção. Em relação à terra, ao capital e ao trabalho, ela possui as mesmas características da CPS.
1.2.4	Cooperativa de Crédito (CC)	Tem a finalidade de viabilizar a internalização da circulação do capital financeiro dos assentados entre os próprios assentados, facilitando o acesso

		ao crédito. No entanto, a principal fonte de recursos utilizados pelas CCs é o repasse de recursos públicos (Banco do Brasil, BNDES, CEF). A terra é individual, o capital é gerido de forma coletiva e o trabalho não é organizado pela cooperativa.
1.2.5	Cooperativas de Produção e Prestação de Serviço (CPPS)	Visa planejar, organizar, transformar e comercializar uma ou mais linhas de produção, de forma coletiva, além de planejar, organizar e comercializar várias linhas de produção desenvolvidas nos lotes familiares dos associados (produção individual). A terra pode ser coletiva ou individual, o capital é coletivo (da cooperativa) e o trabalho é coletivo, e pode haver alguma forma de assalariamento.
1.2.6	Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA)	Essa cooperativa é toda coletiva: a propriedade é coletiva (os trabalhadores são os donos), assim como a produção (os donos trabalham e repartem as sobras entre si, conforme o trabalho aportado de cada um). A terra, o capital e o trabalho são todos coletivizados e geridos pela cooperativa.

Fonte: CONCRAB. **Cooperação agrícola**: eixos prioritários de ação, princípios e formas. 2007 (Caderno de Cooperação nº 5 – Edição revista e ampliada).

A partir disso, é importante destacar que as formas das cooperativas se caracterizaram principalmente a partir de experiências realizadas por camponeses e trabalhadores que o MST conheceu em países como Cuba, Rússia e China. Com essa referência e a partir da realidade dos trabalhadores rurais sem terra, essas modalidades de cooperação agrícola passaram a tomar forma nos assentamentos de reforma agrária, em diferentes regiões brasileiras.

Os princípios norteadores da cooperação agrícola no MST estão respaldados nos seguintes aspectos: *a necessidade comanda a vontade*, ou seja, é necessário que o sujeito sinta a necessidade de cooperar, vendo na cooperação uma forma de melhor viver; *a gestão democrática*, em que todos os membros do coletivo devem ter os mesmos direitos e deveres em relação às decisões, ao planejamento, ao trabalho e à distribuição do que é produzido; *a neutralidade religiosa, racial e partidária*, entendendo que cada membro do coletivo tem suas próprias opções de partido político e religião e que as questões de etnia e cultura são diversas; *o cumprimento de um papel formativo*, em que a cooperação deve ser desenvolvida no sentido de organizar os assentados, visando à organização de classe e desempenhando um papel de instrumento de luta contra a exploração do capital (CONCRAB, 2007).

Considerando esses elementos, temos como foco a problemática de que o MST reconhece que as cooperativas tanto podem servir para fortalecer politicamente o capitalismo quanto como instrumentos de luta contra o capitalismo (CONCRAB, 2007, p. 37). Nessa segunda condição, podem adquirir um sentido estratégico no processo da luta, tendo um caráter formativo e educativo:

Por outro lado, a cooperação dentro do capitalismo deve ter um sentido estratégico, sem cair em desvios. Mas fazer com que os trabalhadores elevem o seu nível de consciência a partir do desenvolvimento das experiências coletivas. Portanto, a cooperação no capitalismo, além de cumprir este papel de organizar os trabalhadores em torno da produção, cumpre um papel fundamentalmente educativo (CONCRAB, 2007, p. 37).

Assim, o Movimento aponta elementos relacionados com o debate mais específico do cooperativismo, ou seja, sobre a organização de cooperativas. Esse debate tem como proposta desenvolver um cooperativismo

diferente, alternativo e de oposição³⁹. Segundo o MST, a construção de experiências cooperativistas respaldadas nessas três características propiciaria condições de contribuir para a construção de um novo cooperativismo no Brasil.

Assim, a característica de ser “alternativo” é entendida numa relação de oposição ao modelo econômico capitalista, implicando a apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores e a necessidade de construção de um mercado popular articulado entre campo e cidade.

Já o “diferente” se caracteriza em pensar em primeiro lugar o desenvolvimento do associado e a realização da cooperação entre os associados e entre as cooperativas, respeitando as várias formas de cooperação. Os associados devem estar organizados em núcleos de famílias e a direção da cooperativa deve ser coletiva, buscando, em todos os momentos, valorizar os espaços coletivos para as tomadas de decisões e para a realização do trabalho.

Por fim, a característica de ser de “oposição” se coloca no sentido de fazer frente à política neoliberal e ao cooperativismo tradicional. Em relação à primeira, entende-se que a reforma agrária não ocorrerá sem profundas mudanças na sociedade capitalista atual, uma vez que o alcance da dignidade para os trabalhadores é inconciliável com esse modo de organização das relações sociais, sustentado na exploração da classe trabalhadora e na concentração de capital (terra e renda). Em relação ao segundo, propõe-se um cooperativismo que defenda a autonomia de organização e representação, no sentido de buscar formas próprias de organização que considerem as diferenças regionais e apontem para uma mudança na matriz tecnológica, buscando concretamente um contraponto à perspectiva da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), entidade nacional, representante das cooperativas no âmbito do cooperativismo tradicional.

A partir desses aspectos, o MST afirma que “o cooperativismo que queremos construir deve organizar e conscientizar a sua base para contribuir na transformação da sociedade” (CONCRAB, 1998, p. 11). Com isso, os

³⁹ CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. São Paulo: CONCRAB, 1998a. (Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

princípios que caracterizam um “cooperativismo alternativo e popular” foram sistematizados pela CONCRAB, apontando as principais características colocadas em contraponto ao “cooperativismo tradicional”.

A elaboração desses elementos, mostrados no quadro abaixo, tem justamente o objetivo de delimitar as diferenças que perpassam essas duas propostas de cooperativismo. Entendendo que a cooperativa, como estrutura organizacional, não se define por si só e abrange várias dimensões, as diferenciações feitas pelo MST vão do “caráter da sociedade” até a questão do “método”.

Quadro 3.2: Princípios para um cooperativismo alternativo

Características	Cooperativismo alternativo e popular	Cooperativismo tradicional
1. Caráter da sociedade	Político (visa à transformação da sociedade – busca melhorar as condições de vida dos associados)	Empresa econômica
2. Finalidade (foco da atuação)	Cooperação entre trabalhadores rurais / camponeses Produção (organização da produção, da roça até a industrialização e a mercantilização)	Cooperação entre produtores capitalistas Comércio (circulação de mercado)
3. Organização do trabalho	Produção familiar cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação)	Produção familiar individual ou empresa familiar Também reúne empresários capitalistas
4. Base da cooperativa	Trabalha com todos associados e não associados Base social dos movimentos sociais	Trabalha apenas com os associados
5. Classe social dos associados	Uniclassista (só pequenos produtores e trabalhadores rurais); algumas colocam	Pluriclassista (grandes e pequenos produtores na mesma cooperativa)

	estatutariamente limite de área de terra para se associar	Na prática, beneficia mais os grandes, que assumem o controle da cooperativa
Características	Cooperativismo alternativo e popular	Cooperativismo tradicional
6. Distribuição das sobras	Deve ser distribuído para o associado em dinheiro (retorno direto) ou em serviços por eles decidido (retorno indireto) Parte deve ser necessariamente investida em fundos de intercooperação ou na expansão da própria cooperativa	Normalmente não são distribuídas; são reinvestidas na cooperativa; algumas chegam a não corrigir o capital dos sócios para aumentar o capital indivisível da cooperativa Como é proporcional à movimentação, os grandes associados recebem muito mais que os pequenos
7. Direção	A direção é coletiva com responsabilidade pessoal A direção legal fica subordinada às decisões coletivas	Legal (presidencial) Gerente com poder real – muitas vezes acima da diretoria
8. Organização Cooperativista Nacional	Construir uma articulação alternativa	Filiação à OCB e às OCEs
9. Método	Dar condições para os associados descobrirem, perceberem Investir na formação de novos militantes cooperativistas	Apresentar propostas prontas ou induzir os associados a assumirem os planos da direção

Fonte: CONCRAB. Cooperação agrícola: eixos prioritários de ação, princípios e formas. 2007. (Caderno de Cooperação nº 5). Edição revista e ampliada.

Essas características devem ser vistas de forma dinâmica e entendendo que a realidade é complexa e contraditória. Por isso, vemos que

tais aspectos contribuem no sentido de fomentar o debate sobre a não homogeneidade do cooperativismo. É importante, porém, termos como pressuposto que isso não se manifesta na realidade de forma tão clara, nem mesmo maniqueísta. Em relação aos aspectos sobre o “cooperativismo alternativo e popular”, vemos que eles se caracterizam mais como objetivos a serem alcançados do que como características existentes nas cooperativas atuais.

De acordo com os dados da CONCRAB de 2007⁴⁰, atualmente há seis Centrais de Cooperativas (CCAs) vinculadas à Confederação. As diversas modalidades de cooperativas vinculadas a essas Centrais somam hoje mais de 150, abrangendo um total de 9.450 famílias no Brasil. Desse total, 79 são Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), coletivas e semi-coletivas, com 2.299 famílias associadas; 50 são Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CPS), com 11.174 sócios diretos; 28 são Cooperativas de Assistência Técnica; e 04 são Cooperativas de Crédito, com 5.400 associados.

Para melhor visualização, sintetizamos essas informações na seguinte tabela:

Tabela 3.1: Cooperativas vinculadas à CONCRAB

Tipo de cooperativa	Quantidade de cooperativas	Quantidade de pessoas	Quantidade de famílias
Cooperativa de Crédito (CC)	04	5.400	-
Cooperativa de Assistência Técnica	28	-	-
Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços (CPS)	50	11.174	-
Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA)	79	-	2.299
Cooperativas Centrais (CCA)	6	-	9.450

⁴⁰ Informação adquirida no Banco de Dados da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), através de solicitação feita aos dirigentes da Confederação.

Total	167	16.574	9.450
--------------	-----	--------	-------

Fonte: CONCRAB.

É necessário observar que o total de famílias na tabela permanece 9.450, pelo fato de as 2.299 famílias das CPAs já estarem contabilizadas no total das Cooperativas Centrais, uma vez que estas aglutinam em cada estado o conjunto das cooperativas. Assim, podemos afirmar, a partir desses dados, que atualmente o sistema de cooperativas constituído pelo MST, através da CONCRAB, envolve diretamente quase 10.000 famílias assentadas em áreas de reforma agrária situadas por todo o Brasil.

A partir dos vários elementos abordados até aqui, é possível identificar a centralidade do aspecto político na discussão sobre a cooperação e o cooperativismo no MST. Percebemos que, ao longo das experiências realizadas e das várias fases do debate, o Movimento teve e tem como perspectiva vincular a cooperação agrícola a um “projeto estratégico de mudança da sociedade”, no sentido de potencializar a luta contra o capitalismo e buscar fomentar a consciência política entre as famílias assentadas.

Pelo que foi acima exposto, fica claro que a cooperação agrícola não tem um fim unicamente econômico. Para ter sentido para o MST, é necessário que, além da melhoria das condições de vida das famílias assentadas, ela contribua para a luta contra o capital e para a indicação de novas formas de relações sociais.

Essa abordagem nos leva a situar a cooperação agrícola como elemento central do processo de organização política que o MST se propõe a realizar, visando à transformação social. Nesta estratégia do Movimento, a cooperação agrícola contribui, na medida em que através da gestão do trabalho coletivo consegue organizar e elevar a consciência das famílias assentadas no processo da luta de classes. Assim, a cooperação agrícola enquanto instrumento para a organização política, se torna uma problemática real, provocada pelo próprio Movimento.

O relatório do Seminário Nacional de Cooperação Agrícola, ocorrido em 2006, demonstra que o MST reafirma a centralidade da cooperação agrícola para o avanço econômico e para a organização política das famílias

assentadas, no sentido de contribuir para a construção de uma consciência social, que pode ser estabelecida na luta em curso, da qual o MST faz parte:

A cooperação produtiva é elemento chave em nossa estratégia, pois, combinados com os demais aspectos anteriormente citados, poderá criar condições materiais e objetivas para a melhoria de vida das famílias, bem como permitir o florescimento de uma consciência social que ajude os assentados a compreender a complexidade da luta de classes no país e gere condições para que estes se insiram na luta política em curso (MST, 2006, p. 7).

Tendo como referência essas indicações sobre o processo e a concepção de cooperação agrícola no MST, é importante destacar que esta irá se realizar contraditoriamente, considerando a formação social capitalista manifestada nas dimensões econômica, política e ideológica do conjunto da sociedade.

A partir dessa problemática, focalizamos neste estudo a relação entre a cooperação agrícola e a organização política das famílias assentadas, tendo como referência principal o processo de cooperação agrícola vivenciado pelo MST no Maranhão. Entendemos que as experiências do MST não são homogêneas e sem conflitos ou contradições, mas baseadas em orientações comuns e articuladas por linhas políticas gerais, as quais têm por objetivo sintetizar a discussão sobre a construção de um projeto de sociedade que o MST faz parte como sujeito.

Considerando tais elementos, passamos, no próximo capítulo, a abordar de forma específica a cooperação agrícola no âmbito da organização política do MST no Maranhão.

4 POSSIBILIDADES E LIMITES DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MST NO MARANHÃO: a experiência da cooperação agrícola nos assentamentos do MST no Maranhão

4.1 Os assentamentos no enfrentamento da questão agrária no Maranhão: da formação do MST à organização política dos trabalhadores nos assentamentos

A formação econômica do Maranhão pode ser dividida em quatro fases: a) conquista e povoamento inicial, quando o Maranhão se encontra ainda indiretamente articulado ao processo global de acumulação primitiva engendrado pela necessidade de acumulação do capitalismo nascente na Europa; b) inserção na divisão internacional do trabalho, correspondente ao momento em que a economia se sustentou na exportação para Europa de três grandes produtos: algodão, arroz e couro, impulsionada pela intervenção direta da metrópole através das políticas pombalinas, com destaque para a criação da Companhia de Comércio do Grão Pará – Maranhão (1775); c) fase de involução econômica, se analisada do ponto de vista da lógica capitalista expropriadora que regia as atividades primário-exportadoras do Brasil colônia. Os recém-libertos, dada a abundância de terras, preferem fugir das fazendas e se estabelecer em atividades produtivas autônomas; d) a fase da inserção na divisão nacional do trabalho, iniciada na década de 40 e evoluindo até as transformações do campo maranhense (ARCANGELI apud BARBOSA, 2006, p. 79-80).

Até o final do séc. XIX, a economia maranhense teve as atividades agro-exportadoras como eixo principal de sua produção. A partir de 1875, inicia-se a implantação de ramos industriais, principalmente nos setores açucareiro e têxtil. Segundo Barbosa (2006), o sistema produtivo no Maranhão se caracterizou, nesse período, por significativas mudanças no meio rural e muitos investimentos no meio urbano, visando estabelecer um processo de industrialização:

Como consequência da abolição da escravatura, as atividades agrícolas se desintegraram e o sistema produtivo foi dividido em duas partes: as transformações no meio rural e a aceleração de investimentos, no meio urbano, especialmente com a criação das fábricas têxteis. Neste cenário, destacavam-se duas iniciativas de industrialização, seguindo a economia agrícola simples: a implantação do engenho de açúcar e a implantação de fábricas têxteis – ambas financiadas pelos setores agro-exportadores (BARBOSA, 2006, p. 80).

Esse direcionamento da economia no estado demonstrava a centralidade que o mercado internacional desempenhava desde aquela época na produção agrícola do Maranhão.

Já no período que compreende o final do séc. XIX até 1950, as atividades produtivas sofreram alterações e causaram modificações no âmbito da economia interna do estado, que se manteve à parte do padrão de acumulação urbano-industrial da economia brasileira desse período.

A crise do sistema agroexportador baseado no açúcar e a decadência do setor têxtil resultaram em problemas econômicos para os grandes proprietários de terras e industriais, que sofreram diretamente as conseqüências da queda de suas taxas médias de lucro. Assim, houve um redimensionamento na produção agrícola no campo, que se voltou principalmente para a demanda familiar dos próprios trabalhadores rurais e camponeses do Maranhão, os quais passaram a cultivar principalmente arroz, mandioca, milho e feijão.

Por essa razão, aquela foi uma fase da economia maranhense que teve o sistema da pequena produção agrícola como base e, a partir da década de 1950, deu lugar a um processo de inserção do Maranhão no sistema capitalista industrial, tendo a função de se constituir em território de fronteira de expansão do capital.

Com isso, as terras passaram a ser utilizadas predominantemente pela pecuária extensiva e aumentou-se a grilagem das grandes extensões de terra por parte de latifundiários, pecuaristas e empresas. Além disso, iniciou-se um processo irreversível de venda de terras públicas subvalorizadas a grandes empresas nacionais e internacionais.

Nesse contexto, iniciou-se, por exemplo, a apropriação privada de áreas de babaçuais e a substituição da produção agrícola voltada para o autoconsumo familiar pela pecuária bovina. E, devido às situações de conflitos entre camponeses, posseiros e trabalhadores rurais com pecuaristas, grileiros e empresários, o Estado formalizou legalmente o direito à propriedade privada individual através da “Lei de Terra”, instituída pelo governo Sarney e promulgada por Pedro Neiva de Santana. Com isso, “estabeleceu-se um

verdadeiro mercado de terras, responsável por um conjunto de transformações nas relações sociais do campo” (BARBOSA, 2006, p. 84).

De acordo com Azar (2005, p. 52), tal fato redefiniu o uso da propriedade da terra no estado do Maranhão:

Nesse processo, foi sendo redefinida a propriedade privada da terra, corroborada com políticas desenvolvimentistas, propiciadas pela implantação dos projetos agropecuários responsáveis por grandes e intensos conflitos no Maranhão e Pará. Para manter o controle das áreas ocupadas por posseiros, o Estado criou projetos de colonização, prometendo assentar famílias camponesas, utilizando para isso terras devolutas. Paralelamente, os estimados 190.000 km² de terras destinadas a isso reparariam os conflitos fundiários existentes e atrairiam grupos empresariais dispostos a “modernizar” o campo. A legalização foi feita através da Lei nº 2.979, promulgada em 17 de junho de 1969, denominada Lei de Terras, ou Lei Sarney de Terras, como também é conhecida (PEDROSA, s/d, p. 17-18).

Uma das principais conseqüências desse fato, no âmbito das relações sociais e do uso dos meios de produção no campo, foi a alteração irreversível na prática do uso comum da terra, realizada por parte do campesinato maranhense, como quilombolas, indígenas e quebradeiras de coco babaçu. Segundo Sá (2007), o mercado de terras assumiu, a partir desse período, uma importância fundamental na economia do Maranhão e isso passou a afetar profundamente o conjunto da economia camponesa:

Do ponto de vista do campesinato livre, a mudança no estatuto jurídico da terra aniquila uma forma de propriedade (comunal) que era muito mais adequada à reprodução camponesa que a propriedade privada, na medida em que respeitava a lógica do ciclo familiar (permitindo o aumento ou diminuição da quantidade de terra apropriada por cada família) e eliminava as questões geradas pelo problema da herança (os filhos podem reproduzir-se enquanto novas unidades familiares camponesas sem perder em quantidade de terras) (SÁ, 2007, p. 188).

Esse conjunto de fatores ocasionou a expulsão e a expropriação de milhares de camponeses de suas terras, movimento que marcou a realidade do campo no Maranhão e ocasionou a constituição da “frente de expansão monopolista”. Através dela, trabalhadores rurais, posseiros e camponeses migravam para matas fechadas em busca de moradia e terra para trabalhar, das quais posteriormente grileiros se apropriavam de forma ilegal e muitas vezes violentamente, com freqüência sustentados pelo aparelho político-institucional do próprio Estado. Essa realidade provocou um enfrentamento direto entre latifundiários e os trabalhadores do campo, que passaram a ser

expulsos das terras onde viviam e trabalhavam, para dar lugar aos grandes projetos agropecuários.

Assim, a questão agrária⁴¹ no Maranhão se constituiu a partir da formação desses latifúndios, que caracterizaram a estrutura fundiária de todo o estado. O uso da terra foi direcionado de forma predominante para a realização de uma produção voltada para os mercados interno e externo, fato esse que se denominou “frente pioneira”.

Imbricado nesse processo de expansão capitalista, o aumento devastador da pecuária e da exploração da madeira, principalmente na região tocantina, levou à expulsão do trabalhador rural autônomo e do camponês do campo, gerando novas categorias de trabalhadores, como o meeiro, o arrendatário e o parceiro. Ao mesmo tempo, isso provocou um êxodo rural intenso para cidades como São Luís e Imperatriz.

Além dos projetos agropecuários, o modelo de desenvolvimento no Maranhão aderiu principalmente, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), à instalação de projetos minero-metalúrgicos integrados ao Programa Grande Carajás (BARBOSA, 2006).

Durante a década de 1980, a realidade agrária maranhense foi marcada principalmente pelas conseqüências do garimpo e pela implantação do Projeto Grande Carajás, com atuação nas áreas estratégicas de minério e energia, que envolveu altíssimos recursos financeiros e o apoio do Estado nas esferas nacional e estadual.

Esse projeto teve como proposta inicial realizar a exportação de minério e tornar-se um mecanismo econômico para diminuição do endividamento externo do Brasil. Essa proposta, pensada juntamente com industriais japoneses, tinha o objetivo principal de utilizar as potencialidades minerais da região, através de investimentos por parte do Estado, para assim atender a uma demanda do mercado gerada pela crise energética de países

⁴¹ “A questão agrária é entendida como resultante do processo de transformação do papel da agricultura no modo de produção, ao longo da formação socioeconômica brasileira. Essa formação tem privilegiado a concentração fundiária, em detrimento do grande contingente de famílias camponesas sem terra e teve um sistema produtivo agrícola desenvolvido a partir de padrões dicotômicos: um eminentemente agro-exportador e outro de subsistência” (AZAR, 2005, p. 32).

industrializados e, ao mesmo tempo, atrair investimentos internacionais para o país.

Depois, os objetivos do programa se ampliaram e foram “transformados num plano global de desenvolvimento regional, voltado para exportação e geração de divisas” (BARBOSA, 2006, p. 94), o que causou vários conflitos sociais a partir do agravamento da questão fundiária. Com base nesses fatos, pode-se afirmar que esse tipo de desenvolvimento capitalista, historicamente construído com base em ações como essas, fez do Maranhão um estado caracterizado por indicadores de pobreza associados a um alto índice de analfabetismo da sua população e altas taxas de mortalidade infantil, situação agravada no meio rural.

Nessa realidade, identificamos a prevalência do latifúndio, que, cumprindo o papel de base de sustentação das relações de dominação, possui relação direta com a existência de conflitos agrários, trabalho escravo, concentração de terra e renda, aspectos que têm caracterizado profundamente a questão agrária no Maranhão.

É nesse contexto que o MST vai se constituir no Maranhão a partir de 1985, período de considerável movimento migratório de trabalhadores rurais para as cidades e de inúmeros problemas sociais vivenciados por eles.

Em nível nacional, o MST, que nessa época já havia sido oficialmente fundado no Paraná (1984), estava em processo de organização em todas as regiões do país. A realidade colocada pela própria formação da questão agrária no Maranhão proporcionou a atuação do MST, num processo de luta caracterizado pelo enfrentamento direto ao latifúndio.

No período das primeiras ocupações de terra no Maranhão, houve vários confrontos entre os trabalhadores rurais sem terra e a União Democrática Ruralista (UDR):

Era, como já citado, uma época de confrontos entre trabalhadores rurais e a União Democrática Ruralista (UDR), o que no Maranhão tem um sentido muito específico, pois, na região tocantina, sul do estado, a UDR se articulava organizadamente para impedir as ocupações de terra. Preocupada em se mobilizar para impedir as desapropriações de terras com fins de reforma agrária, com objetivos ultrapassados e métodos nada pacíficos (...) (AZAR, 2005, p. 63).

A primeira ação que simbolizou a inserção do MST no processo de luta pela terra e pela reforma agrária no Maranhão foi a participação na ocupação da Fazenda Capoema, um grilo de aproximadamente 60.000 hectares, situado no município de Santa Luzia. Essa ocupação e a posterior organização do respectivo acampamento foram organizadas em conjunto pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e por líderes do MST que haviam se deslocado para o Maranhão. O MST tinha como objetivo principal organizar a luta pela terra e por reforma agrária no estado, junto a posseiros, trabalhadores rurais e camponeses que haviam perdido suas terras para várias empresas e para grileiros que estavam se instalando principalmente na região da Amazônia Legal.

Nesse contexto, o CENTRU, localizado na região de Imperatriz, representava uma importante organização de resistência dos trabalhadores rurais aos pistoleiros e grileiros, organizados na região através da UDR. Nessa mesma região, durante o ano de 1987, 250 famílias ocuparam a Fazenda Itacira, de 5.000 hectares e pertencente ao grupo empresarial Sharp. Essa ocupação, também organizada conjuntamente pelo CENTRU e pelo MST, resultou em dois despejos e vários conflitos entre policiais e famílias sem terra.

Nesse mesmo período, ocorreram várias ocupações de latifúndios nas regiões de Imperatriz e Buriticupu, algumas organizadas por sindicatos rurais e outras, por iniciativas isoladas dos próprios posseiros e trabalhadores rurais daquelas regiões.

O CENTRU e o MST atuaram de forma conjunta até o ano de 1988, apoiando e organizando politicamente as ações que envolviam a luta pela terra nessas regiões. Com a percepção mais clara dos objetivos de organização, o MST passa a se consolidar como um movimento de caráter político e massivo na luta pela reforma agrária, e o CENTRU se mantém no campo da luta sindical dos trabalhadores rurais, com atuação também na política eleitoral.

A partir dessa fase, o MST passa a atuar de forma independente em relação ao CENTRU e, nesse contexto, mantém seu processo de organização nas regiões de Imperatriz e Buriticupu, que teve continuidade com as ocupações das fazendas Gameleira, no município de Imperatriz, e Terra Bela,

no município de Santa Luzia. Essas foram as duas ocupações que formalizaram a gênese do MST no Maranhão, no ano de 1988.

Tendo iniciado nessa região do oeste maranhense, a próxima região para a qual o MST se expandiu foi a região do norte maranhense, com a ocupação, no ano de 1989, da Fazenda Diamante Negro Jutaí, de 8.400 hectares, situada no município de Igarapé do Meio. Com isso, torna-se visível que o MST passa a provocar um processo de (re)organização política, econômica e social dos espaços, através da territorialização iniciada no estado com as ocupações de latifúndios nas regiões oeste e norte maranhenses, principalmente na micro-região de Imperatriz. Esse processo, intensificado entre os anos de 1989 e 1990, é considerado pelo próprio MST como o início de sua consolidação no Maranhão.

O MST foi se expandindo no território maranhense através das ocupações de terras, organizando-se no sul maranhense, com a ocupação da Fazenda Serafim, município de Estreito; na região do centro maranhense, com a ocupação da Fazenda Cigra; e, por fim, na região leste, com a ocupação da Fazenda Iguaracy, no município de Itapecuru-Mirim, no ano de 1998.

Através das ocupações de terra, o MST se organizou em todas as cinco mesorregiões do estado do Maranhão, mantendo-se em todas elas até a atualidade. Com a formação de acampamentos, o MST conseguiu pressionar o Estado e pautar, até certo ponto, a necessidade da reforma agrária para o enfrentamento da questão agrária.

Nesse sentido, percebemos que a conquista dos assentamentos em áreas de reforma agrária, por parte do MST, tem a intencionalidade de se constituírem em territórios sob a hegemonia do Movimento, mas que estão contextualizados pelo processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Assim, esta realidade vai apresentar como principais características o controle do comércio agrícola pelos grandes grupos transnacionais; o aumento da concentração de terras; a desnacionalização das agroindústrias e sua respectiva monopolização; a vinculação do processo produtivo ao uso de mais agrotóxicos, fertilizantes, herbicidas e hormônios; a perda do controle do povo brasileiro sobre os recursos naturais (MST, 2006).

Nesse contexto, os assentamentos passam a assumir um papel fundamental na estratégia política do MST, pois simbolizam a democratização do acesso à terra para milhares de famílias de trabalhadores rurais sem terra. Por outro lado, expressam a luta social e a possibilidade de construção de novas relações sociais, tendo como perspectiva a organização de um novo território. Isso sem perder de vista que os assentamentos, apesar da ocupação e da desapropriação do latifúndio, são um território onde a disputa política, ideológica e econômica com a burguesia são permanentes.

Segundo o MST (2006), nos dias de hoje, o acesso à terra e aos meios de trabalho, mesmo que poucos, e ao conhecimento, ainda que básico, é importante para se garantir o domínio sobre os processos de produção agrícola. Nesse sentido, o processo de luta pela terra possibilita uma resistência das famílias contra a exploração do capital e se apresenta como um espaço para a ação política organizativa nas diferentes esferas da vida humana.

Identificando que a organização do assentamento não deve ser focada apenas para dentro de si mesma, mas também para a sua ação junto à sociedade local e regional, torna-se necessário, para o Movimento, encarar o assentamento em sua totalidade, entendendo-o como um território em disputa. Assim sendo, exige propostas organizativas para as diversas dimensões da vida social e tem como desafio tornar-se uma referência política, na perspectiva de compor o desafiante processo de construção de novos valores e relações sociais:

Nesta perspectiva deveremos politizar a dimensão econômica e produtiva dos assentamentos, problematizando esta atividade fundante da vida social. Bem como deveremos orientar a organização produtivas dos assentados, tendo para isto a apresentação de alternativas econômicas e organizativas, que induzam o planejamento produtivo destas áreas, incidindo positivamente na geração e ampliação da sua renda.

O objetivo que buscamos com este novo rumo é a construção ao longo do tempo de uma nova cultura política entre os (as) assentados (as), elevando o seu grau de consciência política, melhorando sua condição de vida, edificando um novo ser social, contribuindo com a construção efetiva de um projeto popular para o Brasil (MST, 2006, p. 15).

Com base nesses propósitos, o Movimento conquistou assentamentos no estado do Maranhão, ao mesmo tempo em que estabeleceu

lutas políticas de enfrentamento ao capitalismo. Assim, a articulação com outras organizações da classe trabalhadora, como sindicatos, organizações indígenas e quilombolas, de defesa dos direitos humanos, de quebradeiras de coco-babaçu, constituíram uma outra frente de atuação de que o MST passou a participar.

O processo de luta contra o capital foi se complexificando, exigindo que organizações como o MST buscassem cada vez mais se aliar às lutas de outros segmentos, no sentido de articular a luta corporativa à luta política, sendo esse um dos maiores desafios colocados ao Movimento na atualidade.

Durante o período das reformas neoliberais, a realidade política, econômica e social se agravou para a classe trabalhadora do campo e da cidade. A partir de 1994, no governo Roseana Sarney, foi estabelecida uma clara articulação entre a política estadual e a política do governo federal, pautada na ideologia neoliberal.

Essa nova relação entre Estado e capital se manifestou no Maranhão através do aumento dos problemas sociais, juntamente com o crescimento dos investimentos industriais por parte do capital privado nacional e internacional, subsidiados por incentivos fiscais e pela mão-de-obra barata.

Através da retórica da modernidade, multinacionais como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual VALE, a ALCOA, atual ALUMAR, têm auferido, desde a implantação do Programa Grande Carajás, lucros exorbitantes à custa da exploração do trabalho humano e das riquezas naturais, combinando num mesmo espaço o máximo de riqueza e de tecnologia com o máximo de pobreza e de ataque à dignidade humana.

Identificando a atualidade e a lógica desses grandes projetos no Maranhão, Carneiro (1999, p. 6) coloca:

No estado do Maranhão, além das obras da ferrovia e do porto de Ponta da Madeira, construídos no âmbito do Projeto Ferro Carajás e da construção das fábricas de alumina / alumínio da Alumar (...) foram implantados também o Centro de Lançamento Espacial (Alcântara), o pólo guseiro de Açailândia e articulados os primeiros passos para os empreendimentos de celulose e soja. Nos anos 90, temos a continuação das atividades dos projetos instalados e assistimos ao início de instalação do componente florestal para produção de celulose da empresa Celmar S/A e ao desenvolvimento do pólo de produção de soja no Sul do Maranhão.

Nessa atual conjuntura, o modelo agrícola predominante, pautado no latifúndio, também se complexificou, através do agronegócio. Os antigos latifúndios improdutivos se tornaram modernas fazendas monocultoras destinadas ao mercado internacional. Ao abordar o agronegócio no Maranhão, Azar (2005) identifica como esse sistema de produção está aliado ao reordenamento internacional de acumulação do capital:

Como expressão do neoliberalismo, os produtos de origem agropecuária deixam de ser alimentos e passam a ser mercadorias, negociadas nas bolsas de valores. Com isso, o Estado as financia mais, o que incentiva mais capitalistas a produzi-las, exigindo mais investimentos governamentais e estabelecendo, assim, um círculo vicioso entre Estado e capital (...) No Maranhão, o agronegócio se apresenta nas monoculturas de eucalipto, em Imperatriz; de bambu, eucalipto e cana-de-açúcar, no Baixo Parnaíba; de soja e eucalipto, no Cerrado; na pecuária extensiva; na construção das hidrelétricas, em Estreito; e na implantação dos pólos siderúrgicos em Açailândia e Rosário; e, recentemente, a discussão para a criação dos pólos de siderurgia em São Luís (AZAR, 2005, p. 59-60).

Essa complexa e contraditória realidade tem ocasionado a curto, médio e longo prazos, perdas políticas e econômicas à classe trabalhadora. Apesar da resistência e das diversas formas de organização, o neoliberalismo significou uma vitória acima de tudo política, em relação às lutas sociais no Brasil e no Maranhão. Analisando as características do processo de reestruturação produtiva do capital no Maranhão, Barbosa (2006) afirma que a reforma realizada pelo Estado causou rebatimentos diretos aos postos de trabalho, ao movimento sindical e demais movimentos sociais, provocando um enfraquecimento da classe trabalhadora como um todo no estado.

Considerando a problemática enfrentada, no âmbito da questão agrária, além da conquista das áreas de assentamento, a luta por reforma agrária no contexto do capitalismo atual tem como grande desafio fazer com que essa política realmente melhore as condições de vida da população que vive e trabalha no campo. Devendo, ao mesmo tempo, apontar possibilidades que tensionem e externem as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, na perspectiva de construção de formas de organização do trabalho diferentes daquele modo de produção.

Nessa perspectiva da luta por reforma agrária e considerando os elementos do referido contexto, o MST está presente atualmente em 55 áreas de assentamentos e 14 acampamentos no estado do Maranhão, abrangendo

um total de 9.523 famílias assentadas e acampadas, conforme mostram as tabelas abaixo ⁴²:

⁴² Os assentamentos que estão destacados em negrito na tabela 4.2 são as áreas onde realizamos a pesquisa de campo para o estudo sobre a cooperação agrícola.

Tabela 4.1: Relação dos Acampamentos do MST no Maranhão.

Nº	SITUAÇÃO	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	REGIÃO	FAMÍLIAS
01	Acampamento	03 de Agosto/ Lote 07	Lageado Novo	Tocantina	64
02	Acampamento	Irmã Dorothy	São João do Paraíso	Tocantina	200
03	Acampamento	Roseli Nunes	Buritirana	Tocantina	100
04	Acampamento	João do Vale	Açailândia	Açailândia	200
05	Acampamento	Horizonte Azul	Itinga do Maranhão	Açailândia	52
06	Acampamento	Zumbi dos Palmares	Bom Jardim	Pindaré	350
07	Acampamento	São Raimundo	Bom Jardim	Pindaré	200
08	Acampamento	João do Vale I	São Roberto	Médio Mearim	100
09	Acampamento	16 de Abril	Newton Belo	Baixada	460
10	Acampamento	Nova Jerusalém	Pedro do Rosário	Baixada	46
11	Acampamento	Irmã Dorothy	Presidente Vargas	Itapecuru	600
12	Acampamento	Primeiros Campos	Presidente Vargas	Itapecuru	75
13	Acampamento	Piquizeiro	Vargem Grande	Itapecuru	120
14	Acampamento	Maria Aragão	Duque Bacelar	Itapecuru	100
	TOTAL DE FAMÍLIAS				2.667

Tabela 4.2: Relação dos Assentamentos do MST no Maranhão

Nº	SITUAÇÃO	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	REGIÃO	Famílias
01	Assentamento	Maravilha	Porto Franco	Tocantina	55
02	Assentamento	Brejo da Ilha	Estreito	Tocantina	103
03	Assentamento	Serafim	Estreito	Tocantina	38
04	Assentamento	Minador Grande	São João do Paraíso	TOCANTINA	48
05	Assentamento	17 de Abril	São Pedro dos Crentes	TOCANTINA	22
06	Assentamento	Paulo Freire	São Pedro dos Crentes	TOCANTINA	33
07	Assentamento	Mundo Novo	Estreito	TOCANTINA	45
08	Assentamento	Oziel Alves	Porto Franco	TOCANTINA	90
09	Assentamento	Oziel Pereira	Sítio Novo	Tocantina	60
10	Assentamento	Pe. Josimo I	Buritirana	Tocantina	50
11	Assentamento	Carlos Mariguella	Buritirana	Tocantina	92
12	Assentamento	Curitiba	Amarante	Tocantina	53
13	Assentamento	Olga Benário	Amarante	Tocantina	100
14	Assentamento	Gameleira	Governador Edson Lobão	Tocantina	64
15	Assentamento	Itacira - Criminosa	Imperatriz	Tocantina	137
16	Assentamento	Jussara	Davinópolis	Tocantina	55

Nº	SITUAÇÃO	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	REGIÃO	Famílias
17	Assentamento	Novo Horizonte	Montes Altos	Tocantina	50
18	Assentamento	01 de Maio	Davinópolis	Tocantina	38
19	Assentamento	Alegria	Davinópolis	Tocantina	49
20	Assentamento	Palmares – Nutrinorte	Governador Edson Lobão	Tocantina	94
21	Assentamento	Açaí	Açailândia	Açailândia	600
22	Assentamento	Nossa Senhora Aparecida	Bom Jesus das Selvas	Açailândia	132
23	Assentamento	Califórnia	Açailândia	Açailândia	210
24	Assentamento	Casa Branca	Itinga	Açailândia	52
25	Assentamento	Chico Mendes I e II	Bom Jesus das Selvas	Açailândia	204
26	Assentamento	Antônio Conselheiro	Bom Jardim	Açailândia	180
27	Assentamento	Terra Livre	Bom Jardim	Açailândia	160
28	Assentamento	Roseli Nunes	Bom Jesus das Selvas	Açailândia	157
29	Assentamento	Nascente do Rio Azul	Bom Jardim	Açailândia	92
30	Assentamento	Alta Floresta I	Bom Jesus das Selvas	Açailândia	142
31	Assentamento	07 de Maio (Cikel)	Buriticupu	Pindaré	265
32	Assentamento	11 de Junho (Cikel)	Buriticupu	Pindaré	257
33	Assentamento	Amazônia	Bom Jardim	Pindaré	161

Nº	SITUAÇÃO	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	REGIÃO	FAMÍLIAS
34	Assentamento	Brasilândia (Cikel)	Bom Jesus das Selvas	Pindaré	212
35	Assentamento	Califórnia Diamantina – Vila São João	Buriticupu	Pindaré	155
36	Assentamento	Tabocão (Cikel)	Buriticupu	Pindaré	154
37	Assentamento	Flechal – Vila Piçarreira	Santa Luzia	Pindaré	200
38	Assentamento	Cigra	Lagoa Grande	Médio mearim	615
39	Assentamento	28 de Agosto	Newton Belo	Baixada	43
40	Assentamento	Diamante Negro – Jutay	Igarapé do Meio	Baixada	270
41	Assentamento	Vila Esperança	Monção	Baixada	59
42	Assentamento	Flor do Vale	Monção	Baixada	90
43	Assentamento	Lage Comprida	Igarapé do Meio	Baixada	166
44	Assentamento	4 de Maio	Pedro do Rosário	Baixada	30
45	Assentamento	Boa Vista II	Pedro do Rosário	Baixada	31
46	Assentamento	São João	Monção	Baixada	25
47	Assentamento	Conceição Rosa	Itapecuru Mirim	Itapecuru	99
48	Assentamento	Padre Josimo	Presidente Vargas	Itapecuru	103

Nº	SITUAÇÃO	NOME DA ÁREA	MUNICÍPIO	REGIÃO	FAMÍLIAS
49	Assentamento	Padre Trindade	Vargem Grande	Itapecuru	35
50	Assentamento	Palmares II	Nina Rodrigues	Itapecuru	280
51	Assentamento	Placas – Olga Benário	Vargem Grande	Itapecuru	40
52	Assentamento	Vila de Fátima	Coelho Neto	Itapecuru	42
53	Assentamento	N.S Aparecida – Baturité	Chapadinha	Itapecuru	43
54	Assentamento	Mangueira	Nina Rodrigues	Itapecuru	176
55	Assentamento	Cristina Alves	Itapecuru Mirim	Itapecuru	100
	TOTAL				6.856

A formação desses assentamentos e acampamentos é resultado do processo de territorialização do MST no Maranhão. A partir de sua existência, foram organizadas as chamadas “regionais do MST”, existentes em regiões onde há um conjunto de acampamentos e assentamentos que integram a organização interna do Movimento, através da existência dos núcleos de famílias, dos setores de trabalho e das instâncias de decisão. Além do aspecto geográfico, a constituição dessas regionais se deu a partir de aspectos políticos, econômicos e culturais. O MST elaborou denominações próprias para cada uma delas, como já ressaltamos anteriormente, que atualmente são: Regional Tocantina, Regional Açailândia, Regional Pindaré, Regional Médio Mearim, Regional Baixada e Regional Itapecuru.

Para visualização da territorialização do MST no Maranhão, seguem as figuras abaixo⁴³:

⁴³ Nos mapas das regionais, há uma identificação diferenciada para os assentamentos onde realizamos a pesquisa de campo.

Figura 4.1: Mapa geográfico do Maranhão

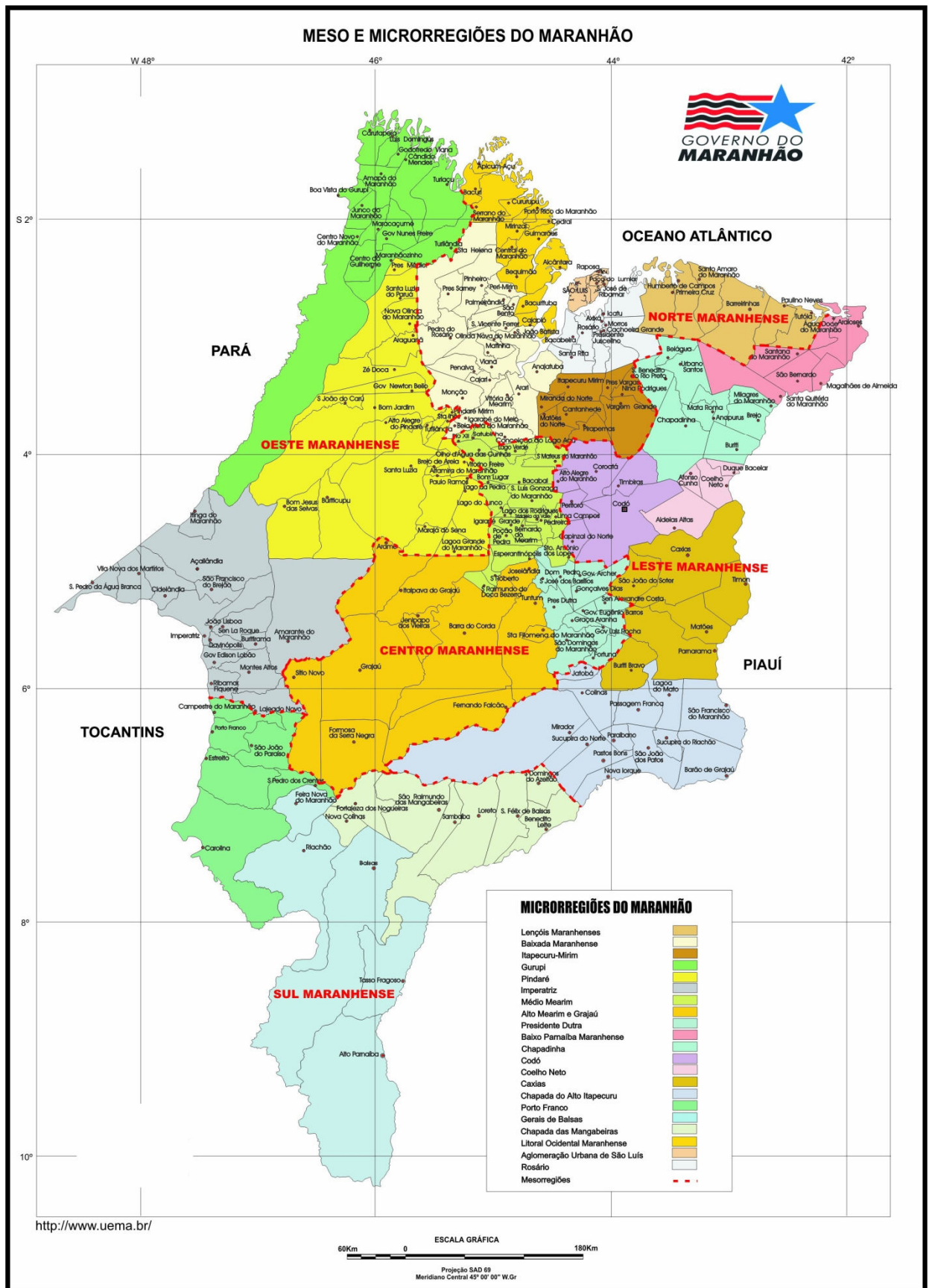


Figura 4.2: Mapa das regionais do MST no Maranhão

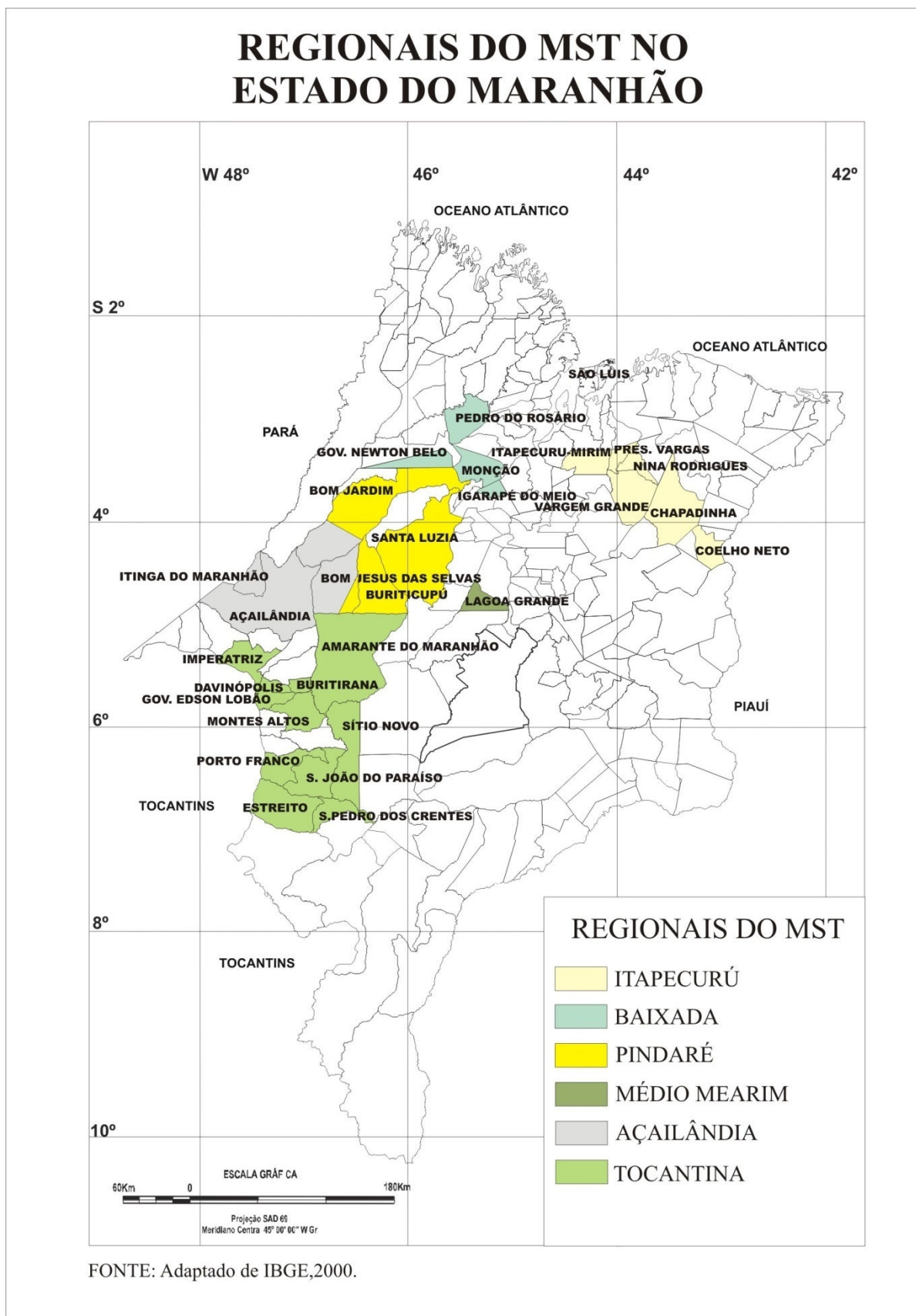


Figura 4.3: Mapa da regional Tocantina

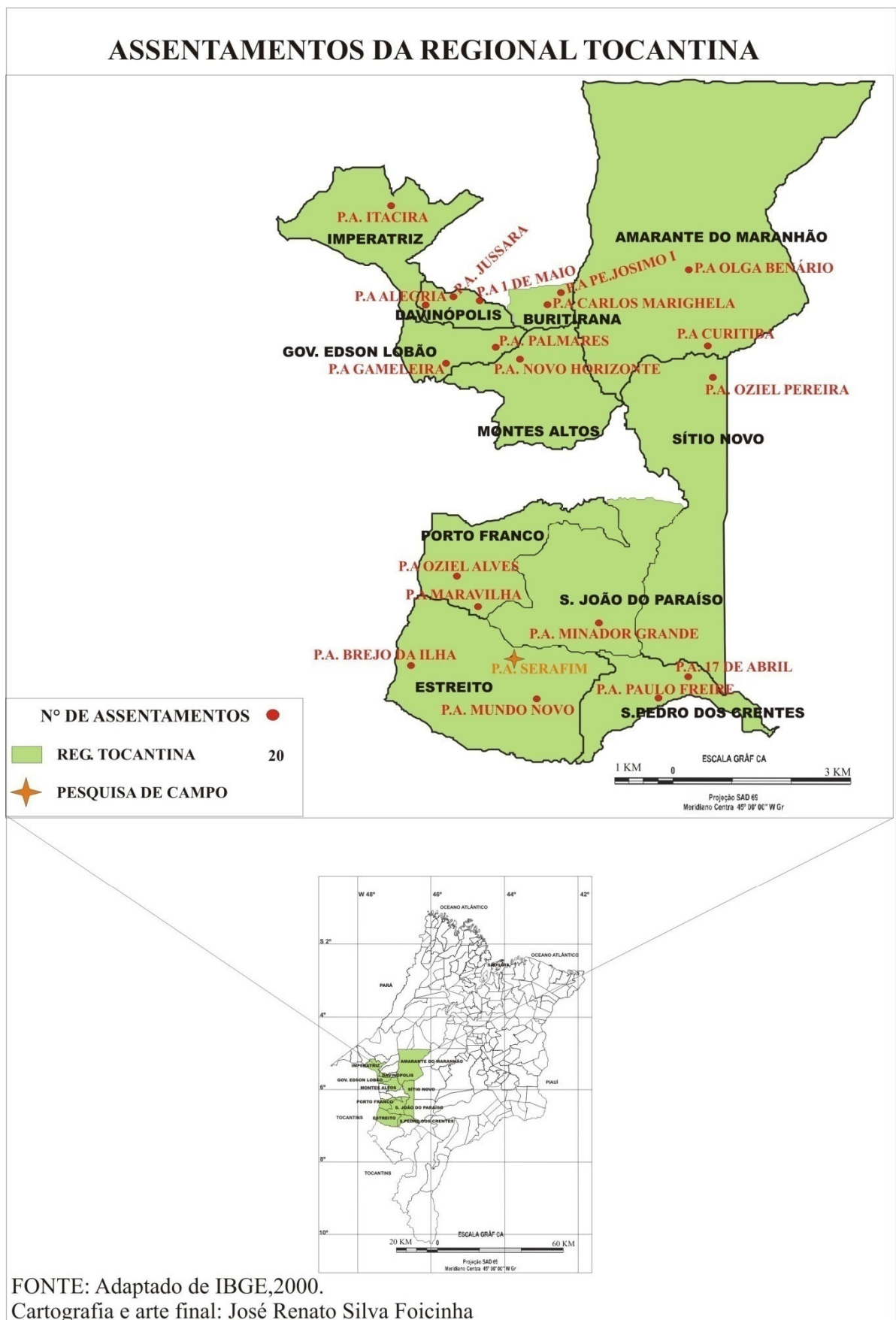
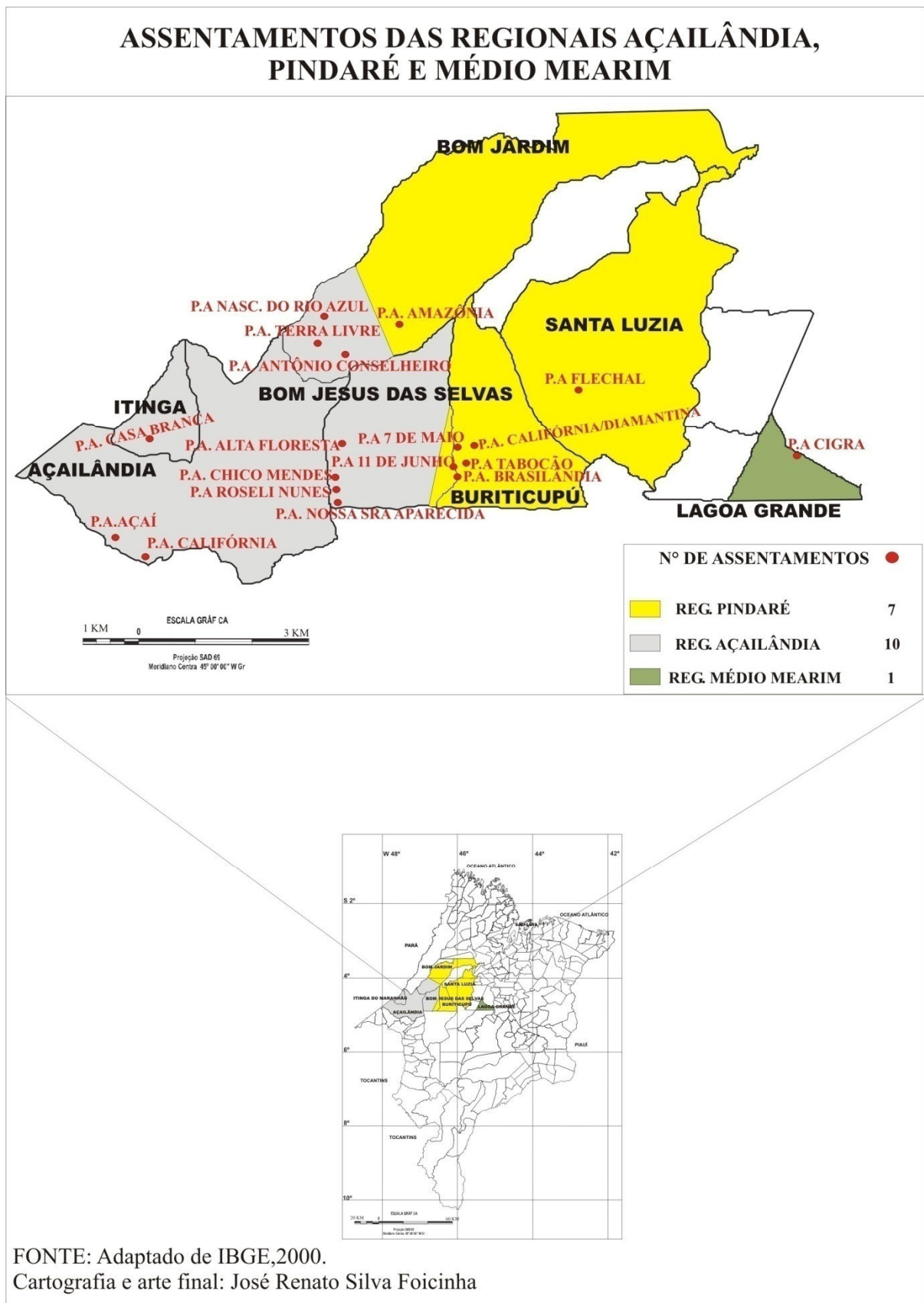
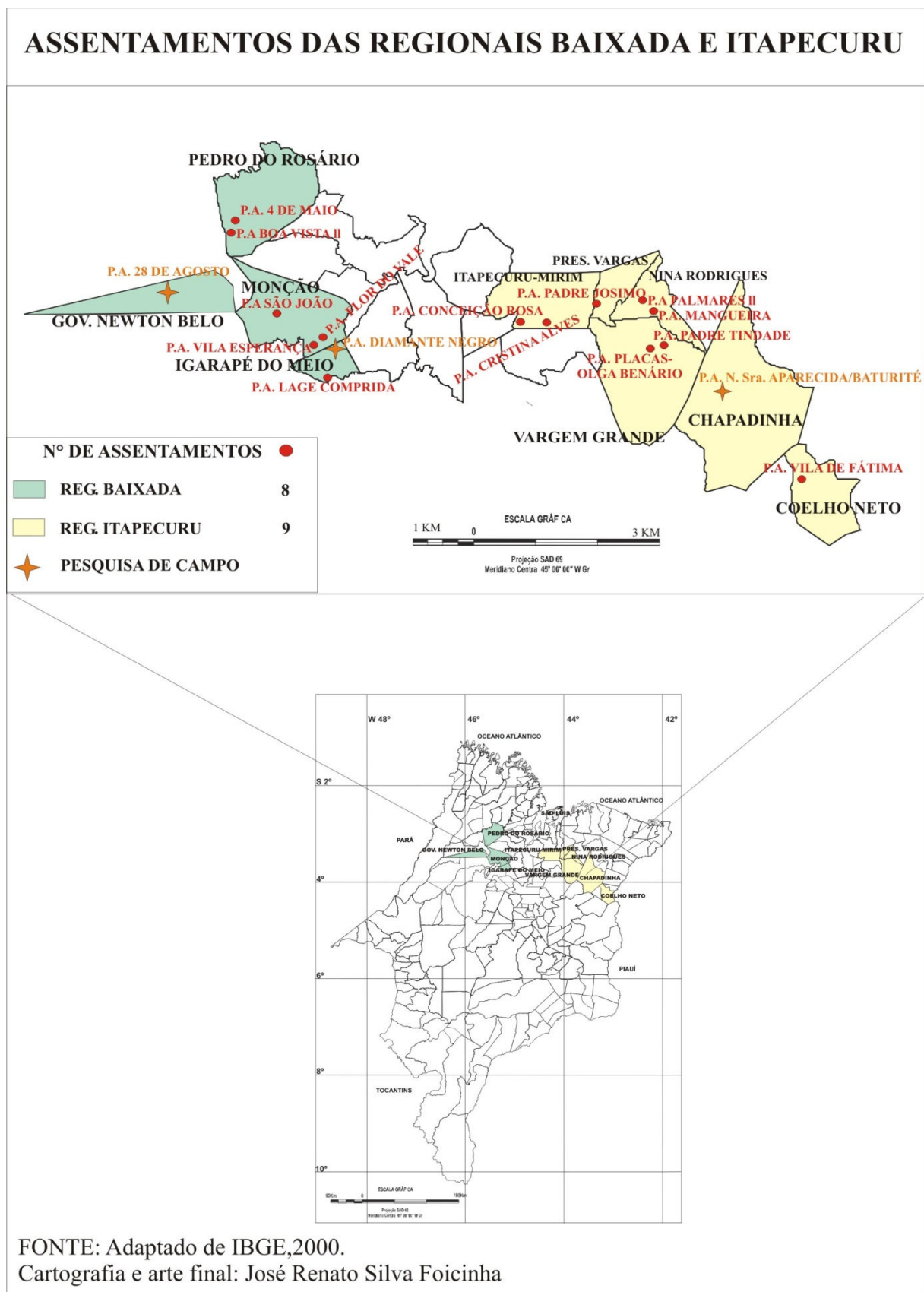


Figura 4.4: Mapa das regionais de Açailândia, Pindaré e Médio Mearim



FONTE: Adaptado de IBGE,2000.
Cartografia e arte final: José Renato Silva Foicinha

Figura 4.5: Mapa das regionais da Baixada e Itapecuru



Considerando essa organização do MST no Maranhão e os principais aspectos de sua formação, a partir da realidade socioeconômica do estado, passamos a focalizar os desafios enfrentados pelo MST na atualidade, seja no âmbito da reforma agrária e/ou da luta pela transformação social. Nessa perspectiva, identificamos a importância da cooperação agrícola como parte de sua estratégia para a organização política, econômica e social dos assentamentos, a qual pretendemos configurar, considerando a realidade do MST no Maranhão.

4.2 Configuração da cooperação agrícola nos assentamentos do MST no Maranhão

Para a configuração da cooperação agrícola no MST no Maranhão, iniciamos a pesquisa de campo realizando um levantamento sobre as formas de cooperação existentes no conjunto dos assentamentos vinculados ao Movimento. Essa identificação foi realizada através do instrumental “Identificação das formas de cooperação – MST/MA” (conforme consta no Anexo I), a partir de coleta de informações com um representante de cada região onde o MST está organizado no estado.

Realizamos também, num segundo momento, pesquisa de campo específica em quatro assentamentos, visando conhecer melhor as experiências de cooperação agrícola e observar a dinâmica real dessas comunidades, tendo como foco o processo de organização política e sua relação com a cooperação agrícola. Esses assentamentos – identificados e destacados nos mapas das regionais do MST – são: 28 de Agosto; Diamante Negro Jutai – Vila Diamante; Nossa Senhora Aparecida / Baturité; e Serafim.

A realização da pesquisa no Assentamento 28 de Agosto foi realizada com o intento de conhecer uma área que não possui experiências de cooperação agrícola incentivadas e organizadas pelo MST, enquanto que, nos outros três assentamentos, a intenção era de justamente conhecer o desenvolvimento de diferentes formas de cooperação agrícola existentes.

Observando a realidade dos assentamentos, identificamos que a cooperação no seu sentido amplo, está presente no dia-a-dia das famílias assentadas para: limpeza das áreas de uso comum nos assentamentos; realização de festas típicas ou religiosas; arrecadação de recursos financeiros para demandas do assentamento; realização de mutirões para atividades como pintar, limpar ou construir algo que seja do assentamento.

Como o próprio assentamento tem a característica fundamental de ser uma comunidade, onde as pessoas – principalmente no Maranhão – geralmente moram muito próximas umas das outras; precisam se reunir para resolver problemas que as próprias famílias encaminham e se mobilizar para ter acesso às políticas agrícolas e de apoio, crédito habitação, dentre outros; isso acaba proporcionando um maior contato entre as pessoas, o que facilita a realização de determinadas atividades em conjunto. Afinal, os assentados vêem que isto em determinados momentos, é necessário para alcançar alguns objetivos e suprir algumas de suas necessidades.

Assim, essa prática de cooperação entre as famílias assentadas, nos vários espaços e dimensões que a vida social do assentamento compreende, ocorre independentemente de discussões, orientações e experiências desenvolvidas pelo MST. Podemos perceber que essa prática se realiza devido à necessidade que há e devido à própria forma com que esses trabalhadores do campo relacionam entre si e com o meio. Essas afirmações têm como base o que constatamos nos quatro assentamentos pesquisados, onde pudemos observar que, independentemente da relação estabelecida com o MST, as famílias realizam esse tipo de cooperação.

Nesse sentido, destacamos o assentamento 28 de Agosto, no município de Newton Belo, considerado pelo MST como um assentamento de sólida vinculação aos princípios e práticas incentivadas pelo Movimento, mas que não teve, desde o seu início, experiências de cooperação agrícola organizadas pelo MST. Lá – como nos demais assentamentos –, a cooperação de forma geral já ocorreu e ocorre por iniciativa das próprias pessoas da comunidade:

Por exemplo, se a gente tem algum trabalho pra ser feito, tipo limpeza do assentamento, que é um trabalho coletivo, a gente acha melhor pelo grupo, porque outro assentamento trabalha mais no grupão, chama todo mundo, vai lá e faz. A gente não, acha que deve passar por todos os grupos e depois tomar a decisão comum, por

exemplo, a gente sempre faz aqui a limpeza do pé de arame, que é a parte do patrimônio do assentamento e a gente sempre discute uma meta pra cada grupo, que junta um dia vai lá e faz (Informação verbal de trabalhador rural assentado no 28 de Agosto e militante do MST, em entrevista realizada em 15 de novembro de 2007).

Outro exemplo é o assentamento Nossa Senhora Aparecida / Baturité, no município de Chapadinha, onde a terra entre as famílias assentadas é de uso comum. Eles não usam cercamento nas áreas de plantio, e em cada ano agrícola cada trabalhador escolhe, dentro da área do assentamento, o espaço onde vai plantar. Segundo os(as) próprios(as) assentados(as), essa forma de usar a terra é característica em toda a região, existindo desde o período das comunidades quilombolas.

Nesse sentido, vemos que a cooperação enquanto prática de colaboração pontual – ocorrendo em atividades do trabalho agropecuário, lazer, cultura, dentre outros – orientada por princípios de solidariedade entre as pessoas, por condições de necessidade e por características culturais, está presente no dia-a-dia dessas comunidades.

Assim como está presente no cotidiano das várias atividades desenvolvidas nos assentamentos, percebemos que a realização do mutirão também é comum no trabalho desenvolvido na agricultura. De acordo com a identificação realizada sobre as *principais formas de cooperação agrícola*⁴⁴ nos assentamentos, constatamos que as duas formas existentes em todos os assentamentos são o mutirão e a associação. Segundo os informantes, todas as áreas de assentamentos têm ou já tiveram a prática do mutirão e a existência da associação.

Considerando esse levantamento a partir das seis regiões do MST no Maranhão (Tocantina, Açailândia, Pindaré, Médio Mearim, Baixada e Itapecuru), identificamos que as outras formas de cooperação agrícola existentes nos assentamentos, além da associação e do mutirão, são: grupo semi-coletivo, na região de Açailândia; grupo coletivo, nas regiões Itapecuru e Tocantina; cooperativas, nas regiões Tocantina, Baixada e Itapecuru. Perguntou-se aos entrevistados sobre outras formas possíveis de cooperação agrícola, além das acima mencionadas, mas nenhuma outra foi identificada.

⁴⁴ Para a realização desse levantamento, tivemos como referência as principais formas de cooperação agrícola e suas respectivas características, que se encontram no Quadro 3.1.

Considerando a organização das regionais do MST no Maranhão, segue na tabela abaixo a síntese do levantamento:

Tabela 4.3: Principais formas de cooperação agrícola nos assentamentos do MST no Maranhão

Formas de cooperação agrícola	Regiões do MST no Maranhão					
	Tocantina	Açailândia	Pindaré	Médio Mearim	Baixada	Itapecuru
Mutirão	X	X	X	X	X	X
Grupo semi-coletivo		X				
Grupo coletivo	X					X
Associação	X	X	X	X	X	X
Cooperativa	X				X	X

Fonte: Pesquisa de campo.

Na região Tocantina, foi apontado por Jean Magalhães (agrônomo e componente da equipe técnica da Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATEs) que os mutirões e os trabalhos coletivos, de forma geral, seja na agricultura, seja em atividades gerais, são predominantemente realizados por mulheres.

Como essa é a região onde se situam os assentamentos mais antigos, a maioria deles já teve experiências de grupos semi-coletivos ou coletivos, mas nenhuma delas permaneceu. Atualmente, há alguns assentamentos que esporadicamente organizam grupos coletivos. De forma geral, a associação é vista apenas como um instrumento de acesso ao crédito.

A única cooperativa existente na região Tocantina, fundada em 22 de junho de 1997, por incentivo do MST, é a Cooperativa Mista dos Assentados de Reforma Agrária da Região Tocantina (COOMARA). Segundo seus documentos, a COOMARA foi criada com o objetivo de “promover as melhorias das condições dos seus associados, através do desenvolvimento da produção agropecuária, dos serviços, da indústria e da agroindústria” (Estatuto Social, 1997, p. 1). Tendo a função de articular a produção e a comercialização dos

assentamentos situados na região, essa cooperativa enfrentou muitos limites na sua gestão administrativa, que atualmente se encontra inativa.

Na região de Açailândia, identificamos que, além da associação, a única outra forma de cooperação agrícola esporadicamente realizada é a organização de algum grupo semi-coletivo, por um determinado período. Como essa é uma das regiões de bacias leiteiras do estado do Maranhão, quando se forma algum grupo semi-coletivo normalmente é na linha de produção do leite, voltado para o mercado. Também já houve a formação de grupos coletivos, mas funcionaram por pouco tempo. É característica na região a existência de várias associações num mesmo assentamento. Segundo Luís Antonio (dirigente do MST na região), isso se deve ao grande volume de projetos de financiamento voltados para a produção agropecuária, elaborados cotidianamente por empresas de consultoria da região.

Na região de Pindaré, foi constatado, a partir das declarações de Gilvan (dirigente do MST na região), que, além dos mutirões, bastante comuns nos assentamentos, a outra forma de cooperação agrícola existente são as associações. A existência de vários projetos de financiamento para a produção agropecuária – predominantemente para gado – elaborados por empresas de consultoria, também é um dado dessa realidade, o qual possui uma relação direta com a quantidade de associações existentes. Além do mutirão e das associações, não é característica nenhuma outra forma de cooperação no desenvolvimento do trabalho agrícola.

Na região do Médio Mearim, a única forma de cooperação agrícola identificada, além dos mutirões, são as associações. Segundo Francisco de Assis (técnico agrícola e componente da equipe técnica da Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATES), os mutirões não são muito comuns. A região onde se situa o assentamento Cigra é grande produtora de arroz e, atualmente, as famílias assentadas estão discutindo a formação de uma cooperativa de comercialização para essa linha de produção, sendo, no caso, a organização de uma Cooperativa de Prestação de Serviço (CPS).

Na região Baixada, a forma de cooperação agrícola identificada, além dos mutirões e associações, é a existência de duas cooperativas. A primeira a ser fundada foi a Cooperativa Agropecuária dos Pequenos

Produtores da Vila Diamante Ltda. (COOPERVID), em 30 de junho de 1993, com sede na Vila Diamante, município de Igarapé do Meio, tendo como perspectiva funcionar como Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços (CPPS). A outra cooperativa, fundada em 26 de maio de 1997, é a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento 4 de Maio (COOPAQMA), situada no Assentamento 4 de Maio, em de Pedro do Rosário, caracterizada como uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA).

Ambas as cooperativas permanecem na atualidade, mas não têm desenvolvido atividades de produção agropecuária de forma cooperada entre seus membros. Segundo Simião Maranhão (militante do MST e técnico agrícola da região), além dessas formas de cooperação existentes na atualidade, já houve experiências de núcleos de produção e grupos coletivos na região, mas duraram relativamente pouco.

Na região de Itapecuru, as formas de cooperação agrícola identificadas foram: mutirões, grupos coletivos, associações e uma cooperativa. De acordo com Edivan Oliveira (técnico em agropecuária e dirigente do MST na região), essa cooperativa foi simbolicamente fundada em 2007, com o objetivo de realizar a comercialização da produção de tiquira⁴⁵, produzida no Assentamento Palmares II, em Nina Rodrigues. No entanto, não se encontra registrada e não possui diretoria definida até o momento.

Não se diferenciando das outras regiões, os mutirões e associações são comuns em praticamente todos os assentamentos dessa região, sendo que o único grupo coletivo existente tem recebido um acompanhamento dos profissionais da ATES e dos dirigentes do setor de produção da região.

Além dessas diversas formas de cooperação agrícola existentes nas regiões onde se situam os assentamentos vinculados ao MST no Maranhão, houve, em escala estadual, a fundação da Cooperativa Central de Reforma Agrária no Estado do Maranhão (CCA/MA), em 24 de agosto de 1997, com o objetivo de ser a entidade cooperativa representante e articuladora do conjunto das cooperativas organizadas pelo MST no estado.

⁴⁵ Aguardente extraída do processo de fermentação da mandioca.

No processo de construção da CCA/MA, foram envolvidas as três cooperativas existentes até então – COOPERVID, COOMARA e COOQAQMA – e doze associações de base, situadas em assentamentos das diferentes regiões do Maranhão. Além dessas, atualmente está vinculada à CCA mais uma cooperativa e uma associação, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 4.4: Filiadas da CCA no Maranhão

Nº	NOME DA ASSOCIADA	LOCAL	MUNICÍPIO	REGIONAL
01	Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores de Vila Diamante Ltda (COOPERVID)	Assentamento Diamante Negro Jutaí – Vila Diamante	Igarapé do Meio	Baixada
02	Cooperativa de Produção Agropecuária 04 de Maio Ltda (COOQAQMA)	Assentamento 04 de Maio	Zé Doca	Baixada
03	Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Tocantina Ltda (COOMARA)	Imperatriz	Imperatriz	Tocantina
04	Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviços em Áreas de Reforma Agrária	São Luís	São Luís	São Luís
05	Associação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Assentamento Palmares	Assentamento Palmares	Gov. Edson Lobão	Itapecuru
06	Associação dos Trabalhadores Rurais de Gameleira	Assentamento Gameleira	Gov. Edson Lobão	Tocantina
07	Associação dos Pequenos Agricultores de Matões	Assentamento Gameleira	Gov. Edson Lobão	Tocantina
08	Associação dos Agricultores do Assentamento Califórnia	Assentamento Califórnia	Açailândia	Açailândia
09	Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Jussara	Assentamento Jussara	Davinópolis	Tocantina
10	Associação dos Agricultores da Vila Conceição	Assentamento Itacira	Imperatriz	Tocantina

11	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Serafim	Assentamento Serafim	Estreito	Tocantina
12	Associação de Pequenos Agricultores do Assentamento Vila Esperança	Assentamento Vila Esperança	Monção	Baixada
13	Associação de Agricultores do Assentamento Nova Vitória	Assentamento Açaí	Açailândia	Açailândia
14	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Joselândia	Assentamento Cigra	Lagoa Grande	Médio Mearim

Fonte: ESTATUTO SOCIAL. Cooperativa Central de Reforma Agrária no Estado do Maranhão (CCA). São Luis, 1997.

De acordo com os documentos da cooperativa, a CCA tem uma atuação no âmbito da articulação e organização de suas associadas, conforme consta no seu Estatuto Social (1997, p. 1):

A CCA deve promover o homem do campo, através da união de cooperativas de produção agropecuária e cooperativas agrícolas mistas, singulares e associações de produtores assentados a ela associadas ou vinculadas, orientando e organizando suas atividades e coordenando as atividades das associadas.

Nesse sentido, percebe-se a abrangência de atuação da cooperativa, estando presente em cinco regiões onde o MST está organizado no Maranhão. A partir da proposta do setor de produção, a CCA tem como função constituir-se na entidade cooperativista principal para o desenvolvimento das ações do Movimento, no que diz respeito ao cooperativismo no Maranhão.

Desde a sua fundação, a cooperativa tem buscado atuar nessa perspectiva, mas, pelo fato de atuar em prol de suas associadas, as dificuldades de gestão, de ausência de recursos financeiros e humanos, além de questões jurídicas, legais e políticas, acabam influenciando no papel de articulação e representatividade que cabe à CCA. Segundo Pedro Demboski, dirigente do Setor de Produção do MST no estado, esse papel *precisa ser retomado como uma prioridade para o Movimento*⁴⁶.

⁴⁶ Declaração feita em entrevista realizada em 14 de dezembro de 2007.

A mais recente cooperativa de abrangência estadual fundada pelo MST no Maranhão foi a Cooperativa dos Trabalhadores Prestadores de Serviços em Áreas de Reforma Agrária (COOPERA), em 26 de janeiro de 1998. A partir da discussão do MST sobre a importância da assistência técnica direcionada à realidade e demanda das famílias assentadas, essa cooperativa tem como principal objetivo coordenar e realizar a prestação de serviços de assistência técnica em áreas de reforma agrária organizadas pelo MST no Maranhão.

A partir dessa identificação geral das formas de cooperação agrícola no MST/MA, percebemos nos assentamentos que são mais comuns as formas coletivas de organização do trabalho, que não possuem necessariamente uma dinâmica sistemática e que não exigem níveis complexos de organização do trabalho. Nesse sentido, não requerem conhecimentos técnicos e específicos de gestão ou cooperação, não ocupam muito o tempo do trabalho de seus membros e normalmente são realizadas a partir de princípios de ajuda mútua, solidariedade e/ou necessidades momentâneas.

Quando realizadas no campo da produção agrícola e pecuária, sua duração normalmente é por um período determinado e sua organização se estabelece em alguma fase do processo de produção (usualmente a comercialização). Nesse sentido, incluímos as formas de cooperação agrícola, como os mutirões, os núcleos de produção e os grupos coletivos.

Já as associações e as cooperativas – as outras duas formas de cooperação agrícola identificadas neste levantamento – pressupõem algumas situações diferentes e mais complexas.

As associações⁴⁷, tidas como uma das principais formas de cooperação agrícola, constituem-se necessariamente em entidades com existência legal como pessoa jurídica e por isso são vistas pelo MST como uma “forma de cooperação agrícola formal”.

Ao observarmos as declarações feitas pelos informantes de cada região, percebemos que a associação funciona primeiramente como entidade

⁴⁷ De acordo com o último levantamento feito em 2004 pelo MST – Maranhão, havia, no conjunto de assentamentos organizados pelo Movimento, um total de 58 associações.

representante das famílias assentadas junto ao Estado e as demais instituições. Normalmente, são espaços onde se toma decisões em reuniões e assembléias, sendo compostas usualmente por uma diretoria, um conselho fiscal e os demais associados.

Segundo constatado, na realidade, as associações têm se tornado entidades que, na prática, em pouco ou nada têm conseguido incentivar e estabelecer a cooperação agrícola entre seus membros. Elas têm o objetivo principal de prestar serviços de interesse comum (como aquisição de animais, máquinas, comercialização), assim como funcionar como uma forma de representação política dos assentados, dentre outros. No entanto, percebemos que a principal – e às vezes única – funcionalidade efetiva das associações tem sido a de intermediar o acesso das famílias assentadas ao crédito agrícola. Isso porque, apesar de cada assentado(a) ser responsável pelo acesso, uso e pagamento do seu crédito, há a necessidade de representação legal dos associados junto aos órgãos financiadores e governamentais. Por isso, a associação é fundamentalmente necessária e criada em toda área de assentamento.

Exemplo disso é a situação vivenciada no assentamento 28 de Agosto. Segundo declarações de Zezinho, militante do MST e assentado, houve duas associações criadas especificamente para as famílias terem acesso a crédito e demais políticas públicas. Foi necessário criar uma segunda, porque a primeira estava inadimplente na época do crédito habitação, de modo que metade dos membros da primeira teve que fundar uma segunda associação:

A outra nasceu de uma demanda que a gente tava tendo. No governo Roseana Sarney, que tava tendo projeto pra todo lado, nós tivemos um problema com a demanda de um posto telefônico, na época a empresa TELMA foi vendida pra TELEMAR e, depois disso, a TELEMAR não liberou a linha, compramos a torre, mas nós perdemos o posto e ficou metade do dinheiro perdido e ficou inadimplente a Associação. Aí tinha o projeto das casas pra ser pego e não tinha como pagar, aí o jeito foi criar outra Associação pra poder pagar. Então nasceu dessa forma, aí até hoje nós temos duas Associação (Informação verbal de trabalhador rural assentado no 28 de Agosto e militante do MST, em entrevista realizada em 15 de novembro de 2007).

Essa situação demonstra um fator determinante para a existência das associações em todas as áreas de assentamento. A necessidade de sua

existência não está ligada, primeiramente, ao desenvolvimento da cooperação agrícola, mas a uma necessidade de se ter acesso principalmente às políticas agrícolas.

Nesse sentido, percebemos que essa situação está relacionada com o fato de as políticas públicas voltadas para subsidiar a produção agrícola nas áreas de assentamento serem implementadas a partir de um modelo que prioriza a questão econômica e financeira e exige a existência de entidades jurídicas, no caso, associações. Além disso, não valoriza a produção familiar e não considera a diversidade e as especificidades das famílias assentadas.

Ao analisar essa relação entre assentamentos e órgãos institucionais públicos como INCRA e Banco do Nordeste, a partir da situação concreta da Vila Diamante, Azar (2005, p. 99) coloca:

Por conta disto, existem situações muitas vezes constrangedoras, pois o BN, como agente financeiro responsável pelo gerenciamento monetário, em várias ocasiões não respeita aspectos básicos da produção, como o calendário agrícola; e libera recursos para atividades que, pelo calendário agrícola, já se encontram impossibilitadas. Por exemplo, às vezes libera a parcela de recursos para o plantio quando já passou a época de plantar, e as famílias, se não plantaram por conta própria não plantarão mais no ano em questão, pois sabem que não adianta mais plantar no período em que foi liberado o recurso financeiro.

Assim, vale ressaltar que essa problemática que envolve a implantação dos créditos agrícolas interfere no conjunto da organização produtiva dos assentamentos, assim como no papel das associações, impondo-lhes um papel formal que, na maioria das vezes, se limita a responder às exigências dos referidos órgãos e, conseqüentemente, assume proporções que acabam limitando o desenvolvimento da cooperação agrícola.

Em relação às cooperativas – tidas como forma mais complexa de cooperação agrícola e vistas como um mecanismo que pode propiciar substantivas melhorias econômicas e sociais para seus membros – identificamos como experiências concretas nos assentamentos até então a COOMARA, a COOPERVID e a COOPAQMA. Mas percebemos que, apesar do apoio técnico e político do MST na organização dessas cooperativas, atualmente nenhuma delas realiza trabalho agrícola de forma coletiva, embora existam como entidades e mantenham a sua estrutura organizacional, com diretorias, membros cooperados e documentação.

Já as cooperativas estaduais – COOPERA e CCA – estão em funcionamento, mas suas atuações, como vimos anteriormente, não se dão no âmbito direto da organização produtiva, mas sim na área de prestação de serviços de assistência técnica e de representação e articulação, respectivamente.

A organização dessas cooperativas foi realizada a partir da proposta do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que se deu principalmente na década de 1990, considerando as linhas gerais do Movimento acerca dos princípios cooperativistas e das modalidades de cooperativas. Apesar de a formação de cooperativas constituir uma linha política do Movimento, além de serem vistas como alternativa para a organização econômica das famílias assentadas, no Maranhão, essas pouco se desenvolveram no âmbito da produção agropecuária.

Com o objetivo de nos apropriarmos melhor dessa complexa realidade, a partir da identificação e caracterização geral da cooperação agrícola, realizamos a caracterização específica do que consideramos formas de cooperação agrícola relevantes para um entendimento desse processo vivenciado pelo MST no Maranhão.

Para isso, o nosso ponto de partida foi identificar as formas de cooperação agrícola existentes em todo o estado, buscando traçar algumas características gerais, como exposto até aqui. A partir disso, abordamos diferentes formas, considerando as mais comuns aquelas com maior tempo de duração, aquelas que se situam em diferentes regiões, aquelas que possuem alguma sistemática de trabalho ou atividade concreta sendo realizada e aquelas que têm uma inserção na produção agropecuária, considerando os três principais eixos do processo produtivo – terra, capital e trabalho – que orientam a construção da cooperação na agricultura.

Considerando esses critérios de forma conjunta e equiparada, as experiências abordadas de forma específica são: o Grupo Coletivo do Assentamento Baturité – Regional Itapecuru; a Associação do Assentamento Serafim – Regional Tocantina; e a Cooperativa do Assentamento Diamante Negro Jutaí, na Vila Diamante – Regional Baixada.

Embora os mutirões estejam dentre os mais comuns, não os caracterizamos de forma específica, devido ao seu caráter esporádico e por não ocorrerem especificamente no trabalho agrícola.

Para a caracterização específica de cada uma das experiências citadas, tomamos como principais eixos a identificação geral (tipo de cooperação agrícola, nome da experiência, local de realização, tempo de duração, principais atividades), a composição e a organização interna (componentes, quantidade de participantes, forma de participação nas decisões e a situação da documentação) e as principais características do processo produtivo (situação da terra, do capital e a organização do trabalho).

Os quadros abaixo mostram a caracterização de cada uma das experiências citadas:

Quadro 4.1: Caracterização do Grupo Coletivo – Assentamento Nossa Sra. Aparecida / Baturité

EIXOS DE CARACTERIZAÇÃO		CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA
Identificação	Tipo de cooperação agrícola	Grupo coletivo
	Nome da experiência	Não possui
	Local	Assentamento Nossa Sra. Aparecida/Baturité – Município de Chapadinha – Regional Itapecuru – Maranhão
	Tempo de duração	9 meses (início em 2007)
Composição e organização interna	Componentes	Homens e mulheres trabalhadores (as) rurais do Assentamento Nossa Sra. Aparecida/Baturité.
	Quantidade de participantes	14 componentes: 11 homens e 3 mulheres
	Forma de participação nas decisões	Reuniões
	Documentação	Não possui
Principais características do processo produtivo	Principais atividades	Campo agrícola : cultivo de feijão, arroz, melancia e desenvolvimento de piscicultura
	Terra	Coletiva
	Capital	Semi-coletivo
	Trabalho	Semi-coletivo

Quadro 4.2: Caracterização da Associação – Assentamento Serafim

EIXOS DE CARACTERIZAÇÃO		CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA
Identificação	Tipo de cooperação agrícola	Associação
	Nome da experiência	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Serafim – APRAS
	Local	Assentamento Serafim – Município de Estreito – Regional Tocantina – Maranhão
	Tempo de duração	12 anos (1995 – 2008)
Composição e organização interna	Componentes	Homens e mulheres trabalhadores (as) rurais do assentamento Serafim, acima de 18 anos
	Quantidade de participantes	29 sócios: 19 homens e 10 mulheres.
	Forma de participação nas decisões	Reuniões e assembléias.
	Documentação	Estatutos, Atas, Recibos, Carteira de sócio, Livro de Contabilidade.
Principais características do processo produtivo	Principais atividades	Mobilizações, Reuniões, Mutirões de limpeza no assentamento, Roça coletiva
	Terra	Individual e coletivo.
	Capital	Individual e semi-coletivo.
	Trabalho	Individual e coletivo

Quadro 4.3: Caracterização da Cooperativa – Assentamento Diamante Negro Jutai – Vila Diamante

EIXOS DE CARACTERIZAÇÃO		CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA
Identificação	Tipo de cooperação agrícola	Cooperativa
	Nome da experiência	Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante – COOPERVID
	Local	Assentamento Diamante Negro Jutai – Vila Diamante – Regional Baixada – Maranhão
	Tempo de duração	14 anos (1993 – 2008)
	Principais atividades	Reuniões, assembléias
Composição e organização interna	Componentes	Homens e mulheres trabalhadores (as) rurais do Assentamento Vila Diamante, acima de 18 anos.
	Quantidade de participantes	23 pessoas: 18 homens e 5 mulheres
	Forma de participação nas decisões	Reuniões e assembléias
	Documentação	Estatutos, Atas, Recibos, Livro de Contabilidade
Principais características do processo produtivo	Principais atividades	Reuniões, assembléias
	Terra	Individual
	Capital	Individual
	Trabalho	Individual

Essa caracterização foi realizada a partir de informações coletadas com um membro do grupo coletivo, com o atual presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Serafim (APRAS) e com o atual presidente da Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante (COOPERVID). Além disso, algumas informações foram complementadas durante as entrevistas semi-estruturadas com membros de cada experiência. Primeiramente, observamos as motivações para a fundação e a existência de cada uma delas.

O Grupo Coletivo, existente desde março de 2007, foi criado por iniciativa de assentados(as) de Baturité⁴⁸, a partir do apoio e incentivo de técnicos da ATES. Com um kit de irrigação, que as famílias haviam adquirido com o recurso do fomento⁴⁹, os técnicos incentivaram os assentados a organizarem um campo agrícola:

E com o nosso recurso do fomento, nós compramos o kit de irrigação. Aí fazia mais de dois anos que a gente estava com o kit parado. Então, o Alberto, o Orlando e os técnicos incentivaram pra gente fazer esse trabalho lá no campo. Aí a gente mandou arar e plantar o arroz. Na arada do arroz, a gente viu que podia plantar o feijão também. Daí a gente começou.

Ainda não é uma produção que dá pra manter todo mundo, né? É um começo de experiência. Mas quem sabe pra mais um ano a gente tenha mais coisas que dê mais resultado (Informação verbal de trabalhador rural assentado no Baturité, em entrevista realizada em 17 de novembro de 2007).

Segundo os membros do Grupo, a motivação inicial para isso, foi e ainda é de tentar melhorar a qualidade e a diversificação da alimentação do próprio assentamento. Por isso, a experiência feita no campo agrícola é de consorciamento de diferentes tipos de cultura com o desenvolvimento da piscicultura.

Observamos que a realização do trabalho de forma coletiva foi determinada pelo tipo de trabalho exigido no campo agrícola, esforço necessário e localização da área. Segundo os trabalhadores, não seria

⁴⁸ O assentamento é chamado de Nossa Sra. Aparecida ou Baturité. Como as famílias assentadas utilizam, na maioria das vezes, o nome Baturité, utilizaremos também essa mesma denominação.

⁴⁹ De acordo com a Norma de Execução / INCRA, DD/Nº 63, de 14 de setembro de 2007, o fomento é uma das modalidades do Programa de Crédito Instalação. A modalidade Fomento se destina a dar suporte à geração de renda, a fim de garantir a segurança alimentar das famílias através do fortalecimento das atividades produtivas no entorno das habitações e experiências de micro-crédito associativo (2007, p. 3).

possível trabalhar individualmente numa experiência como essa. Segundo os membros do Grupo, a motivação inicial para isso, foi e ainda é de tentar melhorar a qualidade e a diversificação da alimentação do próprio assentamento. Por isso, a experiência feita no campo agrícola é de consorciamento de diferentes tipos de cultura com o desenvolvimento da piscicultura. condição objetiva, que propiciou o início de um trabalho agrícola de forma coletiva, fica visível na fala de D. Raimunda:

Aí a gente achou melhor comprar um kit de irrigação por causa do problema da água pra ter uma produção. E aí exigiram fazer lá na beira do rio. Foi aí que a gente organizou um grupo, porque a gente já no ano passado trabalhou lá num grupão e viu que era melhor, mas tinha gente que ia e que não ia. Aí, depois, neste ano, a gente sentou num grupo e resolveu continuar em trabalho de grupo. Já pensou alguém sozinho ter que lutar com aquele motor lá, ou ter que carregar água sozinho pra lá no ombro? Não dava. Então a gente se reuniu, sentou, conversou e decidimos o grupo que queria trabalhar lá (Informação verbal de trabalhadora rural assentada no Baturité, em entrevista realizada em 18 de novembro de 2007).

Com isso, percebemos que a necessidade levou os assentados a cooperarem. Ao perceberem que essa seria a forma de tentar desenvolver o campo agrícola e assim alcançar seus objetivos de melhorar a alimentação de suas famílias, as pessoas se dispuseram a realizar o trabalho coletivamente. Em relação a isso, D. Vitória coloca que “nós fizemos isso lá, pra tentar melhorar a nossa situação. Porque a gente fazia o sistema ‘roça no toco’ e a gente pensou em fazer esse experimento no campo, né, plantando arroz, feijão, milho e melancia” (Informação verbal de trabalhadora rural assentada no Baturité, em entrevista realizada em 18 de novembro de 2007).

Essa é uma experiência relativamente nova, por isso não foi possível perceber nessa fase do processo grandes implicações, assim como possíveis conquistas ou avanços. Mas identificar, desde o início, que essa experiência se concretizou a partir de uma necessidade real das famílias assentadas nos leva a perceber como os membros do grupo se sentem responsáveis pela realização do trabalho, gerando, assim, significativo envolvimento na sua realização. Nesse sentido, percebemos que a maioria dos membros que participam da experiência dedica metade do seu tempo de trabalho às atividades do campo agrícola, mesmo sem terem mecanismos de controle e gestão de trabalho entre eles.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Serafim (APRAS) possui doze anos e foi fundada em 1995. Sua constituição nos chama atenção pelo contexto em que estava inserida na época. Assim como o conjunto das associações, a APRAS foi criada por uma necessidade das famílias assentadas de acesso ao crédito. Mas, no seu processo histórico, essa foi uma associação que não se limitou a apenas essa atividade. Apesar das diversas dificuldades e do envolvimento da minoria dos componentes, a APRAS foi se tornando um espaço de realização de trabalho coletivo na agricultura, o que pode ser constatado no resgate feito por D. Petronília, em relação à associação:

A associação foi fundada na década de 90. Na época, foi o Frei Beto que incentivou a criação da associação, porque assim, era mais fácil ter Projeto. A primeira coisa que nós fizemos junto foi uma roça de arroz, que quando chegou no final dela, todo mundo já tava se separando e depois disso, nós ficamos meio disperso. Depois disso, nós fizemos uma horta comunitária, com uns 7 sócios, que depois ficou disperso também. Nessa época da horta, a idéia foi dada pelo Caciano, porque a gente tinha um kit de irrigação, que não tava sendo usado pra nada. Aí o Caciano deu a idéia da gente fazer uma horta de jerimum, abóbora e maxixe. Depois, os equipamentos de irrigação deram problema e o pessoal desistiu. Mas essa experiência da horta era toda coletiva e com o recurso dela, nós fizemos uma usina de arroz. Essas experiências aí, foi mais ou menos 2 anos. Depois, nós fizemos uma outra roça coletiva de milho, arroz e mandioca.

Hoje nós estamos aí com o trabalho dessa roça de abóbora, mandioca e milho, e antes dela teve também um trabalho coletivo incentivado pelo MST, que foi com as hortas. Nós nos organizamos em 3 núcleos para fazer as hortas, mas esse aí não durou muito e depois acabou todos os três (Informação verbal de trabalhadora rural assentada na Serafim, em entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2008).

Foi possível identificar que isso ocorreu principalmente pela influência de líderes pastorais da Igreja Católica, sendo que o entendimento sobre a importância da cooperação foi cultivado, associando-o a valores de solidariedade, no sentido de fortalecer as relações comunitárias entre as famílias. Além disso, percebemos que as atividades realizadas não conseguiram estabelecer uma dinâmica contínua, não envolvendo ações de planejamento, gestão e geração significativa de recursos financeiros.

A maioria dos membros mais antigos da associação valoriza a prática da cooperação agrícola. Para esse grupo minoritário e mais antigo, a associação deveria cumprir um papel que fosse além da representação jurídica das famílias assentadas, e foi com esse objetivo que ela foi fundada. Mas, de

acordo com seus membros, o fato de a APRAS existir hoje se deve principalmente a uma necessidade legal, pois a cooperação agrícola realizada, constituída principalmente pelos mutirões em roças coletivas, envolve poucas pessoas.

De acordo com os associados entrevistados, atualmente, além da roça coletiva, que envolve uma minoria da Associação, as outras atividades realizadas são reuniões e assembléias, realizadas normalmente com o objetivo de discutir e encaminhar questões sobre a pessoa jurídica da Associação, problemas e demandas específicas do assentamento e atividades que envolvem o conjunto do MST, como participação em mobilizações e cursos.

A Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante (COOPERVID) foi a primeira cooperativa ligada ao MST fundada no Maranhão. Em 1993, ocorreu sua fundação na Vila Diamante, a partir fundamentalmente de uma discussão realizada pelo MST. Esse foi o período em que o Movimento – principalmente o setor de produção – se dedicava quase que totalmente à estratégia da formação de cooperativas em várias regiões do país. E foi como fruto dessas discussões e considerando as atividades agrícolas que já eram realizadas na Vila Diamante, que o MST no Maranhão se dedicou à criação da COOPERVID.

Sobre a fundação da cooperativa, Sr. Manoel relata:

Quando a gente ocupou aqui, a gente já pensava em um coletivo, um grupo pra que a gente pudesse trabalhar todo mundo junto, pra atender umas demandas. E deu certo, a gente teve bastante produção. Passamos quase três anos produzindo nesse coletivo, grupo coletivo “Unidos Venceremos”.

Depois chegou um rapaz, e esse rapaz chegou com essa idéia de formar uma cooperativa, era o Pinheiro. Ele agora tá morando no Tocantins. Ele sabia do trabalho cooperado e começou a incentivar, a fazer reunião com a gente. E ele explicava pra gente das vantagens e das desvantagens também e foi preciso fazer um trabalho de base, em que cada rua fazia uma reunião. Chamava as famílias e explicava o porquê de fundar uma cooperativa e aí começaram essas reuniões. Isso não foi algo rápido. Demorou mais ou menos uns seis meses pra gente entender algumas coisas.

Eu até falei que primeiro era bom a gente continuar só com uma associação, era bom discutir mais um pouco, mais um ano, dois, três pra o povo ir entendendo mais, ir se aconchegando mais. Isso pro povo ir criando uma disciplina, porque tudo que a gente vai fazer precisa de disciplina, até dentro da nossa família. Então, hoje, o povo, ou seja, nós; estamos mal disciplinados.

Mas, na época, quiseram mesmo a cooperativa, aí tá, então vamos lá. E tivemos seminários sobre coletivos, e através desses seminários foi que nós fundamos a cooperativa, 30 de junho (...) mas eu não to lembrado o ano. Aí nós escolhemos as pessoas que iam ser da diretoria da cooperativa. O primeiro presidente foi o Zé Ferreira (Informação verbal de trabalhador rural assentado na Vila Diamante, em entrevista realizada em 16 de novembro de 2007).

Embora houvesse algumas atividades coletivas sendo realizadas pontualmente na época, percebemos que a cooperativa foi fundada naquele momento e com determinada estrutura organizativa devido a um direcionamento do MST, mas não devido a uma necessidade das famílias assentadas. Além disso, foi apontado pelos entrevistados que havia, na época, uma deficiência de quadros técnicos e políticos para a coordenação, dificultando a continuidade das atividades agropecuárias da cooperativa. Com isso, destacamos que dentre as várias fases vivenciadas pela cooperativa, atualmente a COOPERVID tem como atividades apenas a realização de reuniões e assembleias.

A partir desses elementos sobre o processo em que se deu o início de cada uma dessas experiências, observamos de forma geral os aspectos que as caracterizam na atualidade.

Em relação ao eixo sobre a identificação geral, incluímos informações elementares, como o tipo de cooperação agrícola, o nome da experiência, o local onde ocorre e o tempo de duração, visando assim, situar concretamente cada uma delas.

Quanto ao eixo da composição e da organização interna, destacamos que todas três experiências de cooperação agrícola envolvem famílias assentadas de suas respectivas comunidades, sendo quantitativamente maior a presença dos homens. De acordo com o que observamos, isso ocorre devido à pesada dinâmica do trabalho doméstico enfrentado pelas mulheres no dia-a-dia de suas casas, além dos aspectos relativos a valores e práticas patriarcais e machistas, tão presentes no meio rural.

Como o grupo coletivo do Baturité não possui normas determinadas por legislação, não há um limite de idade estabelecido formalmente para poder participar. De acordo com seus membros, “a participação no Grupo Coletivo é

de quem quiser: jovens, adultos, idosos, homens e mulheres do assentamento Baturité”. As outras duas experiências – APRAS e COOPERVID – têm como norma a idade mínima de 18 anos para se tornar sócio, em razão da legislação associativista e cooperativista.

Além disso, ao identificarmos a quantidade de famílias de cada área de assentamento, vemos que, com exceção da Associação, apenas uma minoria está envolvida nas atividades de cooperação agrícola. Do total de 43 famílias do assentamento Baturité, 14 pessoas participam do Grupo Coletivo. Na Vila Diamante, que do total do assentamento possui uma média de 90 famílias, 23 pessoas fazem parte da cooperativa. Já no Serafim, das 35 famílias assentadas, 29 estão associadas.

Sobre a forma de participação nas decisões, vemos que o Grupo Coletivo realiza, quando necessárias, reuniões para discussões e encaminhamentos. Não possui um cronograma de reuniões, não têm registro delas nem um local fixo para realizá-las. As decisões são tomadas de acordo com as demandas e as necessidades que vão surgindo por parte do grupo e a forma de encaminhamento é feita de acordo com a decisão da maioria.

A APRAS e a COOPERVID se utilizam das reuniões e assembléias. Mas, segundo seus membros e de acordo com seus estatutos, somente as decisões em assembléia e registradas em atas têm validade para o coletivo. Já as reuniões são realizadas quando precisam discutir algo mais específico e a ser levado posteriormente para a assembléia.

Em relação à documentação das três experiências, vemos que o Grupo Coletivo, por não existir juridicamente, não possui qualquer tipo de documento. A APRAS e a COOPERVID, por sua vez, prevêem obrigatoriamente a existência de documentação, pois existem como pessoas jurídicas e são regidas pelas leis do associativismo e do cooperativismo. Além disso, para essas entidades acessarem qualquer tipo de crédito ou projeto de financiamento, precisam estar com os documentos regularizados. Atualmente, as duas entidades estão revendo seus estatutos, para adequação às normas do novo Código Civil. Todos os assuntos relacionados à documentação (regularização, arquivos, registros) ficam sob responsabilidade de seus

respectivos presidentes, que esporadicamente solicitam serviços de contabilidade.

Em relação ao eixo sobre as principais características do processo produtivo, destacamos as atividades mais importantes que são realizadas e a situação dos três elementos essenciais para realização da cooperação agrícola: a terra, o capital e o trabalho.

Assim, identificamos que o Grupo Coletivo é o único que possui todos os seus componentes participando de atividade coletiva no âmbito da produção agropecuária, sendo, no caso, as atividades desenvolvidas no campo agrícola. O uso da terra é coletivo e o grupo possui uma área plantada de dois hectares, sendo que todas as tarefas, desde a fase de limpeza até a colheita, são feitas coletivamente. Mas seus membros realizam um sistema de trabalho semi-coletivo, dividindo o seu tempo de trabalho entre a roça individual que cada um possui e o campo agrícola, que é coletivo.

Ao perguntar às famílias assentadas sobre a forma de organização do trabalho entre os membros do grupo, percebemos as características mencionadas. Segundo Raimundo Nonato, membro do Grupo Coletivo, o trabalho é realizado da seguinte forma:

Nem todo mundo, tá todo dia disponível pra ir lá no campo todo dia, porque cada um também tem a sua roça. Sempre tem um grupo menor que tá se preocupando em ficar dando assistência lá. Pra tá aguando. Esses 14 foi o grupo que nós formamos desde o início. Mas todos esses não está lá todo dia trabalhando junto com a gente. Às vezes um vai trabalhar uma semana, na outra não vai. Mas tem um grupo que é mais preocupado com o trabalho.

A gente deixou à vontade, até pra ver mesmo qual é a intenção dos companheiros, né. Pra ver mesmo quem é que quer trabalhar por aquele objetivo (Informação verbal de trabalhador rural assentado no Baturité, em entrevista realizada em 17 de novembro de 2007).

Sr. Júlio Pereira, também membro do Grupo, declara:

Nós ainda não temos um coordenador, porque era isso que a gente queria, né. Um coordenador pra coordenar as equipes, pra cada dia trabalhar uma. Mas por enquanto nós estamos trabalhando todo mundo junto. Eu que estou mais na frente, eu tô lá todo dia, porque eu, diferente dos outros, não preciso sair pra ganhar o pão na roça daqui ou pra trabalhar pra fora, porque eu tenho o aposento. Agora os outros ainda precisa, né (Informação verbal de trabalhador rural assentado no Baturité, em entrevista realizada em 18 de novembro de 2007).

Em relação ao capital, identificamos que os instrumentos de trabalho e os implementos são utilizados coletivamente, mas, do produto final, que é a

colheita e a comercialização do peixe, metade é dividida de forma eqüitativa entre seus membros e a outra metade é gerida pelo grupo, caracterizando-se, assim, uma forma semi-coletiva.

Já na associação do assentamento Serafim, há duas situações diferentes entre os sócios, em relação às atividades desenvolvidas. As atividades comuns, que envolvem de forma geral todos os sócios, são as reuniões, assembléias, mobilizações e eventuais mutirões de limpeza da área coletiva do assentamento. Mas, além dessas, há um grupo de oito sócios que atualmente está desenvolvendo uma roça coletiva de abóbora, milho e mandioca, numa área coletiva da associação de um hectare e meio.

Devido a isso, há na APRAS a situação de sócios que, na produção agrícola, fazem apenas o uso individual da terra juntamente com o seu próprio trabalho individual e igualmente o capital. Assim como, há os oito sócios que organizaram uma roça coletiva e atualmente fazem uso individual da terra nas suas próprias áreas e, ao mesmo tempo, uso coletivo da terra na área da associação. Nessa situação, o trabalho deles se caracteriza como semi-coletivo, pois dividem o seu tempo de trabalho entre a roça individual e a roça da associação. Para esses sócios que estão na roça coletiva, a terra é usada de forma coletiva e o capital é administrado coletivamente pela associação.

Segundo Sr. Caciano, o trabalho na roça coletiva da associação tem funcionado da seguinte maneira:

Hoje, nós, esse grupo de mais ou menos oito pessoas, tá trabalhando nessa roça coletiva em forma de mutirão. Nós quando não tamo na nossa roça, tamo trabalhando nessa coletiva. Cada família que participa, dá um tanto do seu trabalho e a gente controla, pra que todo mundo que é do grupo dê sua contribuição e trabalhe do mesmo tanto (Informação verbal de trabalhador rural assentado na Serafim, em entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2008).

Sobre essa mesma questão, D. Ana, associada e componente do grupo coletivo, diz:

No tempo do plantio, a gente trabalhava umas duas vezes por semana, juntava todo mundo e ia trabalhando até terminar de plantar tudo que precisava plantar naquele tempo. Agora tá assim, enquanto nós não terminar de limpar tem que ser dois, três dias ou mais. Tem que ser o necessário pra gente não perder o tempo pra limpeza. Porque se isso atrasar, atrasa também o legume. Se você não limpar ele na data certa, vai atrasar. Nós temo que ter cuidado pra não perder nada, porque lá é igual eu falei, não é pra nós é pra

Associação (Informação verbal de trabalhadora rural assentada na Serafim, em entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2008).

Assim, dentro da APRAS, constitui-se o que as próprias famílias chamam de grupo coletivo, sendo que o referido grupo de oito sócios que estão realizando a experiência da roça coletiva tem como objetivo arrecadar recursos financeiros para a manutenção da associação. Em relação a isso, Sr. Caciano afirma:

Olha, a associação sempre teve um grupo coletivo, que está dentro da associação, mas que não é todos da associação. Esse grupo é quem sempre fez algum trabalho coletivo e esse mesmo grupo, sempre é criticado e é chamado de ladrão. E hoje, o objetivo desse grupo é justamente manter a associação viva. Quem mantém a associação é o trabalho desse grupo coletivo, que com esse trabalho de agora, quer conseguir recurso pra manter a associação (Informação verbal de trabalhador rural assentado no Serafim, em entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2008).

Na COOPERVID, constatamos que atualmente as únicas atividades realizadas de forma sistemática são as reuniões e as assembléias, como mencionado anteriormente. Embora a cooperativa já tenha desenvolvido, na década de 1990, várias iniciativas na área da produção agropecuária, como produção de cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro, cultivo de banana, cultivo e beneficiamento de arroz, granja e horta, hoje cada sócio da cooperativa trabalha e faz uso individual de sua terra, assim como do capital.

Ao identificar as principais linhas de produção que a cooperativa realizou, Sr. Manoel declara:

Aí, começamos a trabalhar com os projetos: a cana, a mini-usina pra beneficiar o arroz, as aves, os equipamentos e a gente tinha um capital de giro, que eu não me lembro quanto era o capital de giro, que era pra comprar remédio, comprar saco, o misturador de ração. E aí começamos a funcionar (Informação verbal de trabalhador rural assentado na Vila Diamante, em entrevista realizada em 16 de novembro de 2008).

De acordo com Sr. Hélio, cooperado desde a fundação da COOPERVID, houve um período em que a cooperativa adquiriu considerável estrutura, além de ter iniciado com uma quantidade significativa de cooperados:

Foram chamados todos os assentados pra entrar na cooperativa, mas nem todos quiseram, mas foi um número bem grande que se associou.

Aí, em 1994, nós fizemos a primeira roça grande e foi aí que a gente conseguiu o primeiro projeto de investimento, através do PROCERA. E tivemos assistência técnica de um primeiro grupo de técnicos através do CONTACAP, foi através dela que o MST conseguiu a assistência técnica aqui pro Maranhão.

Então, a gente produzia mesmo o arroz, o milho e o feijão. E com a cooperativa, a gente continuou produzindo isso mesmo. Aí a nossa roça era disso também, só que com trabalho coletivo e bem grande.

Primeiro a gente fez projeto pra mini-usina, pra cana-de-açúcar, depois fizemos pra galpão de frangos.

O segundo projeto que a gente fez foi pra bovino e banana (Informação verbal de trabalhador rural assentado na Vila Diamante, em entrevista realizada em 16 de novembro de 2008).

Apesar de a cooperativa não realizar mais essas atividades, identificamos que, esporadicamente, seus cooperados realizam algumas atividades conjuntamente. Segundo Sr. Hélio, atualmente a cooperativa está discutindo a construção de um projeto que prevê a construção de poços artesianos nas casas dos cooperados.

Assim, percebemos que, embora a COOPERVID tenha uma estrutura formal de cooperativa, na prática não está desenvolvendo a cooperação na agricultura, embora realize ações pontuais de cooperação entre seus sócios e seja identificada como um coletivo importante para o conjunto das decisões que envolvem o assentamento.

Considerando os aspectos abordados sobre as formas específicas de cooperação agrícola, cujo ponto de partida foi o levantamento geral da cooperação agrícola em assentamentos do MST no Maranhão, vemos que os elementos até aqui expostos nos proporcionam um conhecimento concreto sobre as formas coletivas de organização do trabalho agrícola e pecuário, constituídas na realidade da questão agrária maranhense.

A partir dessa configuração e considerando os princípios norteadores da concepção de cooperação agrícola do MST, é necessário pensarmos sobre a relação estabelecida entre essas formas de cooperação agrícola caracterizadas e o processo de organização política do Movimento no Maranhão.

4.3 A contribuição da cooperação agrícola para a organização política

A partir do estudo sobre a cooperação e o cooperativismo na tradição marxista, vimos que o desafio colocado para a classe trabalhadora era fundamentalmente fazer com que esse empreendimento econômico se tornasse também político. Nesse aspecto, identificamos a influência da análise marxista e do movimento cooperativista operário, na construção da concepção de cooperação agrícola do MST.

Considerando essa influência, vale ressaltar que a grande maioria dos estudos sobre esse assunto, ao abordarem a cooperação e o cooperativismo na realidade do camponês europeu no século XIX, apontavam a limitação dessa classe social para se desenvolver neste aspecto, seja por fatores culturais, pelas condições objetivas das forças produtivas e do desenvolvimento do capitalismo no campo e pela dependência política do campesinato em relação ao proletariado, na construção do processo revolucionário.

Assim, é necessário situarmos esta análise a partir de uma perspectiva histórica, para não correremos o risco de incorrer numa generalização sobre o campesinato, o qual, segundo Carvalho (2005), se encontra de forma significativa na agricultura brasileira, mas sob diferentes formas, permanecendo com acesso a terra de forma restrita e se reproduzindo a partir de formas particulares de produção e de sociabilidade.

Analisando a realidade agrária brasileira a partir de uma ótica do processo da luta de classes no campo, Martins (1991) primeiramente aponta que a questão política do campo está diretamente relacionada à propriedade da terra – uma vez que o capital no Brasil está combinado com a concentração fundiária – e, a partir disso, situa socialmente e politicamente o trabalhador que vive no campo.

Para o autor, a categoria existente de forma predominante no campo brasileiro, desde meados de 1960, é o trabalhador rural. O desenvolvimento do capitalismo no campo gerou um movimento que causou ao mesmo tempo a

expropriação da terra, sofrida por parte de camponeses e pequenos produtores rurais que desenvolviam a produção familiar, e o início da exploração desses mesmos sujeitos, que, na condição de expropriados, viram-se obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver, diante dessas novas condições.

Segundo Martins (1991), embora o trabalhador rural componha o conjunto da classe trabalhadora, este se encontra numa situação particular em que sofre primeiramente a expropriação de seu principal e fundamental meio de produção – a terra – e, num segundo momento, sofre a exploração. O autor destaca que essa é uma situação diferenciada em relação ao trabalhador da cidade, que sofre unicamente o processo de exploração.

Assim, o autor considera que o trabalhador rural vive relações sociais diferentes, compondo uma classe social específica e aponta que é justamente a força do capital, através da expropriação, seguida da exploração, que vai fazer esse trabalhador se organizar enquanto classe:

Só uma força de fora do mundo do lavrador, uma força que atinja por igual a todos os lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social (...) A união e a força dos lavradores do campo não vem de dentro da sua condição social. O lavrador que trabalha isoladamente com a sua família não tem possibilidade de perceber a extensão social e a força política de todos os lavradores da sua sociedade. Somente quando o capital, de fora da sua existência, invade o seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força dos braços, somente aí é que as vítimas dessa invasão, dessa expropriação, podem se descobrir como membros de uma classe. Essa descoberta se dá pela mediação do capital. É o que está acontecendo em nosso país (MARTINS, 1991, p. 16-17).

Considerando relevantes os elementos de Carvalho (2005) sobre a atualidade do campesinato, mas tendo como perspectiva a análise de Martins (1991), destacamos que é no contexto identificado por este último que situamos o processo de luta política desenvolvida pelo MST, mediado pela luta por terra e reforma agrária. Isso porque, num país onde o capital combina expropriação e exploração, através de uma burguesia rural e industrial, vemos que o problema da posse da terra se coloca como uma questão que, no âmbito da luta dos trabalhadores, torna-se um fator de resistência à expansão do capitalismo.

Além disso, é importante percebermos um outro aspecto da luta política do MST, relacionado com o modo de vida e o processo de trabalho não socializado, muitas vezes desenvolvido pelas famílias assentadas. Esse aspecto impõe determinados limites à consciência desse trabalhador, no sentido da luta anticapitalista, e esse aspecto contraditório relacionado à construção da identidade social e política do trabalhador rural também se incorpora à luta do MST. Assim, no contexto da questão política do campo, podemos afirmar que essa contradição reside no fato de que o MST, constituído por essa base social, representa, ao mesmo tempo, o novo e o velho, o tradicional e o contestador, a manutenção e a transformação.

A partir disso, vemos que a diversidade na composição da base social do MST possui, inclusive, características específicas de acordo com a região do país, o que constitui um outro aspecto a ser visualizado para o desenvolvimento da cooperação agrícola, na perspectiva de organização política proposta pelo MST, ou seja, de organização enquanto classe que busca a construção de outro projeto de sociedade. Assim, as formas de cooperação agrícola, assim como o método para o seu desenvolvimento, devem ter a capacidade de partir das linhas gerais do movimento, concretizar-se na condição singular de cada região e fazer das particularidades a base para o conjunto da luta do MST.

Afinal, o sentido da cooperação agrícola adquirido no processo de luta e de construção de identidade de classe do MST trouxe como desafio principal para o Movimento tornar as experiências cooperadas na agricultura um instrumento de luta contra o capitalismo, processo esse que ocorre condicionado pelo próprio sistema que se pretende enfrentar.

A partir dessa problemática, vemos que, através da luta pela terra e por reforma agrária, o MST busca articular o desenvolvimento econômico e social, cultivando valores humanistas e socialistas, em que é importante considerar: a relação com a natureza, pautada na agroecologia; a relação justa e igualitária entre homens e mulheres; a solidariedade de classe; e a construção de uma prática social, visando à sociedade socialista.

Para Pedro Demboski, dirigente do setor de produção do MST no Maranhão, a maior contribuição da cooperação agrícola, para a luta do MST hoje é contribuir com o processo de mudanças sociais e de consciência:

O que a cooperação agrícola traz de contribuição para o conjunto da luta do MST é a mudança. Pra nós fazer transformação social, não tem como não trabalhar a consciência. A cooperação nos ajuda a formar novos homens, novas mulheres, novos sujeitos. O individualismo é o princípio do capitalismo e as pessoas pensam em eu, o capitalismo ensinou isso. E a cooperação vem em contraposição a isso. É uma mudança que você faz na sua vida. Mas essa mudança vai nos hábitos, vai no jeito, tá se reeducando. Se você não conseguir se adaptar a isso, você sai. Mas o nosso papel é fazer com que ninguém saia (Informação verbal de dirigente político do SPCMA – MST, em entrevista realizada em 14 de dezembro de 2007).

De forma geral, vemos que a cooperação agrícola deve compor um projeto estratégico que vise à mudança da sociedade, o qual se constitui de forma complexa no contexto das lutas sociais, condicionado pelos desafios políticos que perpassam o conjunto da classe trabalhadora na atualidade.

A partir desse contexto e considerando as mediações que a realidade dos assentamentos e a luta do MST apontam como processo de organização política, analisamos as experiências de cooperação agrícola desenvolvidas pelo MST no Maranhão. Com isso, nosso foco foi perceber a relação entre cooperação agrícola e a contribuição desta na organização dos núcleos de famílias; no desenvolvimento da capacidade de articulação política e mobilização; no incentivo à participação de toda a família nas atividades do assentamento; na contribuição para formação de militantes e dirigentes para a luta social; no desenvolvimento do sentimento de pertença ao MST e à classe trabalhadora; e na contribuição para a elevação do nível de consciência das famílias assentadas.

Além da abordagem sobre as experiências concretas do Grupo Coletivo, da APRAS e da COOPERVID, realizamos a pesquisa no assentamento 28 de Agosto, para abordarmos a relação entre a cooperação agrícola e o processo de organização política num local em que, segundo o MST, não se tem desenvolvido experiência específica de cooperação agrícola.

Esse assentamento foi indicado pelo MST como uma área que, apesar de não haver experiências específicas de cooperação agrícola, é considerada como politicamente organizada, pelo fato de possuir núcleos de

famílias funcionando; ter coletivos de trabalho, como os de saúde e educação; ser um assentamento que constantemente participa das mobilizações e reivindicações do conjunto da luta do Movimento; ser uma comunidade de onde vieram vários militantes e dirigentes do MST; além de ter capacidade de mobilização e influência nas decisões políticas locais do município.

O primeiro elemento identificado foi que, apesar dessa referência, as famílias assentadas realizam a cooperação independentemente de experiências incentivadas pelo Movimento. Mas, assim como nos outros assentamentos, essas formas de cooperação são determinadas primeiramente pela necessidade objetiva de se ter uma associação e as outras formas de cooperação realizadas se dão de forma esporádica e dificilmente envolvendo o processo de produção.

Como o nosso eixo de abordagem é a relação da cooperação agrícola com a organização política, foi interessante perceber, a partir da pesquisa realizada, que essa relação não se dá de forma necessariamente direta, sendo que a realidade do assentamento 28 de Agosto foi importante para percebermos isso.

Nesse sentido, entendemos que a organização política como processo ocorre nos assentamentos do MST independentemente da cooperação agrícola, e que o fato de haver a prática da cooperação agrícola não significa que haja necessariamente organização política. Mas o desafio colocado é o de como potencializar a organização política do MST a partir da cooperação agrícola.

Tomando como referência os aspectos considerados para se perceber o processo da organização política nos assentamentos, vemos como essa relação se estabelece de forma dialética. Ao analisar a situação das duas associações no assentamento, Zezinho, do assentamento 28 de Agosto, aponta que, embora a fundação da associação tenha ocorrido como o objetivo de se ter acesso ao crédito, hoje as famílias assentadas têm uma visão menos restrita do que a associação pode proporcionar:

Ela é uma representação jurídica, mas tem uma participação. Agora ela tem um pouco mais de autonomia, porque a gente vem fortalecendo muito a Associação, diante do nosso trabalho, porque a gente também necessita de um instrumento de organização e a

Associação, ela rege como um instrumento de organização, porque todas as 40 famílias são associadas, inclusive nós temos duas associações aqui (Informação verbal de trabalhador rural assentado no 28 de Agosto e militante do MST, em entrevista realizada em 15 de novembro de 2007).

Já na realidade vivenciada pelas famílias assentadas no Baturité, a associação existente também tem o papel fundamental de intermediar o acesso ao crédito. Mas foi no seu espaço que se iniciou a discussão para a formação do Grupo Coletivo, que atualmente desenvolve a experiência no campo agrícola. Em relação a isso, D. Vitória declara:

Olha, quando nós iniciamos a discussão pra fazer o nosso grupo coletivo aqui, nós discutimos na associação. O trabalho da associação é assim: ela reúne, orienta alguma coisa quando precisa, de trabalho de projeto, que é em que ela se envolve mais. Mas ela também incentiva a gente a continuar, ela nunca desanima a gente não. Igual agora, ela incentiva a gente a continuar com o trabalho coletivo lá no campo (Informação verbal de trabalhadora rural assentada no Baturité, em entrevista realizada em 18 de novembro de 2007).

Esses exemplos demonstram o caráter complexo e ao mesmo tempo contraditório que a associação desempenha nas áreas de assentamento. Com isso, podemos afirmar que, em determinados contextos, ela pode incentivar a cooperação agrícola, embora a existência da associação como entidade legal não é o que determina a realização da cooperação agrícola na prática, sendo a estrutura e a representação legal os aspectos mais valorizados.

Além disso, foi possível perceber que, quando determinado grupo de associados realiza alguma forma coletiva de organização do trabalho na produção agrícola, isso não é desenvolvido necessariamente através da associação. Embora algumas discussões iniciais de cooperação agrícola ocorram na associação, quando se passa a concretizar o trabalho, este não é feito pelo conjunto da associação. Inclusive, muitas vezes o trabalho agrícola coletivo passa a funcionar como um corpo à parte da associação e geralmente ocasiona conflitos.

Segundo alguns membros da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Serafim (APRAS) que foram entrevistados, se não fosse o crédito agrícola e de habitação, a que o assentamento teve acesso, a associação praticamente não teria sentido. Mas, ao mesmo tempo, vemos que

atualmente existe um grupo coletivo dentro da associação, como caracterizamos anteriormente.

Nesse exemplo, percebe-se uma prática diferenciada das oito famílias que compõem esse grupo coletivo, sem deixar de identificar que a associação exerceu uma influência para esse trabalho coletivo, já que a discussão inicial para a sua realização se deu no seu espaço.

Segundo os membros desse grupo coletivo, o trabalho está sendo realizado para “salvar a associação”, pois, para esses sujeitos, ela ainda é um importante espaço de discussão, encaminhamentos e representação política das famílias assentadas no Serafim.

Apesar das várias polêmicas, percebemos que, ao mesmo tempo em que as famílias apontam a insatisfação com a associação, dizendo que ela não tem função além de intermediar o acesso aos créditos, elas organizam grupos coletivos com o objetivo de gerar recursos para o funcionamento da própria associação, por reconhecerem que esse ainda é o único espaço coletivo existente no assentamento. Percebemos isso a partir de declarações como as de D. Petronília (uma das fundadoras da APRAS e líder do assentamento) e D. Ana (assentada e associada), respectivamente:

Apesar dos problemas, eu acho que o trabalho coletivo na associação trouxe muita coisa importante pro nosso assentamento e pra nossa comunidade. Porque foi com o trabalho coletivo que nós conseguimos a desapropriação dessa área que hoje é nossa, nós fizemos também muitos encontro e mobilização. Foi por causa dessa luta que nós conseguimos alguma coisa (Informação verbal de trabalhadora rural assentada na Serafim, em entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2008).

Quando a associação foi fundada, mais ou menos em 1991, nós criamos ela porque a associação é melhor pra pessoa lidar, por causa da comunicação com o povo, se reúne mais, através da associação fica melhor pro pessoal, porque traz mais benefício pra cá, através da associação (Informação verbal de trabalhadora rural assentada no Serafim, em entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2008).

Observa-se que a associação, principalmente para as famílias desse grupo coletivo, tem um significado que vai além da questão puramente econômica e de representação jurídica e/ou legal. Esses sujeitos a reconhecem como um espaço que contribui de certa forma para a organização política do assentamento, pois proporciona uma atuação conjunta das famílias assentadas

em determinadas conjunturas, facilita a mobilização entre elas e é o espaço em que as famílias participam e tomam decisões sobre a comunidade.

Nesse sentido, vemos que, mesmo de forma limitada – como, por exemplo, enfrentando o problema da centralização de decisões na figura do presidente e em torno de muitas polêmicas envolvendo as pessoas que realizam e as que não realizam a cooperação agrícola na prática –, a APRAS tem se constituído num espaço de organização e representação política.

Isso pode ser identificado considerando-se que, historicamente, o assentamento Serafim e várias atividades desenvolvidas por sua associação tiveram significativa importância para o conjunto da luta do MST, formando militantes e dirigentes para a luta social e cultivando o sentimento de pertença ao MST e à classe trabalhadora entre muitos(as) assentados(as).

Na COOPERVID, também percebemos limites e possibilidades relacionando-se dinamicamente na relação cooperação agrícola e organização política. É importante destacar que a COOPERVID é mais uma cooperativa composta por trabalhadores rurais que se encontram num contexto desfavorável do ponto de vista econômico e político, determinado pela situação da questão agrária no Maranhão, em que identificamos principalmente o domínio do agronegócio a partir do apoio do Estado e a problemática do modelo de crédito agrícola, o qual, na maioria das vezes, não considera as especificidades da organização produtiva e a realidade social das famílias assentadas.

Essa é a difícil realidade em que se encontram os assentamentos de reforma agrária e o desafio da produção agrícola de milhares de famílias assentadas no Maranhão, contexto esse em que se deu o processo histórico da COOPERVID. Assim, identificamos que a cooperativa enfrentou vários problemas de gestão, de organização coletiva da produção e comercialização dos produtos de seus cooperados. Desde 2002, a cooperação e o cooperativismo no âmbito da agropecuária são praticamente inexistentes na estrutura da cooperativa. Mas também constatamos, a partir da pesquisa realizada, que a COOPERVID se tornou na prática um coletivo de caráter político, exercendo inclusive um papel de direção dentro do assentamento e tendo forte vinculação ao MST.

Analisando as falas dos senhores Manoel e Hélio, ambos fundadores da cooperativa e assentados na Vila Diamante, visualizamos respectivamente a problemática atual da cooperativa e a função política que ela adquiriu no assentamento:

Hoje, ela existe legalmente. Mas está como uma associação qualquer. A gente não tá desenvolvendo nenhuma atividade através da cooperativa. Só ficamos mantendo legalmente até hoje. Mas no campo da produção, cada um trabalha individualmente, que dá só pra subsistência. Porque a nossa terra aqui é pequena e foi ficando ruim. Porque a roça no toco, acabou esgotando a terra. Na época do acampamento a produção era boa, mas como a terra é pequena pra roça no toco, aí foi acabando. Assim, a gente não consegue ter uma produção boa (Informação verbal de trabalhador rural assentado na Vila Diamante, em entrevista realizada em 16 de novembro de 2007).

Na verdade, quem mais puxa as discussões do assentamento, em relação às entidades, às cobranças, às reivindicações nas prefeituras, é a cooperativa. É ela que garante as discussão, é que mais participa das reuniões do MST, são as pessoas da cooperativa e a cooperativa tem poder de decisão sim, dentro do assentamento. É tanto que tem momentos que os outros grupos têm até ciúme da cooperativa.

Aqui a gente tem a associação, o grupo coletivo e a cooperativa. Mas, no momento de ir atrás, de buscar as coisas pra beneficiar o assentamento, a gente sempre tenta juntar todo mundo. Às vezes os outros grupos ficam tentando separar, isolar a gente, mas a gente luta pra comunidade em geral. A gente é quem mais apóia o MST, defende o MST. A cooperativa exerce uma influência nas decisões políticas do assentamento.

A cooperativa, ela é um espaço que a gente discute as coisas que a gente vai fazer, quando a gente vai acessar algum projeto. Ela é o nosso espaço de discussão das coisas do assentamento (Informação verbal de trabalhador rural assentado na Vila Diamante, em entrevista realizada em 16 de novembro de 2007).

Percebemos, nas experiências analisadas, apesar das dificuldades de caráter subjetivo e objetivo que geram muitas vezes a inoperância das atividades cooperadas, que a maioria dos integrantes das experiências existentes permanecem, seja por perceberem os benefícios ou por terem uma convicção da importância econômica e política, na realização da cooperação agrícola. Assim, em momento algum pensam em desistir ou acabar com qualquer uma das experiências de que fazem parte.

No grupo coletivo do assentamento Baturité, observamos que há uma significativa confiança e empenho dos membros para que a experiência alcance seus objetivos. E nas experiências da APRAS e da COOPERVID, os integrantes em momento algum pensam em abrir mão desses espaços.

Vemos que a disposição e a boa vontade não garantem a organização de um processo coletivo no âmbito da produção agropecuária, afinal, fatores como a situação da terra, dos meios de produção, das políticas públicas, assim como dos sujeitos envolvidos no processo, do conhecimento técnico e da concepção política, são importantes e praticamente determinantes. Mas é interessante perceber, como potencialidade, que essas experiências são reconhecidas pelas próprias famílias assentadas como espaços que vão além de se ter o objetivo único da organização coletiva da produção. Na realidade, essas experiências de cooperação agrícola se tornaram espaços de convivência social, mobilização, articulação e representação política, reivindicações, encaminhamentos e decisões que envolvem o conjunto da vida de cada assentamento e do MST.

No estudo sobre o Grupo Coletivo, a APRAS, a COOPERVID e no assentamento 28 de Agosto, percebemos que todos os entrevistados identificam que os limites e os problemas que levaram ao término ou ao fracasso da experiência estão relacionados com problemas individuais dos sujeitos envolvidos, como a de “falta de interesse”, o “corpo mole” e a “falta de consciência”.

Nesse sentido, identificamos que é necessário contextualizar essas experiências, que são socialmente determinadas e enfrentam problemas como falta de políticas públicas e créditos de apoio, concorrência desigual do mercado e da lógica capitalista, falta de acesso à tecnologia e à informação, assim como se deparam com limites relacionados com a própria dinâmica e gestão de trabalho.

Por isso, diante da dificuldade do(a) assentado(a) fazer essa leitura, imediatamente todos os problemas enfrentados na realização do trabalho coletivo passam a ser do outro que está ao seu lado ou do outro que desistiu. Essa situação acaba gerando, em muitos casos, certa aversão e antipatia em relação à cooperação agrícola.

Em situações como essas, como os envolvidos na realização da cooperação não vêem mudanças no sentido de melhorias, principalmente econômicas, não concebem por que continuarem participando, dedicando tempo e trabalho a determinada atividade que em pouco ou nada diferem de

quando trabalhava individualmente. Resgatando a história da COOPERVID, Hélio declara:

A idéia era a gente plantar a cana, pra depois beneficiar, pra fazer a cachaça pra gente vender. Mas aí a gente não conseguiu montar a agroindústria e aí perdemos toda a cana e isso foi desestimulando as pessoas, né? A produção na roça, na época também não foi uma produção muito boa, que foi o nosso primeiro experimento coletivo. Mas que não teve mudança nenhuma, assim tecnicamente, né? Porque da mesma forma que a gente trabalhava individual, a gente foi trabalhar no coletivo. A única diferença foi que, ao invés de fazer separado, a gente fez junto. Aí, muitos achou que não tinha por que continuar (Informação verbal de trabalhador rural assentado na Vila Diamante, em entrevista realizada em 16 de novembro de 2007).

Considerando as condições de vida da grande maioria desses trabalhadores, vemos que, para se dispor à realização da cooperação, tem de haver uma necessidade para isso. E para permanecerem no processo é necessário que haja alguma mudança, pois, ao perceberem que nada se alterou, a tendência é voltar para o trabalho individual. Mas, considerando a situação da política de reforma agrária no Brasil e no Maranhão, vemos que as condições objetivas são desfavoráveis para que tal melhoria ocorra.

Devido a isso, também percebemos por que a cooperação agrícola realizada envolve em sua grande maioria apenas o trabalho semi-coletivo, como identificado na APRAS e no Grupo Coletivo do assentamento Baturité. Justamente pelo fato de o trabalhador não confiar e não ver no trabalho coletivo uma possibilidade de renda fixa e contínua, os que se dispõem a fazê-lo dividem o seu tempo entre o trabalho individual e o coletivo.

Também identificamos que várias famílias assentadas envolvidas em experiências de cooperação são movidas por valores de caráter comunitários e de solidariedade, como é o caso de alguns membros do Grupo Coletivo do assentamento Baturité. D. Vitória, por exemplo, aponta como uma questão positiva trabalhar em coletivo o fato de poder ter maior convivência com as outras pessoas:

Trabalhar no coletivo é diferente. Porque individual parece que aumenta mais o serviço. Trabalhar coletivo a gente tem aquela alegria de tá junto com o companheiro, tá conversando, trocando experiências. Eu acho melhor trabalhar no coletivo, do que individual (Informação verbal de trabalhadora rural assentada no Baturité, em entrevista realizada em 18 de novembro de 2007).

Na realidade vivenciada pela APRAS, Sr. Caciano, associado e membro do grupo coletivo, aponta que a cooperação agrícola como eles desenvolvem não traz nenhum “retorno econômico”, mas, por outro lado, ele acha que é necessário fazê-la para tentar melhorar a vida da comunidade e a relação entre “os companheiro”.

Além disso, traz à tona, em suas declarações, a problemática que envolve o desenvolvimento da cooperação agrícola e a questão cultural, como uma questão que, para ele, é resultado da consciência que as pessoas têm:

Eu acho que o nosso maior problema é a questão da educação, porque nenhum país desenvolve sem educação. Por causa dessa dificuldade, o pessoal não tem essa cultura de trabalhar em coletivo, como acontece lá no sul, como você deve bem saber, né! Lá tem um monte de cooperativa que deu certo, porque o povo tem essa cultura de trabalhar em coletivo. Agora aqui, como é que nós vamos cobrar uma cultura do povo, se ele não tem? É muito difícil!

Na minha opinião, retorno econômico não tem, quando a gente trabalha em coletivo. Agora, é bom mesmo só pra conscientizar as pessoas. E mesmo assim, tudo que a gente tentou aqui, aos poucos foi se desmoronando. (Informação verbal de trabalhador rural assentado no Serafim, em entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2008).

Assim, vemos que o Sr. Caciano possui como modelo as experiências desenvolvidas no Sul do Brasil, região em que o MST mais se desenvolveu em relação às cooperativas. É importante ponderar que essas comparações acabam por limitar a organização da cooperação agrícola a partir da concepção que o MST busca desenvolver. Essa é, aliás, uma questão para a qual o próprio Movimento deve atentar, de forma que não deve se limitar a enquadrar diferentes realidades num possível modelo do Sul.

A concepção de cooperação agrícola do MST tem como centralidade o aspecto econômico como condição para que ela se desenvolva, na perspectiva da estratégia de organização política. Com isso, identificamos que a questão econômica é valorizada pelas famílias assentadas, principalmente quando se envolve um nível mais complexo de cooperação, como no caso de cooperativas, que também envolvem todo o tempo de trabalho do associado. Mas quando a cooperação envolve práticas complementares à atividade produtiva que o(a) assentado(a) já realiza, o aspecto econômico às vezes deixa de ser o principal motivador para a realização do trabalho coletivo, como observamos nas experiências dos grupos coletivos da APRAS e do assentamento Baturité.

Como abordamos anteriormente, um exemplo concreto do papel da cooperação na organização política do MST no Maranhão foi a criação da CCA, que, além de ser uma entidade cooperativista, visa atuar no conjunto dos assentamentos vinculados ao Movimento, no sentido de realizar ações, experiências e discussões acerca da organização da produção agropecuária. Essas ações têm como eixos norteadores a organização da produção em vista da segurança e da soberania alimentar, a construção de uma assistência técnica para as famílias assentadas e um novo modelo agrícola e matriz tecnológica, através da agroecologia.

Observando esses eixos de ação que compõem a estratégia de atuação do setor de produção, percebemos como a cooperação agrícola é um elemento-chave que perpassa todos eles. Uma vez tido que os elementos característicos da questão agrária brasileira excluem o(a) assentado(a) das tecnologias de produção, das políticas agrícolas e da assistência técnica, a cooperação agrícola é vista como um mecanismo que pode contribuir para alterar as condições de vida dos(as) trabalhadores(as) do campo, ao mesmo tempo em que deve estar aliada ao processo de luta social desenvolvido pelo MST.

Christoffoli (2000, p. 19), ao analisar a importância da cooperação agrícola para o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), tendo como perspectiva a organização de cooperativas, conclui:

Esses diversos elementos contribuíram para conformar gradualmente um conjunto de valores e objetivos políticos que influenciaram a dinâmica e a lógica de funcionamento das cooperativas de trabalho coletivo desenvolvidas pelos agricultores assentados.

Pelo fato de o MST avaliar que as perspectivas para o extrato mais pobre da pequena produção familiar na agricultura são bastante restritas e que a dinâmica econômica capitalista tende a deslocá-los de suas terras para as cidades, mais propriamente para a exclusão social, passa a ser gradualmente desenvolvida a proposta de cooperação agrícola como alternativa organizativa e como condição necessária a sua sobrevivência).

Considerando esses elementos, vemos que a cooperação agrícola desenvolvida nos assentamentos do MST no Maranhão, a partir das características anteriormente relacionadas, tem cumprido um importante papel na tentativa de melhoria das condições de vida das famílias assentadas, contribuindo, apesar das dificuldades, para que esses trabalhadores busquem

uma alimentação mais saudável e diversificada, assim como uma produção baseada na agroecologia, de forma que isso se vincula amplamente à questão da organização econômica. Nesse processo, a cooperação agrícola tem cumprido uma função política, como vimos anteriormente, mas, ao mesmo tempo, permanece como um desafio constante para o MST.

Nesse sentido, fazemos referência à análise de Rios (2004), ao identificar que um dos grandes desafios do trabalhador rural, contextualizado historicamente e socialmente, é fazer da cooperação um processo que se inicia no âmbito econômico e que, nesse decorrer, consiga se tornar parte de um projeto político, apesar de essa cooperação agrícola desenvolvida estar, na maioria das vezes, associada a bases artesanais e tecnicamente modestas.

Nessa perspectiva, ressalta-se a necessidade de construção de um cooperativismo constituído efetivamente no processo de produção, com condições de proporcionar agregação de valor, com vistas à melhoria da renda, aliada a uma perspectiva de mudança social e política:

Daí a necessidade de um esquema de cooperativismo que não se preocupe apenas em assegurar maiores rendimentos individuais para lavradores isolados, mas que esteja baseado em ganhos sociais, introduzindo o cooperativismo na própria produção. Com isso se coloca a necessidade de se pensar a cooperação em termos de *processo de produção* como produção ampliada com ganhos de escala, indo além do feito tradicionalmente no nível da circulação de mercadorias. Nessa produção ampliada se insere a agregação de valor via beneficiamento e agroindústria. Naturalmente essa cooperação econômica, para não ser também uma abstração, pressupõe um projeto coletivo de mudança sócio-política com uma base social de interesses convergentes (RIOS, 2004, p. 3).

Vemos que o processo vivenciado pelo MST no Maranhão no âmbito da cooperação agrícola aponta para o fato de que as famílias assentadas reconhecem a sua importância para o conjunto da luta política do Movimento, mas, para elas, isso não está diretamente relacionado com o desenvolvimento socioeconômico do assentamento.

Assim, percebemos que há uma defesa e um reconhecimento por parte das famílias assentadas de que a cooperação agrícola, em alguns momentos, é importante. Porém, para elas, o desenvolvimento da proposta construída pelo Movimento tem um caráter mais ideológico do que prático.

Analisando as declarações de Pedro Demboski, percebemos que o MST reconhece que um dos seus principais desafios hoje é retomar a discussão e as experiências de cooperação agrícola, de forma que passem a ser incorporadas no processo de produção das famílias assentadas:

Então, acho que um dos limites, no bojo das crises, é que meio que paramos de discutir a cooperação. Talvez, muito influenciado pela busca do crédito, enfim as outras condições que foram sendo colocadas no Movimento, que botou a cooperação em segundo plano. Eu acho que a cooperação hoje está em segundo plano, não o plano principal no Movimento. Nesse auge da cooperação, era o que mais se discutia no Movimento. Depois que o Movimento começa a extrapolar o campo da reforma agrária, então o problema está no imperialismo, nas privatizações, o problema extrapola a reforma agrária bem mais ampla, enquanto conjunto de medidas pra mudança da sociedade, e extrapola o campo da produção, deixa de ser corporativa. Então, grande parte da nossa militância, dos nossos dirigentes, passa a ver isso de forma mais ampla, mais geral. Então, a cooperação fica num segundo plano, então eu acho que precisa retomar isso, a cooperação não precisa estar em primeiro plano, mas ser encarada como uma prioridade da organização dos assentamentos, da organização da produção, para a organização das pessoas. Porque, como diz os teóricos, é o meio que educa. Se a gente tem bons assentamentos, boas comunidades, a gente pode ter um meio que pode dar esse salto, no sentido de ir mudando o comportamento das pessoas. Então, eu acho que é necessário retomar, em cima de bases que a história nos deixou (Informação verbal de dirigente político do SPCMA – MST, em entrevista realizada em 14 de dezembro de 2007).

A partir disso, destacamos que, embora cooperativas estaduais, como a CCA e a COOPERA, sejam gestadas no âmbito da própria estrutura organizativa do MST no Maranhão, desempenhando um papel político e organizativo importante, a relação entre cooperação agrícola e organização política a partir da organização produtiva dos assentamentos de reforma agrária se coloca para o Movimento como um desafio eminente, que se encontra contextualizado na realidade da questão agrária e inserido na dinâmica das lutas sociais em curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a cooperação e o cooperativismo estiveram presentes no processo das lutas sociais desenvolvidas pelas classes sociais no contexto da formação social capitalista. Tendo como referência o contexto socioeconômico da classe trabalhadora no século XIX, percebemos como o cooperativismo se inseriu na luta política em curso e como esta forma de organização do trabalho foi se configurando nas tentativas de gestão e organização da produção realizadas pelos próprios trabalhadores.

Conforme indicamos anteriormente no texto a cooperação foi reconhecida por Marx, enquanto prática possível de contribuir com o processo de enfrentamento ao individualismo arraigado culturalmente nas pessoas, sem perder de vista os limites impostos à cooperação no âmbito das relações de produção capitalistas. E nesta mesma condição, o cooperativismo através das cooperativas, também foi apontado como um importante instrumento para a organização econômica e política dos trabalhadores, no contexto da luta de classes.

Nessa direção os estudos e análises que realizamos sobre a relação entre as formas de cooperação e o processo de organização política da classe trabalhadora na atualidade, constatamos que a dimensão revolucionária não está mecanicamente inserida na construção do cooperativismo; mas que este, se constituído em um contexto de luta social, pode se tornar um instrumento importante no processo de luta política e econômica contra o capital, ainda que se manifestando muitas vezes de forma contraditória.

Na realidade vivenciada pelo MST, no âmbito das lutas sociais, identificamos que o desafio da organização produtiva nas áreas de assentamento; e em particular no tocante à cooperação agrícola, coloca-se no âmbito do processo que tem como fundamento, os conflitos das classes agrárias, onde se contrapõem multinacionais e grandes empresários, através do agronegócio de um lado e trabalhadores rurais, camponeses e organizações sociais em defesa da terra, da reforma agrária, do meio ambiente e dos direitos humanos, de outro lado.

Como sujeito nesse processo, o MST se propõe a difícil tarefa de promover a articulação da luta imediata com a luta mediata, na perspectiva de

construção de uma nova sociabilidade, tendo como mediações a luta pela terra e por reforma agrária. A cooperação agrícola é incentivada e desenvolvida como uma forma de organização do trabalho que visa potencializar esta estratégia de organização política, econômica e social dos assentamentos, tendo como perspectiva o acúmulo de forças no contexto da luta de classes.

Na especificidade da realidade agrária no Maranhão, caracterizada pela concentração fundiária, por conflitos agrários e devastação ambiental, apontamos um conjunto de características do processo da cooperação agrícola nos assentamentos do MST. Dentre os vários aspectos constatados, destacamos: a cooperação de forma geral faz parte do cotidiano das famílias assentadas; a necessidade momentânea e/ou permanente é o que leva o assentado a querer cooperar; há uma considerável influência de valores comunitário-religiosos para a realização de algumas formas de cooperação agrícola, como os mutirões e grupos coletivos e semi-coletivos; a cooperação agrícola proporciona uma diminuição no tempo e na penosidade do trabalho; as formas de cooperação agrícola são realizadas a partir de bases técnicas simples e não ocorrem de forma que proporcionem agregação de valor e dividendos econômicos significativos para a renda familiar; as experiências realizadas ocorrem como uma forma de complementar as atividades produtivas que já são realizadas individualmente e ela ocorre normalmente em apenas uma fase do processo da produção agrícola, tendo um período pré-determinado de existência.

É importante ressaltar que as experiências no Maranhão, de forma geral, apresentam um caráter esporádico e quando pressupõem a necessidade de existência de entidades, como é o caso das associações e das cooperativas, embora estas existam, na prática pouco realizam a cooperação agrícola. Na complexa realidade do Maranhão, identificamos pelos assentamentos do MST que a questão agrária no Brasil e no estado, tem impedido o desenvolvimento de uma política de reforma agrária que proporcione melhorias das condições de vida das famílias assentadas.

Assim, os assentamentos têm se deparado com uma realidade social e econômica que é agravada pela precariedade das políticas públicas que se reflete na ausência de créditos agrícolas, apropriados para a realidade das famílias assentadas; falta de assistência técnica e de acesso a

informações, conhecimento e tecnologias de produção; um quadro que é agravado pelo elevado índice de analfabetismo da população.

A pesquisa de campo nos mostrou que a organização produtiva nos assentamentos de reforma agrária continua uma situação problemática para os trabalhadores e suas famílias, que expressa e reproduz as condições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. E nesse sentido identificamos que a cooperação agrícola na organização política do MST no Maranhão não tem conseguido apontar alternativas em relação ao processo produtivo dominante na agricultura brasileira e maranhense.

Embora, as experiências da APRAS e da COOPERVID, desempenhem um papel político no âmbito da política local do assentamento – como mencionamos anteriormente – vemos que isto ocorre mais pelo fato de representarem entidades, do que pelo fato de realizarem a cooperação no processo produtivo. Enquanto que atividades como os mutirões e grupos coletivos, são realizadas momentaneamente ou possuem pouco tempo de duração, ficando limitado o desenvolvimento de um processo mais sistemático.

Assim os assentamentos do MST, no contexto complexo da luta de classes, enfrentam vários desafios em relação à sua proposta de organização política; percebemos as dificuldades para a organização dos núcleos de famílias, dos setores de trabalho, das discussões acerca das relações de gênero, da agroecologia, da construção de valores voltados para a emancipação da classe trabalhadora, dentre outros.

Reafirma-se, no entanto, a necessidade de o MST continuar atuando no processo de luta política, de enfrentamento ao capital, de questionamento à propriedade privada e à concentração dos meios de produção, procurando avançar na luta mais geral no esforço de organização coletiva construindo propostas e formas de organização do trabalho, diferentes da matriz tecnológica e produtiva dominantes. Com isso, é necessário persistir na busca por formas de formas de organização da produção nos assentamentos que produzam modificações na dinâmica de trabalho, nas técnicas de produção e que contribuam para o desenvolvimento econômico das famílias assentadas. Nesta perspectiva a luta por políticas públicas ganha relevância na estratégia do MST no desenvolvimento de propostas que considere as diferentes

realidades e culturas existentes nos assentamentos situados em diferentes regiões do país.

Sem um apoio concreto através de políticas públicas e de avanços no âmbito do enfrentamento político ao capital, a tentativa de constituição da cooperação agrícola no MST estará condicionada a uma limitada participação dos trabalhadores rurais, que pouco irá contribuir para a organização dos núcleos de famílias, para as atividades de mobilização social, para a formação político-ideológica e, principalmente, não proporcionará condições concretas de organização da produção dos trabalhadores e suas famílias como fundamento necessário à formação da consciência política e de classe.

Assim, considerando a concepção de cooperação agrícola do MST e a construção de experiências na realidade dos assentamentos no Maranhão, verificamos que a relação entre cooperação e o processo de organização política da classe trabalhadora na atualidade, permanece como um desafio central para o MST.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. Cooperativismo e região Nordeste: condicionamentos e implicações. In: **Cooperativismo & Nordeste**, v. 1, n. 1, p. 11-15, 1966.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia maranhense. São Luis: UFMA, 1987. (Coleção Ciências Sociais. Série Questão Agrária 3).

AZAR, Zaira Sabry. **A organização da produção da Vila Diamante na luta pela terra no Maranhão**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís – MA, 2005.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil**: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luis: Editora UEMA, 2006.

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERTERO, José Flávio. Sobre reforma agrária e MST. In: **Revista Lutas & Resistências**, Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, n. 1, Londrina: Midiograf, 2006.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida - SP: Idéias e Letras, 2006.

CARNEIRO, Marcelo. **Agricultura familiar e grandes projetos no Maranhão da década de 90**: resultados e perspectivas. São Luís: Fórum Carajás, 1999.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1998.

_____. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 233-260, 2002.

_____. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CONCRAB. **A cooperação agrícola nos assentamentos**. São Paulo: CONCRAB, 1993. (Caderno de Formação nº 20).

_____. **Cooperativas de produção**. São Paulo: CONCRAB, 1994. (Caderno de Formação nº 21).

_____. **Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos**. São Paulo: CONCRAB, 1995. (Caderno de Formação nº 4).

_____. **Quatro anos organizando a cooperação**. São Paulo: CONCRAB, 1996.

_____. **Sistema cooperativista dos assentados**. São Paulo: CONCRAB, 1998a. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 5).

_____. **Sistema de crédito cooperativo**. São Paulo: CONCRAB, 1998b. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 8).

_____. **As experiências clássicas de cooperação agrícola**. São Paulo: CONCRAB, 2001. (Caderno das experiências históricas de cooperação nº 03).

_____. **Cooperação agrícola: eixos prioritários de ação, princípios e formas**. Brasília: CONCRAB, 2007. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 5). Edição revista e ampliada.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan (org.). **A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária**. Caderno de Cooperação Agrícola, n. 11. São Paulo: CONCRAB, 2004.

_____. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletivas de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**, 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração, Curitiba – Paraná, 2000.

CIRADR. **Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: ICARRD, 2006.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ELSTER, Jon. A possibilidade da política racional. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 39, 1999.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **O manifesto do Partido Comunista**. 11ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ESTATUTO SOCIAL. Cooperativa Mista dos Assentados de Reforma Agrária da Região Tocantina (COOMARA). Imperatriz, 1997.

_____. **Cooperativa Central de Reforma Agrária no Estado do Maranhão (CCA)**. São Luis, 1997.

_____. **Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante Ltda. (COOPERVID)**. Igarapé do Meio, 1993.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado Capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. v. 92. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época).

_____. **Agronegócio e reforma agrária**. Texto inédito. São Paulo, 2006.

_____. STEDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 45ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GERMER, Claus. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro *et al.* **A questão agrária na década de 90**. 4ª. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

_____. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, João Pedro *et al.* **A questão agrária na década de 90**. 4ª. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

_____. A “economia solidária”: uma crítica marxista. In: **Outubro**. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. n. 14, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**; tradução Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, João Pedro *et al.* **A questão agrária na década de 90**. 4ª. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

HELLER, Ágnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Cubierta de Jordi Fornas, 1978.

IDE, Roberto Minoru. Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista. In: **Psicologia & Sociedade**, n. 17, mai/ago, p. 70-78, 2005.

INCRA. **Projetos de Assentamentos Criados**. Superintendência Regional do Estado do Maranhão – SR/12, São Luís: INCRA/MA, 2007.

_____. **Norma de execução / INCRA, DD/Nº 63, de 14 de setembro de 2007**. Brasília: INCRA, 2007.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3ª. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**; tradução Célia Neves e Aldorico Toríbio. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÉNINE, V. I. **As três fontes**. 1ª. ed. Cadernos de Expressão Popular. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

LOPES, Josefa Batista. A relação serviço social – movimento social: indicações para um estudo. In: **Revista Serviço Social e Movimento Social**. São Luis: EDUFMA, v. 1, n. 1, pp. 7-20, 1999.

MACHADO, Eliel. Lutas e resistências na América Latina hoje. In: **Revista Lutas & Resistências**, Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, n. 1, Londrina: Midiograf, 2006a.

_____. Mal-estar da democracia na América Latina: lutas e resistência hoje. In: **Revista Lutas Sociais**, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC/SP, n. 15/16, São Paulo: Midiograf, 2006b.

_____. A (des)constituição de classe no MST: dilemas da luta anti-sistêmica. In: **Revista Lutas Sociais**, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC/SP, n. 17/18, São Paulo: Midiograf, 2007.

MARTINS, Adalberto (org.). **O cooperativismo no pensamento marxista**. Caderno das experiências históricas, nº 2. São Paulo: CONCRAB, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Obras Escolhidas. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores**. Obras Escolhidas. v. 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. **O Capital** – crítica da Economia Política. vol. 1: O processo de produção do capital. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAURO, Gilmar. Balanço provisório do MST. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luís Bernardo (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. 2ª. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e Ciência Social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Clodomir Santos de. **Elementos sobre a teoria da organização do campo**. Cadernos de Formação n. 11. São Paulo, 1986.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

MST. **Levantamento dos assentamentos do MST no Maranhão**. São Luís: 2006.

_____. **Elementos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Documento interno. s/d.

_____. **Os assentamentos no centro de nossas ações**. Documento interno, 2006.

_____. **Seminário Nacional de Cooperação Agrícola**. Documento interno. São Paulo: ENFF, 2006.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. Programas e projetos governamentais nos assentamentos rurais: a polifonia exercida por muitos sujeitos. In: COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha Moreira (orgs.). **Políticas públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OCESP – **Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.ocesep.org.br>>. Acesso em 08 nov 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

REIS, Marcelo Braz dos. O debate teórico acerca dos novos movimentos sociais no Brasil: um balanço crítico. In: **Serviço Social e Movimento Social**. São Luís: EDUFMA, v. 2, n. 2, p.119-129, 2000.

RIOS, Gilvando. **Cooperação, cooperativismo coronelístico, cooperativismo popular.** Recife: UFRPE, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

SÁ, Laís Mourão. **O pão da terra:** propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense. São Luís: EDUFMA, 2007. (Coleção Antropologia e Campesinato no Maranhão).

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. In: BOITO JR., Armando. **Marxismo e Ciências Humanas.** São Paulo: Xamã, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHMIT, Robi Jair. Marx e o cooperativismo. In: **Leituras cotidianas**, v. 2, nº 177, 2005. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm>. Acesso em 07 jun 2007.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2005.

SILVA, Tânia Alves da. Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST. In: **Terra Livre.** São Paulo, Ano 18, n. 19, jul/dez, p. 229-242, 2002.

SINGER, Paul. As possibilidades de economia solidária no Brasil. In: CUT BRASIL. **Sindicalismo e economia solidária:** reflexões sobre o Projeto da CUT. São Paulo: CUT, p. 51-60, 1999.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil.** v. 1, 2, 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro *et al.* **A questão agrária na década de 90.** 4ª. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

TEIXEIRA, Gerson. **Um balanço do Programa de Reforma Agrária no governo Lula:** subsídios para o debate interno no PT. Texto inédito. São Paulo, 2005.

WIKIPÉDIA. **O que é cooperativismo.** Disponível em: <http://www.wikipedia.org/wiki/Cooperativismo>. Acesso em 23 ago 2007.

ANEXOS

ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO DE FORMAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA – MST/MA

Regional _____

Informante _____

Identificação do informante _____

FORMAS DE COOPERAÇÃO	Possui	Não possui
Mutirão, puxirão, troca de serviços		
Núcleos de produção		
Grupos semi-coletivos		
Grupo coletivo		
Associação		
Cooperativa		
Outras formas de cooperação agrícola		

ANEXO II – CARACTERIZAÇÃO DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA - MST/MA

EIXOS DE CARACTERIZAÇÃO		CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA
Identificação	Tipo de cooperação agrícola	
	Nome da experiência	
	Local	
	Tempo de duração	
Composição e organização interna	Componentes	
	Quantidade de participantes	
	Forma de participação nas decisões	
	Documentação	
Principais características do processo produtivo	Principais atividades	
	Terra	
	Capital	
	Trabalho	

ANEXO III – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS – MEMBROS DAS EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

- 1- Quando e por que se iniciou essa experiência?
- 2- Como foi ou é o desenvolvimento do trabalho no coletivo?
- 3- Essa experiência trouxe algum tipo de contribuição? Em quê? Por quê?
- 4- Quais foram ou são as principais dificuldades enfrentadas?

ANEXO IV – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS – ASSENTAMENTO 28 DE AGOSTO

- 1 – Como você vê os seguintes aspectos da vida do assentamento:
 - desenvolver ações a curto, médio e longo prazo que estejam vinculadas a um projeto de mudança da sociedade;
 - o sentimento de pertença ao MST e à classe trabalhadora;
 - consolidação dos núcleos de famílias, como espaço coletivo das tomadas de decisões e divisão de tarefas;
 - participação de toda a família nas atividades do assentamento;
 - proporcionar militantes e dirigentes para a luta social;
 - capacidade de articulação política e mobilização;
 - desenvolvimento da consciência política dos assentados.
- 2- Por que você tem essa avaliação? A quais fatores se devem essa situação?
- 3- Como você vê a relação do debate sobre a cooperação agrícola e a organização política do assentamento?

ANEXO V – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS – DIRIGENTE DO SETOR DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MST NO MARANHÃO

- 1- Como você sintetiza os principais elementos do debate sobre a cooperação agrícola no MST?
- 2- Como você sintetiza a concepção de cooperação agrícola do MST?
- 3- Em que a cooperação agrícola contribui para o conjunto do MST?
- 4- Quais os principais desafios que o MST possui atualmente, em relação à cooperação agrícola?

ANEXO VI – FOTOS
VILA DIAMANTE – P.A DIAMANTE NEGRO JUTAÍ



Foto 01: Entrada da Vila Diamante – P.A Diamante Negro Jutai.



Foto 02: Agrovila da Vila Diamante – P.A Diamante Negro Jutai.



Foto 03: Agrovila da Vila Diamante – P.A Diamante Negro Jutai.



Foto 04: Centro de Formação do MST – Vila Diamante.



Foto 05: Mini-fábrica de beneficiamento de côco-babaçu.



Foto 06: Posto de Saúde da Vila Diamante.

P. A BATURITÉ/NOSSA SENHORA APARECIDA



Foto 07: Agrovila do Assentamento Baturité.



Foto 08: Poço da Agrovila do Assentamento Baturité.



Foto 09: Quebradeira de côco-babaçu moradora do Assentamento Baturité.



Foto 10: Campo agrícola do Grupo Coletivo.



Foto 11: Grupo coletivo do Assentamento Baturité.



Foto 12: Plantação do Grupo coletivo do Assentamento Baturité.

P.A 28 DE AGOSTO



Foto 13: Agrovila do Assentamento 28 de Agosto.



Foto 14: Entrada do Assentamento 28 de Agosto.



Foto 15: Posto de Saúde do Assentamento 28 de Agosto.



Foto 16: Família assentada, retornando da roça.



Foto 17: D. Joana e o neto, moradores do Assentamento 28 de Agosto.



Foto 18: Solo preparado para o plantio no sistema "roça no toco".

P.A SERAFIM



Foto 19: Agrovila do Assentamento Serafim



Foto 20: Morador do Assentamento Serafim.



Foto 21: Crianças do Assentamento Serafim.



Foto 22: Grupo Coletivo da APRAS trabalhando na área coletiva.



Foto 23: Grupo Coletivo da APRAS trabalhando na área coletiva.



Foto 24: Plantio consorciado de milho, mandioca e abóbora do Grupo Coletivo da APRAS.